

THE  
BRIGHT SIDE  
OF THE  
POOR

# OS EMERGENTES DOS EMERGENTES

REFLEXÕES GLOBAIS E AÇÕES LOCAIS  
PARA A NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA



[WWW.FGV.BR/CPS/BRICS](http://WWW.FGV.BR/CPS/BRICS)

**Os Emergentes dos Emergentes:  
Reflexões Globais e Ações Locais para a  
Nova Classe Média Brasileira**

**(The Bright Side of the Poor)**

**Coordenação:  
Marcelo Cortes Neri  
mcneri@fgv.br**

Versão original – 27 de Junho de 2011

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

Os Emergentes dos Emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para a Nova Classe Média Brasileira / Marcelo Cortes Neri (Coord.). - Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

[119] p.

**1. Classes Econômicas 2. Desigualdade 3. Pobreza 4. Mobilidade Social 5. Nova Classe Média I. Neri, M.C**

© Marcelo Neri 2011

**Centro de Políticas Sociais**

**Fundação Getúlio Vargas**

**Coordenação**

Marcelo Côrtes Neri

[mcneri@fgv.br](mailto:mcneri@fgv.br)

+55-21-3799-6887

+55-21-98681211

**Equipe do CPS:**

Luisa Carvalhaes Coutinho de Melo

Samanta dos Reis Sacramento

Thiago Cavalcante

Lucas Moreira

Pedro Lipkin

Mariana Carvalho

# ÍNDICE

**Prefácio**

**Sumário**

## **1. Introdução**

## **2. Global Brasil X BRICS**

- a. Crescimento, Desigualdade e Felicidade
- b. O Índice de Felicidade Futura (IFF)
- c. A convergência da desigualdade
- d. Desigualdade Latina, a “mais grande” do mundo (mas em queda)
- e. Crescimento inclusivo sustentável?

## **3. Nacional - Monitorando as Classes Econômicas**

- a. Detalhando o Critério de Renda
- b. As Divisões de Classes:
- c. Monitorando as Classes Econômicas no Brasil até 2011

## **4. Atual - Dinâmica Recente**

- a. Dinâmica Macro Recente - Média de Renda
- b. Desigualdade de Renda
- c. Classes Econômicas
- d. PME em Bases Semanais
- e. Movimentos Individuais entre Classes Econômicas
- f. Análise de Transição Multivariada

## **5. Local – A Distribuição das Classes nos Municípios Brasileiros**

## **6. Políticas para a Nova Classe Média**

## **7. Conclusões**

## **Bibliografia**

**Apêndice I:** Exercícios Multivariados.

**Apêndice II:** Mapas de Felicidade

**Apêndice III:** Mapas e Rankings das Classes Econômicas

**O Centro de Políticas Sociais: Informações sobre a realidade social brasileira ao alcance do seu *mouse*.**

## Prefácio

Um ano depois da crise internacional de 2008, a revista inglesa *The Economist* identificou um objeto voador emergindo das montanhas do Rio. Muitos duvidaram, mas a foto na capa da revista não deixou dúvidas. Nela podia se identificar claramente a imagem do Cristo Redentor decolando na vertical. Se ele foi capaz de reencarnar, o vôo em si não seria um feito tão grande - pensei.

Em certo momento o Cristo aparece – argentinos que nos perdoem - vestindo a camisa da seleção canarinho – sem as propagandas de praxe, é claro. Veja na página seguinte. Confirmando a máxima que Deus é brasileiro.

Outros objetos foram avistados nos céus de outras partes pobres? do globo: China, Índia, Rússia e agora África do Sul. Todas construções humanas, destas feitas de tijolo, valendo o apelido de BRICS (o inglês do observador não era dos melhores). Construções conhecidas, sendo algumas delas, eleitas pelo voto direto em escala global, as 7 novas maravilhas da humanidade. Quem quiser ver para crer acesse [http://cps.fgv.br/pt-br/teaser\\_brics](http://cps.fgv.br/pt-br/teaser_brics).

Tive a oportunidade nos últimos dois anos visitar cada um dos países dos BRICS. Comecei na Índia, a Meca dos estudiosos de pobreza, vi a água do Rio Ganges desde sua pura nascente que inspirou Sidarta, hoje cercada de templos de meditação, se transformar ao longo do seu curso com o esgoto das cidades onde as pessoas se banham em cultos religiosos. No frio inverno russo, reforcei a impressão que nova classe média também significa engarrafamentos crescentes.

A China foi sem dúvida o que impressionou mais pela combinação de tamanho do país e pujança da transformação. Pude admirar, da torre mais alta do mundo hoje, a capacidade chinesa de construir infra-estrutura e de traçar planos estratégicos para o futuro, mas ainda não a de ouvir a sua gente.

Terminei na, agora democrática, África do Sul onde tinha morado por quase dois anos no final dos anos 1970. Johannesburg me assustou pelo aparato de segurança agora necessário para se viver lá; já Cape Town pela qualidade de vida e beleza que desafia a carioca. Redescobri a África do Sul como meu segundo país apesar de eu ter morado mais tempo nos EUA do que lá. A África do Sul quase como uma extensão do Brasil. Como se África e América Latina não tivessem sido separadas pelo apartamento dos continentes. A identificação se refere a um país em construção – como o nosso - cheio de riscos e oportunidades de que daqui para frente tudo vai ser diferente.

As viagens foram para falar sobre políticas de combate à pobreza brasileiras. Devo confessar que senti um enorme prazer de falar do Brasil. As cenas tupiniquins estão em contraste com as que se desenrolam nos demais BRICS.

O que aprendi nessas viagens, como economista social brasileiro, é que o Brasil vai melhor para os brasileiros do que para os economistas, pois as pesquisas que vão à casa das pessoas – nossa matéria-prima básica - revelam uma melhora superior a das Contas Nacionais e do seu principal sub-produto, o PIB. O microsocioal está evoluindo

melhor que o macroeconômico, o que contraria a nossa própria história pregressa. O reverso acontece nos demais BRICS.

Falo do Brasil lato senso e não do nosso seletto grupo de pesquisadores ou mesmo de leitores jornais, pois, por mais paradoxal que pareça, quem tem melhorado mais a renda são os que não lêem jornal. No período 2001 a 2009, a renda dos analfabetos cresceu 47% enquanto a daqueles dos pelo menos superior incompleto caiu 17%.

Neste trajeto, aprendi que o Bolsa Família virou produto de exportação *Made in Brazil*. Invariavelmente as pessoas querem saber sobre o programa, ou então sobre a ascensão da nova classe média brasileira – este mais ao gosto das empresas privadas, em época de estagnação da demanda. Como disse certa vez nosso big Mac Margolis, correspondente da revista *Newsweek* no Brasil, todos querem saber como colocamos o nosso Gini de volta na garrafa e quais são as conseqüências disto.

Em particular, os chineses estão sérios em ouvir nossa estória na intenção de redistribuir renda. O combate à desigualdade e o conseqüente maior equilíbrio entre despesas de investimento e exportações de um lado, e consumo das famílias e possivelmente importações, de outro, estão no centro do planejamento de 12 anos deles. O que se percebe no crescimento chinês é que neste ritmo vai levá-los em tempo recorde ao primeiro mundo. É que quando eles se propõem a fazer qualquer coisa, eles simplesmente fazem. Devo admitir que o anúncio do redistributismo chinês soou como música aos ouvidos. Produzindo rara convergência entre o meu lado de economista social preocupado com a felicidade geral dos chineses e meus interesses tupiniquins.

Antes de seminário sobre a iniciativa oportunidades para a maioria do BID, (Banco Interamericano de Desenvolvimento) será lançada pesquisa do CPS/FGV sobre este tema. Isto dá continuidade a projetos de pesquisa iniciados ainda durante a fase das décadas perdidas. Em meados da década de 1990 participei de um projeto de pesquisa do BID que redundou num livro “Portraits of Poverty: An Asset Based Approach” onde contribuí com o artigo: “Assets, Markets and Poverty in Brazil” cuja versão em espanhol foi publicada no *El Trimestre Economico*. Quase dez anos depois participei de outras desta rondas de pesquisas, ligado ao projeto Qualidade de Vida, tema escolhido para a celebração de 50 Anos da Instituição. Neste projeto trabalhamos com os microdados do Gallup World Poll, que cobre dados objetivos e subjetivos da população de mais de 132 países. A partir destes dados propomos o IDH percebido (*PHDI – Perceived Human Development Index*) e mostramos que os pesos iguais dos três componentes do IDH embora arbitrários, não seriam muito diferentes daqueles encontrados usando a métrica da satisfação com a vida presente<sup>1</sup>. Inicialmente exploramos o que chamamos de Índice de Felicidade Futura relativo a 2011 onde

---

<sup>1</sup> Angus Deaton da Universidade de Princeton tinha pouco antes desafiado a visão alternativa convencional de que dinheiro não traz a felicidade.

estamos agora. O Brasil já aparecia como o recordista mundial Exploramos aqui novamente os dados relativos agora a 2014. Ano que o Brasil sediará a Copa do Mundo.....



Marcelo Neri – Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (CPS/FGV)

### Sítio da Pesquisa

O sítio da pesquisa [www.fgv.br/cps/brics](http://www.fgv.br/cps/brics) disponibiliza bancos de dados interativos. Inclui um amplo conjunto de informações a respeito dos fluxos de renda, mobilidade econômica e indicadores associados, enfatizando o potencial de produção e a capacidade de geração de renda dos indivíduos e famílias. As estatísticas disponíveis até 2011 permitem investigar as principais mudanças recentes das classes econômicas brasileiras. Inicialmente analisa diferenças e semelhanças de grupos emergentes entre países emergentes. Especial destaque é dado a entender a natureza da ascensão da nova classe média nos BRICS. Passando do nível global ao local, a pesquisa lança mão de novas bases de dados para mapear nos 5568 municípios brasileiros a distribuição relativa das diversos segmentos econômicos (i.e.; classes A, B, C, D e E, definidos pela FGV. Onde a pobreza e a riqueza são maiores?

## CPS e o debate social

A proposição e o estudo de indicadores sociais baseados em renda (como pobreza, nova classe média, desigualdade e bem estar social) é a área de pesquisa de maior relevância do Centro de Políticas Sociais. O nosso desafio tem sido o de processar grandes quantidades de microdados de domínio público oriundos de pesquisas domiciliares e de cadastros administrativos a fim de diagnosticar causas e consequências da desigualdade. O grupo de pesquisadores do CPS tem obtido sucesso neste objetivo de revelar, em primeira mão, todas as inflexões destas séries nacionais ao longo dos últimos 18 anos, e participado ativamente do debate sobre o desenho de políticas sociais. O gráfico dinâmico da miséria disponível no site da pesquisa mostra o trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos anos: [http://www.fgv.br/cps/Pesquisas/miseria\\_queda\\_grafico\\_clicavel/FLASH/index.htm](http://www.fgv.br/cps/Pesquisas/miseria_queda_grafico_clicavel/FLASH/index.htm)



## Sumário

A chamada nova classe média tem ocupado destaque na agenda das empresas privadas, dos gestores públicos, dos políticos e dos demais mortais no Brasil como em outros lugares. Na atual pesquisa, abrimos a nova classe média brasileira pelas dimensões globais, nacionais, locais e atuais ([www.fgv.br/cps/brics](http://www.fgv.br/cps/brics)). Senão vejamos:

**Global** - Inicialmente, analisamos diferenças e semelhanças de grupos emergentes entre países emergentes. Especial destaque é dado ao grupo dos BRICS, contrastando elementos diversos:

*Quanto o crescimento macroeconômico se reflete no bolso do cidadão comum?* O Brasil mais do que outros BRICS, apresentou um crescimento de pesquisas domiciliares 11,3 pontos de porcentagem superior ao PIB acumulada no período 2003 a 2009. A novidade é que esta diferença tem aumentado. Mesmo no caso do “pibão” de 2010, que cresceu a 6,5% per capita contra 9.6% da renda da PME, a desaceleração do PIB do começo de 2011 não se reflete ainda no mercado de trabalho metropolitano em 2011 onde a renda domiciliar per capita do trabalho cresce a 6.1% acima novamente do PIB.

*Quem melhora mais em cada país: a base ou o topo da distribuição de renda?* Para além da média, estas mesmas pesquisas permitem ver que a desigualdade de renda cai aqui e aumenta alhures. No Brasil já cai há dez anos seguidos, já entrando no 11º ano. Os 20% mais ricos do Brasil tiveram na década passada um crescimento inferior a dos 20% mais ricos de todos os demais BRICS, já nos 20% mais pobres acontece o oposto.

*Para além de melhoras objetivas, como estão atitudes e expectativas das pessoas em relação ao presente e ao futuro?* Segundo o Gallup World Poll, o grau de satisfação com a vida, a média do Brasil em 2009 era 8,7 numa escala de 0 a 10. Superamos os demais: África do Sul (5,2), Rússia (5,2), China (4,5) e Índia (4,5). Mais do que isso, o Brasil é o único dos BRICS que melhora no ranking mundial de felicidade saindo do 22º lugar em 2006 para 17º em 2009 entre 144 países.

O Brasil é o recordista mundial de felicidade futura. Numa escala de 0 a 10 o brasileiro dá uma nota média de 8,70 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2014 superando todos os demais 146 países da amostra cuja mediana é 5,6. Essa interpretação permite entender o Brasil: "o país do futuro" criada a exatos 70 anos atrás por Stefan Zweig. O sonho representa o espírito nova classe média tupiniquim.

**Nacional** - Quanto cresceu em termos líquidos diferentes estratos econômicos da sociedade brasileira no período recente?

Desde 2003 um total de 50 milhões de pessoas – mais do que uma Espanha - se juntaram ao mercado consumidor. Nos últimos 21 meses até maio de 2011 as classes C e AB cresceram 11,1% e 12,8% respectivamente. Neste período 13,3 milhões de brasileiros foram incorporadas às classes ABC adicionando aos 36 milhões que migraram entre 2003 e 2009.

**Atual** – Indicadores antecedentes sugerem melhoras. A última semana do mês de maio 2011, medida pela PME Semanal, sugerem viés de queda para pobreza e viés de alta para a classe ABC em relação ao mês completo. Não há sinais de desaceleração trabalhista.

A taxa de redução de desigualdade nos últimos 12 meses é um pouco acima daquele observado nas series da PNAD entre 2001 e 2009 no período de marcada redução da desigualdade. O comportamento anti-cíclico da desigualdade sugere a ausência de dilemas equidade versus eficiência no período sob análise. Alavanca mudanças na composição de classes observadas.\

**Empregos Formais** – O grande símbolo da nova classe média é a carteira de trabalho. Entre janeiro e abril de 2011 houve a criação líquida de 798 mil novos postos de trabalhos, o terceiro melhor desempenho desde 2000, ficando abaixo do mesmo período em 2010 (962 mil) e 2008 (849 mil). Não há sinal de desaquecimento trabalhista.

### **Local - Qual é a recordista de nova classe média? Onde a pobreza e a riqueza são maiores?**

O município mais classe A é Niterói com 30,7% na elite econômica. Depois vem Florianópolis (27,7%), Vitória (26,9%), São Caetano (26,5%), Porto Alegre (25,3%), Brasília (24,3%) e Santos (24,1%).

Se formos menos elitistas e incluirmos as classes B e C no páreo, o município gaúcho de Westfália apresenta a maior classe ABC com 94,2% nas Classes ABC. Quase todos os 30 municípios com maiores participações nas classes ABC estão na região Sul do país fruto da menor desigualdade de renda lá observada.

### **Quais são as Prescrições de Políticas para a nova classe média brasileira?**

**Agenda** - É preciso “Dar o mercado aos pobres”, completando o movimento dos últimos anos quando pelas vias da queda da desigualdade "demos os pobres aos mercados (consumidores)". “Dar o mercado” significa acima de tudo melhorar o acesso das pessoas ao mercado de trabalho. Os fundamentos do crescimento econômico e as reformas /associadas são fundamentais aqui. A educação regular e profissional funciona como passaporte para o trabalho. O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados.

## 1. Introdução

A chamada nova classe média tem ocupado destaque na agenda das empresas privadas, dos gestores públicos, dos políticos e dos demais mortais no Brasil como em outros lugares. Numa época de estagnação global observada depois da crise internacional, a ascensão econômica e social de dezenas de milhões de pessoas tem contribuído para manter a economia global girando. Em particular, os países dos BRICS, que abrigam mais da metade dos pobres do mundo hoje, multiplicará por 7, até 2050, a sua relação com a renda gerada nos países do G7. No centro desta massiva transformação de pobreza presente em riqueza futura está a nova classe média dos BRICS, que talvez seja a face humana mais palpável desta revolução. A presente pesquisa discute aspectos globais e locais da ascensão brasileira (até maio de 2011).

Inicialmente, a **seção 2** dá um enfoque **global**, analisando diferenças e semelhanças de grupos emergentes entre países emergentes. Especial destaque é dado ao grupo dos BRICS, contrastando elementos diversos tais como: Quanto o crescimento macroeconômico se reflete no bolso do cidadão comum? Quem melhora mais em cada país: a base, o meio, ou o topo da distribuição de renda? Em que medida as transformações observadas são sustentáveis no tempo? Para além de melhoras objetivas, como estão atitudes e ações das pessoas em relação ao futuro. Segundo alguns, a nova classe média seria formada por protagonistas de plano de ascensão social, aqueles que almejam transformar sonho em realidade. Depois da crise global, qual é a expectativa da população de cada país sobre a respectiva satisfação com a sua vida no futuro? Em síntese, qual é a qualidade percebida do crescimento das nações?

Passamos a **seção 3**, ao nível **nacional** através da análise da distribuição de classes usando uma combinação de bases nacionais dada pela PNAD 2009, projeções e observações com base na PME atual (até maio de 2011). Respondemos a seguinte pergunta: quanto cresceu em termos líquidos diferentes estratos econômicos da sociedade brasileira no período recente?

A **seção 4** detalha como chegamos ao momento **atual**. Acompanhando a trajetória de famílias individuais, quantas progrediram, e quantas regrediram? Quanto educação e trabalho explicam da ascensão de classes?

A **seção 5** analisa o nível **local**, lançando mão de nossos cálculos sobre novas bases de dados associadas ao Censo 2010, para mapear nos 5565 municípios brasileiros a distribuição relativa das diversos segmentos econômicos (i.e.; classes A, B, C, D e E, definidos pela FGV). Qual é a cidade mais classe A do país? Qual é a recordista de nova classe média? Onde a pobreza e a riqueza são maiores?

A **seção 6** discute à luz dos resultados encontrados as prescrições de políticas; quais são os elementos centrais da agenda de políticas públicas e ações privadas para a nova classe média brasileira?

Finalmente, a **seção 7** apresenta as principais conclusões da pesquisa.

## 2. Global Brasil X BRICS

### a. Crescimento, Desigualdade e Felicidade

*Perdemos nas mudanças do PIB para os demais BRICS, mas no trinômio dinheiro, desigualdade e felicidade, a comparação nos é favorável.*

*Lideramos o G3 do futebol mundial com 12 das 20 Copas do Mundo: os BIGs - Brasil, Itália e Alemanha (Germany), nessa ordem.*

Os países emergentes conquistam crescente atenção mundial, especialmente depois do recente débacle dos países ricos. Segundo o acrônimo BRICS, criado por Jim O'Neil da Goldman Sachs Brasil, Rússia, Índia, China e agora a África do Sul (*South Africa*) seriam os principais tijolos edificadores da riqueza em 2030. Mais de metade dos pobres do mundo hoje estão nestes países. BRICS importa tanto na riqueza futura como na pobreza presente.

A ascensão dos BRICS se reflete na escolha das sedes dos dois principais eventos esportivos do planeta no período 2008 a 2018: China (Olimpíadas de 2008), África do Sul (Copa de 2010), Brasil (Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016) e Rússia (Copa de 2018). Ou seja, só um evento, a Olimpíada de 2012, em Londres, não recaiu sobre os BRICS e só um membro do BRICS não sediará um desses eventos no período - a Índia - mas o Brasil sediará dois eventos. Em suma, dos seis eventos, cinco ocorreram em países do BRICS.

Os BRICS acabaram de virar um grupo oficial de países. As tradicionais uniões regionais, tipo Mercosul, acabam reunindo nações similares. O BRICS é mais interessante pelas diferenças do que pelas semelhanças. Em particular, o Brasil tem descasado dos demais BRICS em algumas dimensões. Senão vejamos:

**Crescimento** – O começo das chamadas décadas perdidas de crescimento brasileiras a partir de 1980 quase coincide com o começo do milagre econômico chinês. O Brasil tem crescido menos que os demais BRICS. China e Índia crescem mais que nós em todos os anos desde 1992.

Há que se considerar que nos demais BRICS, assim como na maioria dos países desenvolvidos, o principal medidor de progresso usado, o PIB, tem crescido mais que a renda de pesquisas domiciliares (as similares da PNAD brasileira). Por exemplo, na China, o PIB cresce dois pontos de porcentagem por ano acima da renda dos domicílios chineses. O oposto acontece no Brasil. Desde 2003 a renda da PNAD tem crescido 1,8 pontos de porcentagem por ano acima do PIB. Ou seja, se trocarmos a taxa de crescimento do PIB pela da PNAD entre 2003 e 2010, a goleada aplicada pelos chineses cai de 10% X 4% para 8% X 6%.

**Desigualdade** - Partindo de níveis bem mais altos, a desigualdade cai aqui e aumenta nos demais BRICS. Na Rússia pós comunista, o índice de Gini, que varia entre 0 e 1, tem alta recorde de 0,28 em 1992 para 0,44 em 2008. Já na África do Sul pós Apartheid, o Gini chega à incrível marca de 0,7.

Na década de 2000, as taxas de crescimento anual de renda domiciliar per capita dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos em cada um dos diferentes países foi: China (8,5% e 15,1%); Índia (1,0% e 2,8%); África do Sul (5,8% e 7,6%), enquanto no Brasil o bolo dos mais pobres cresce mais do que o dos mais ricos (6,3% e 1,7%). Ou seja, o bolso dos brasileiros, em especial dos pobres brasileiros, cresce mais que o PIB. O oposto acontece nos demais BRICS. A taxa de crescimento dos 20% mais ricos é inferior a de todos os BRICS e a dos 20% mais pobres superior a todos os BRICS, menos a China<sup>2</sup>.

**Felicidade** – Segundo o Gallup World Poll, no grau de satisfação com a vida, a média do Brasil em 2009 era 7, numa escala de 0 a 10. Superamos os demais: África do Sul (5,2), Rússia (5,2), China (4,5) e Índia (4,5). Mais do que isso, o Brasil é o único dos BRICS que melhora no ranking mundial de felicidade saindo do 22º lugar em 2006 para 17º em 2009 entre 144 países<sup>3</sup>.

No jogo do crescimento do PIB, acompanhado de perto pelos economistas, os BRICS tem goleado os países desenvolvidos. Já o Brasil estaria numa espécie de zona de rebaixamento da primeira divisão dos emergentes.

Já na disputa do dia a dia, que importa mais aos demais mortais, leia-se o trinômio dinheiro desigualdade felicidade, a comparação com os demais BRICS nos é favorável.

Agora no quesito mais fundamental de todos, àquele que determina a felicidade geral das nações no longo prazo, e depois dele, a comparação futebolística: esqueçam os BRICS, mas não todos os chamados PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália, Grécia e Espanha (*Spain*)) que estão quebrados e sem banco de reservas, literalmente. ??

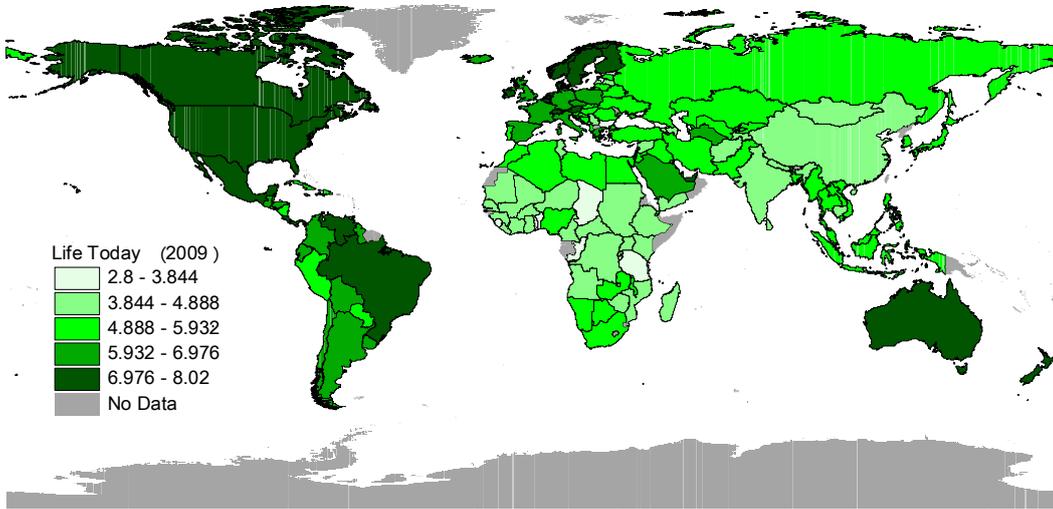
Os nossos hermanos espanhóis e argentinos que me perdoem, mas o verdadeiro G3 do futebol mundial com 12 das 20 Copas do Mundo disputadas são o que eu chamo aqui de “BIGs”, Brasil, Itália e Alemanha (*Germany*), nessa ordem.

---

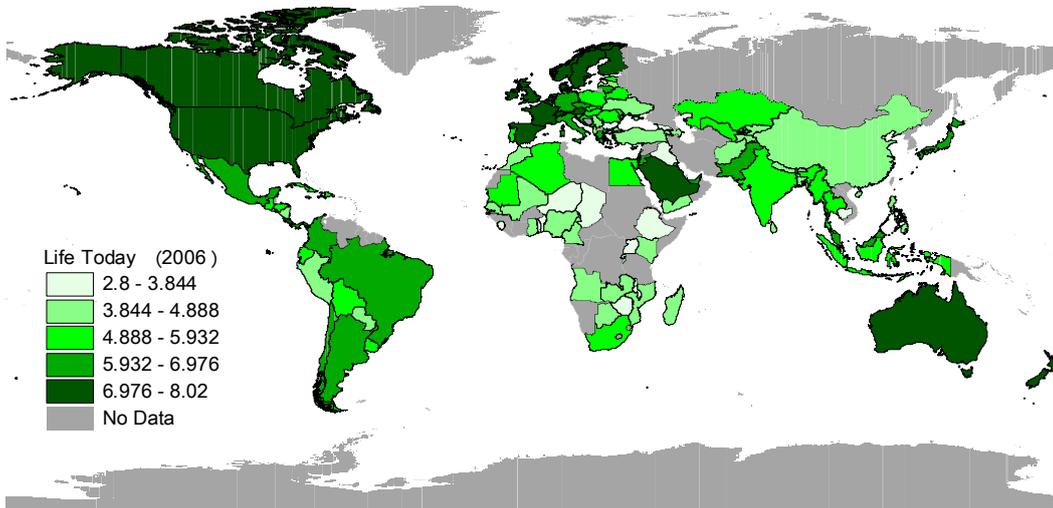
<sup>2</sup> Se atualizarmos as séries brasileiras até o final da década, o aumento de renda dos 20% mais pobres no Brasil será maior que a da China.

<sup>3</sup> Veja mapas de felicidade presente e tabelas na próxima seção na próxima página.

## Mapa Mundi de Felicidade Presente em 2009



## Mapa Mundi de Felicidade Presente em 2006



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Gallup World Poll (Projeto Bid)

## b. O Índice de Felicidade Futura (IFF)

*If I go insane,  
Please don't put your wires in my brain.*

**IF** - Roger Walters

### O país do futuro

O Brasil é o recordista mundial de felicidade futura. Em uma escala de 0 a 10, o brasileiro dá uma nota média de 8,70 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2014 superando todos os demais 146 países da amostra, cuja média era 6,5 e a mediana 5,6. Essa interpretação permite entender o Brasil: "o país do futuro" criada há exatos 70 anos atrás por Stefan Zweig. Antes, na expectativa com relação a 2011, o Brasil já ocupava o lugar mais alto do podium; agora a distância em relação ao segundo colocado aumentou.

Felicidade	Em 2014	Em 2004	Em 2009
País	em 5 anos	Há 5 anos	Hoje
<b>Media</b>	6,5	5,2	5,6
<b>Mediana</b>	5,6	5,2	5,2
<b>Max</b>	8,7	7,2	7,7
<b>Min</b>	4,4	3,2	2,8

Fonte: CPS/FGV a partir do Gallup World Poll 2009

NA ordem, outros BRICS no ranking de felicidade futura em 2014 é África do Sul com 7,2 na escala de 0 a 10, o 46º colocado em 144 países; China com 6,4, o 92º colocado; Rússia com 6, o 119º colocado e Índia com 5,7, o 128º colocado.

BRICS Ranking de Índice de Felicidade Futura				
	Felicidade	Em 2014	Em 2004	Em 2009
	País	em 5 anos	Há 5 anos	Hoje
Lugar no Ranking 144 Países				
<b>1</b>	<b>Brazil</b>	8,7	6	7
<b>46</b>	<b>South Africa</b>	7,2	4,6	5,2
<b>92</b>	<b>China</b>	6,4	3,5	4,5
<b>119</b>	<b>Russian Federation</b>	6	5,1	5,2
<b>128</b>	<b>India</b>	5,7	4,5	4,5

Fonte: CPS/FGV a partir do Gallup World Poll 2009

O brasileiro é aquele que apresenta maior expectativa de felicidade futura superando inclusive a Dinamarca, líder mundial de felicidade presente, mas 6º do ranking de felicidade futura. Dinamarca era 3º lugar em relação a 2011. O lanterninha é

a Bulgária - países do Leste Europeu tem baixas expectativas sobre o futuro. **Zimbabwe**, na África, ocupava o último lugar em relação a 2011.

<b>Ranking de Índice de Felicidade Futura</b>				
	<b>Felicidade</b>	<b>Em 2014</b>	<b>Em 2004</b>	<b>Em 2009</b>
	<b>País</b>	<b>em 5 anos</b>	<b>Há 5 anos</b>	<b>Hoje</b>
Lugar no Ranking 144 Países				
<b>Os 13 Primeiros</b>				
1	Brazil	8,7	6	7
2	Jamaica	8,3	5,2	6,2
3	Panama	8,2	6,4	7
4	United Arab Emirates	8,2	6,3	7,2
5	Costa Rica	8,1	6,9	7,6
6	Denmark	8,1	7,2	7,7
7	Norway	8,1	6,9	7,6
8	Qatar	8,1	5,1	6,4
9	Australia	8	6,6	7,5
10	Colombia	8	5,5	6,3
11	Finland	8	7,2	7,7
12	New Zealand	8	6,7	7,2
13	Canada	7,9	6,6	7,5

<b>Ranking de Índice de Felicidade Futura</b>				
	<b>Felicidade</b>	<b>Em 2014</b>	<b>Em 2004</b>	<b>Em 2009</b>
	<b>País</b>	<b>em 5 anos</b>	<b>Há 5 anos</b>	<b>Hoje</b>
Lugar no Ranking 144 Países				
<b>Os 13 Últimos</b>				
131	Turkey	5,6	5,2	5,2
132	Turkmenistan	5,6	-	6,6
133	Bosnia and Herzegovi	5,5	4,4	5
134	Cambodia	5,5	3,5	4,1
135	Chad	5,5	3,4	3,6
136	Latvia	5,5	4,8	4,7
137	Egypt	5,4	5,3	4,9
138	Togo	5,4	3,2	2,8
139	Armenia	5,2	3,9	4,2
140	Georgia	5,2	3,8	3,8
141	Haiti	5,1	3,8	3,8
142	Serbia	5,1	4,2	4,4
143	Burundi	4,7	3,7	3,8
144	Hungary	4,7	5,6	4,9
145	Tanzania (United Rep)	4,7	3,5	3,4
146	Bulgaria	4,4	4	3,6

Fonte: CPS/FGV a partir do Gallup World Poll 2009

No Brasil, a expectativa em relação ao futuro já era particularmente alta - na escala de 0 a 10, nossa nota média é 8,78, maior do que qualquer um dos 132 países então pesquisados.

Outro estudo da FGV falava em medida subjetiva de classe média. Classe média, como a juventude, seria um estado de espírito de que a vida vai melhorar no futuro. Pois aí está, entre outras medidas *forward-looking*.

O Índice de Felicidade Futura (IFF) vira em inglês Future Felicity Index cuja respectiva sigla FFI, lembra as teclas de avanço rápido para frente dos aparelhos de vídeo e de som, que são linguagem universal. Na prática, o paradoxo do alto IFF do jovem brasileiro seria um grande SE.

Nos perguntamos ao longo da pesquisa se haveria razão para otimismo da nossa população em geral, e dos nossos jovens em particular. O grosso das respostas a estas perguntas são endereçadas nas partes nacionais da pesquisa.

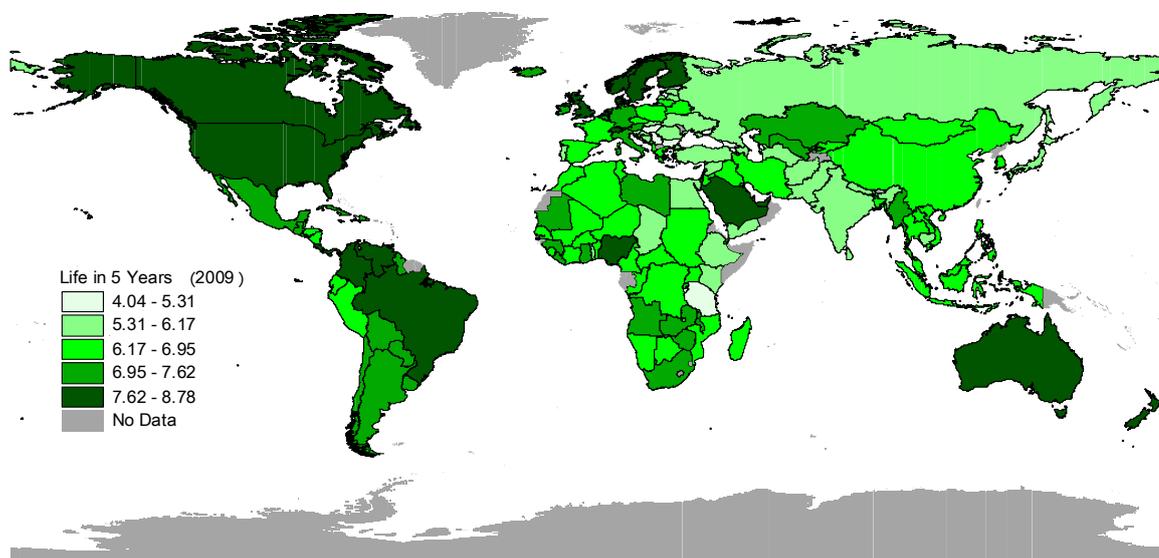
### **Dinheiro traz a felicidade (presente)?**

O senso comum nos informa que a felicidade pode ser considerada como o objetivo último na vida de cada pessoa. O estudo da satisfação com a vida tem interesse intrínseco bem como outras motivações, como a avaliação de políticas públicas alternativas e a solução de quebra-cabeças empíricos da economia. Em relação a este ultimo aspecto, provavelmente o paradoxo mais intrigante a ser explicado é a correlação extremamente fraca que diversos estudos apresentam entre renda, a variável mais venerada em economia, e felicidade. Inúmeros países que experimentaram um aumento drástico na renda real desde a Segunda Guerra não observaram um aumento no bem-estar auto-avaliado pela população, pelo contrário, a mesma diminuiu. Em um dado ponto no tempo, a renda mais alta está positivamente associada à felicidade das pessoas, contudo ao longo do ciclo de vida e ao longo do tempo, esta correlação é fraca, como no chamado Paradoxo de Easterlin. As pessoas adaptam suas aspirações aos maiores ingressos e se tornam mais exigentes à medida que a renda sobe. Como veremos mais adiante, esta visão foi recentemente desafiada por resultados empíricos apresentados por Angus Deaton (2007). É muito cedo para escolher o lado da discussão, mas o lançamento dos novos dados do Gallup World Poll, os quais cobrem mais de 132 países, ampliaram o horizonte geográfico da discussão, e o trabalho pioneiro de Deaton neles reembaralharam as cartas de felicidade com as notas de dinheiro. Sem ainda fazer apostas em dinheiro como causa principal da felicidade, discutimos a partir dos microdados deste mesmo conjunto de informações, cujo acesso foi propiciado pelo projeto sobre Qualidade de Vida do Banco Inter-Americano (BID), as relações entre renda e felicidade.

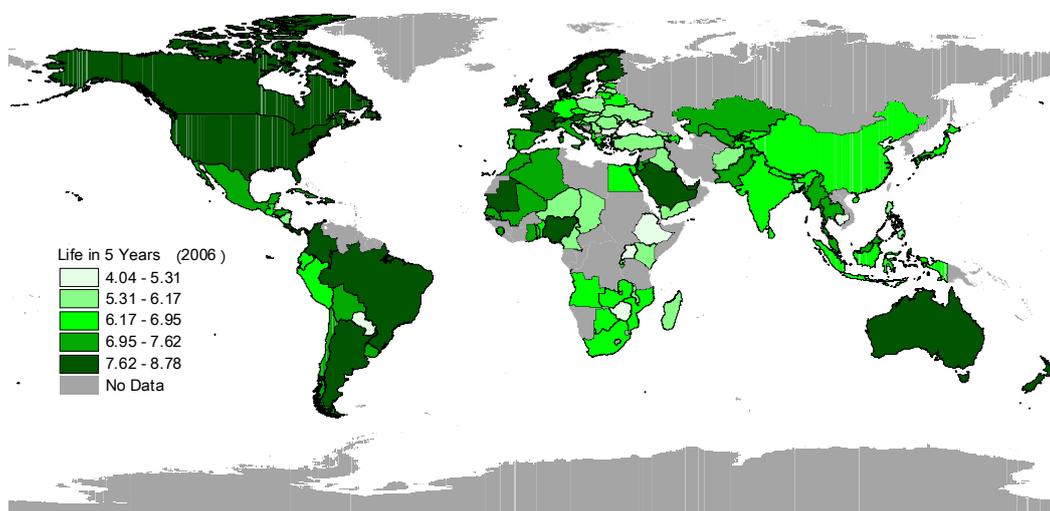
Iniciamos pelos mesmos dados de Deaton, que estão disponíveis para 132 países, explorando exercícios simples bivariados de satisfação com a vida em níveis e diferenças através de diferentes horizontes contra o PIB per capita ajustado por paridade

de poder de compra a fim de compararmos laranjas com laranjas entre países. O mergulho inicial do impacto da renda ao nível mundial sobre a satisfação com a vida nos informa que Togo ocupa a lanterninha com 3,2 numa escala de 0 a 10 e a Dinamarca a dianteira?, com 8,02. O Brasil está numa posição mais para a nação européia do que para a africana, atingindo 6,64, se situando acima da norma internacional de felicidade dado o seu PIB per capita. A nossa pesquisa também informa que dinheiro traz a felicidade presente no Brasil e no Mundo. Para cada 100% de aumento de renda a felicidade geral das nações sobe 15%. Mas o Brasil contraria um pouco esta norma internacional: o Brasil era número 22 no ranking mundial de felicidade presente acima da posição no ranking de renda número 52 de 132 países. Ou seja, temos mais felicidade presente que o nosso dinheiro no bolso sugeriria. De 2006 para 2009 a posição relativa do país aumentou de 22º lugar de 132 países para o 17º lugar em 146 países.

## Mapa Mundi de Felicidade Futura em 2014



## Mapa Mundi de Felicidade Futura em 2011



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Gallup World Poll (Projeto Bid)

## **País Jovem**

A juventude é um estado de espírito, não determinado pela idade em si, mas pela postura da pessoa diante do seu futuro. O jovem acredita que o melhor da vida ainda está por vir. Pesquisa inicial da FGV concebeu e calculou esta medida subjetiva de juventude em projeto para o BID a partir de uma nota de 0 a 10 reportada diretamente por cada um dos mais de 150 mil entrevistados no Gallup World Poll, em uma amostra de 132 países. A pesquisa mostrava a satisfação prospectiva de um cidadão do mundo com a vida; a perspectiva de felicidade futura em relação a 2011, onde estamos agora, cai com a idade do indivíduo de 7,41 aos 15 anos até 5,45 para aqueles com mais de 80 anos, quando as felicidades presente e futura se equivalem. Na idade dos debutantes, a média futura é 3,3 pontos melhor que a média de felicidade presente.

No Brasil, já era particularmente alta a expectativa em relação futuro - na escala de 0 a 10 nossa nota média foi 8,78, mais do que qualquer um dos 132 países pesquisados. Ou seja, somos campeões mundiais de felicidade futura, ou de atitude jovem. Essa interpretação permite reconciliar duas qualificações recorrentemente atribuídas ao Brasil: "o país do futuro", por uns, e "país jovem" por outros. Mais do que um país de jovens na sua composição demográfica, o Brasil é um país habitado por jovens de espírito. A média de felicidade futura do brasileiro entre 15 e 29 anos é 9,29 também superior a qualquer outro país pesquisado.

<b>Ranking de Felicidade Futura</b>		
População Jovem 15 a 29 Anos		
	<b>Felicidade</b>	<b>Em 2011</b>
	<b>País</b>	<b>em 5 anos</b>
Lugar no Ranking 132 Países		
<b>Os 13 Primeiros</b>		
1	<i>zzzbrazil</i>	9.29
2	<i>united states</i>	9.11
3	<i>venezuela</i>	8.87
4	<i>france</i>	8.78
5	<i>denmark</i>	8.78
6	<i>canada</i>	8.70
7	<i>ireland</i>	8.70
8	<i>panama</i>	8.68
9	<i>israel</i>	8.63
10	<i>sweden</i>	8.62
11	<i>colombia</i>	8.57
12	<i>australia</i>	8.51
13	<i>puerto rico</i>	8.51

<b>Ranking de Felicidade Futura</b>		
População Jovem 15 a 29 Anos		
	<b>Felicidade</b>	<b>Em 2011</b>
	<b>País</b>	<b>em 5 anos</b>
Lugar no Ranking 144 Países		
<b>Os 15 Últimos</b>		
117	<i>cameroon</i>	6.21
118	<i>niger</i>	6.20
119	<i>yemen</i>	6.14
120	<i>rwanda</i>	6.11
121	<i>palestine</i>	6.10
122	<i>malawi</i>	5.99
123	<i>afghanistan</i>	5.99
124	<i>brukina faso</i>	5.88
125	<i>tanzania</i>	5.81
126	<i>madagascar</i>	5.79
127	<i>ethiopia</i>	5.58
128	<i>uganda</i>	5.46
129	<i>iraq</i>	5.46
130	<i>cambodia</i>	5.37
131	<i>haiti</i>	5.18
132	<i>zimbabwe</i>	4.68

Fonte: CPS/FGV Gallup 2006

### c. A convergência da desigualdade

*Nos anos 2000, a renda dos 50% mais pobres no Brasil subiu 67,9% contra 10,03% dos 10% mais ricos.*

A desigualdade brasileira apesar de ser uma das “mais grandes” do mundo – como dizem nossos vizinhos latinos - deixou de ser ponto fora da curva internacional. É o que pude aprender em reuniões com pesquisadores de países desenvolvidos (Alemanha, EUA e Coréia) e emergentes (China, Índia, África do Sul e México).

Inicialmente, vale frisar a magnitude ainda absurda da nossa desigualdade. O índice de Gini - a medida mais usada de concentração de renda - varia de 0 a 1. Zero se as rendas de todos fossem iguais, e um quando a renda de todos se concentra numa única pessoa. Ou seja, nosso Gini atual de 0,53 está ainda mais próximo do máximo do que do mínimo da desigualdade. Por outro lado, ela está em queda aqui, e em alta nos demais países citados. Senão vejamos.

Em todos os países europeus da OCDE a desigualdade aumenta desde 1985 – a não ser pela França e Bélgica. Nos países nórdicos, como Suécia e Finlândia, entre os mais igualitários do mundo - função de um generoso *Welfare State* - é onde a desigualdade aumentou mais. A desigualdade norte-americana segue na mesma trajetória ascendente no período pós-Reagan, qualquer que seja a medida usada, mas maior naquelas que focam mais no topo da distribuição de renda.

Mais do mesmo aumento de desigualdade acontece nos demais BRICS. Em particular, quando fazemos os devidos ajustes passando de medições baseadas em consumo para renda e atualizamos os dados: os Ginis da China e da Índia, de 0,48 e 0,52 respectivamente, se aproximam do brasileiro. O Gini da Rússia passou de 0,28 nos escombros do comunismo para 0,42. Na África do Sul, o Gini está em 0,67 – nunca vi um tão grande – com alta pós-apartheid.

O Gini do Brasil acaba de chegar ao mínimo da nossa série histórica iniciada em 1960, mas ainda superior a todos os países acima citados. (exceto África do Sul) A exceção do México, que sofre os efeitos conjunturais do casamento com a economia americana, agora em crise. Este revés mexicano importa pelo tamanho do país na América Latina. Os livros recentes de Leonardo Gasparini e outro de Nora Lustig e Luis Felipe Calva, apontaram redução de desigualdade em 13 de 17 países do continente entre 2000 e 2007 - veja na próxima subseção. A exceção é Costa Rica e Uruguai justamente os mais igualitários dos latino-americanos. A América Latina, o mais desigual continente do mundo, é justamente onde a desigualdade cai.

Modelos de livro-texto de crescimento, como o de Solow, apregoam a convergência de renda média entre países, que de fato está acontecendo no período recente, a nível global, com o descasamento do forte crescimento da China e da Índia

em relação aos demais países. Estes dois países são estratégicos, pois abrigam mais da metade dos pobres do mundo.

Há convergência mundial da desigualdade dentro dos países? No sentido de que quem tem muita desigualdade passa a ter menos e quem tinha menos desigualdade interna passa a ter mais?

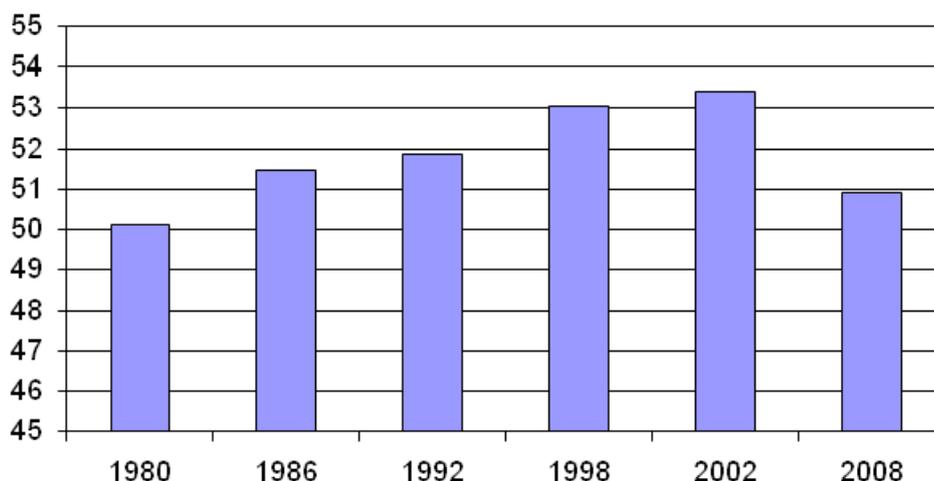
A desigualdade total entre os membros da aldeia global não estaria necessariamente aumentando apenas mudando a sua forma a partir de convergência de rendas médias entre países e da convergência de desigualdade dentro dos países. Esta é a minha conjectura aqui.

O que realmente difere no caso brasileiro – e latino americano - da última década, pelo menos para os demais países apontados acima, é o movimento das respectivas diferenças internas. Queda aqui e alta alhures. Saímos no Brasil de um Gini de quase 0,6 em 2001 atingindo 0,53 em 2010, com queda em todos os últimos 10 anos. A taxa acumulada de crescimento renda da real per capita na década passada dos 10% mais ricos foi de 10,03% contra 67,93% dos 50% mais pobres. Ou seja, descontando a inflação e o crescimento populacional de nossa Belíndia, o crescimento da metade inferior indiana foi 577% mais alto que o da elite belga que detinha antes quase metade da renda nacional (vide [www.fgv.br/cps/dd](http://www.fgv.br/cps/dd)).

#### **d. Desigualdade Latina, a “mais grande”? do mundo (mas em queda)**

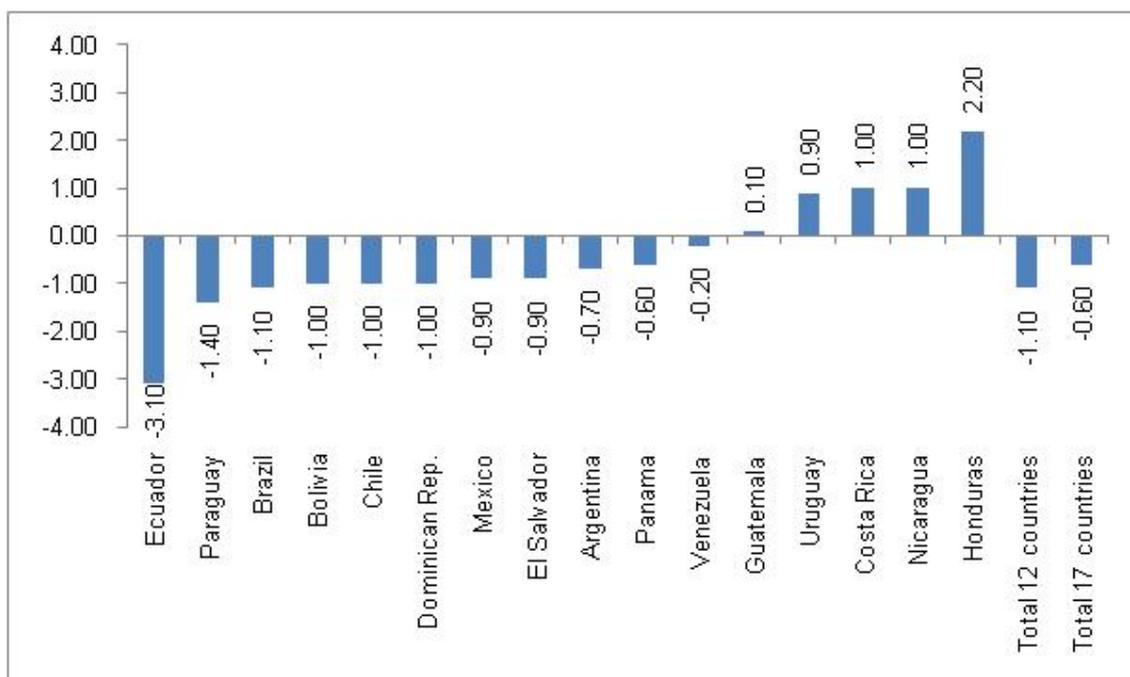
Se no futuro um historiador fosse nomear as principais mudanças ocorridas na sociedade brasileira e latino americana na primeira década do terceiro milênio, poderia chamá-la de década da redução da desigualdade de renda. Da mesma forma que a de 90 foi a da estabilidade para nós (depois dos vizinhos) e a de 80, a da redemocratização. Existe paralelo entre a fotografia e os movimentos do Brasil e da América Latina. Em ambos, o nível da desigualdade é dos mais altos do mundo, mas em queda. A má notícia é que ainda somos muito desiguais; a boa notícia prospectiva é que há muito crescimento a ser gerado na base da pirâmide social. Os livros recentes de Leonardo Gasparini e outro de Nora Lustig e Luis Felipe Calva apontaram redução de desigualdade em 13 de 17 países do continente entre 2000 e 2007

### Índice de Gini não ponderado para América Latina (21 países)



Fonte: Gasparini et al. (2010) - CEDLAS

### Variação do Índice de Gini não ponderado para América Latina (17 países) Entre 200 e 2007



Fonte: Lopez-Calva and Lusting (2010)

Há contribuição relevante no relatório do PNUD 2010 de descrever a redução de desigualdade, além de incorporar o seu efeito nas dimensões centrais do desenvolvimento humano, leia-se educação e saúde para além da renda. Não estamos apenas olhando para médias, mas para a distribuição destes elementos ao longo de nossas desiguais sociedades. Outra contribuição mais em linha com as seções anteriores

é olhar as aspirações e atitudes subjetivas através da investigação sistemática e objetiva de aspectos subjetivos dos países da América Latina.

Não há mudança real, sem a visão e ação daqueles que as protagonizam. Apesar de todas as dificuldades e riscos associados à empreitada, podemos agora começar a tentar entender as mentes inspiradoras do realismo fantástico de Gabriel Garcia Marquez ou dos bares lúgubres de Mário Vargas Llosa.

#### **e. Crescimento inclusivo sustentável?**

Dois Prêmios Nobel em Economia, Amartya Sen e Joseph Stiglitz, apresentaram os resultados de um relatório elaborado por uma comissão formada a pedido do presidente francês, Nicolas Sarkozy. A Comissão para Mensuração do Desempenho Econômico e Progresso Social contou com outros 21 pesquisadores de renome, incluindo Angus Deaton e James Heckman. O conteúdo do relatório acabou de ser publicado sob o formato do livro intitulado “Mismeasuring Our Lives”.

Não cabe aqui discutir este relatório em profundidade, nem mesmo as críticas que possam ser ventiladas à seu respeito, mas aplicar as suas quatro principais conclusões ao caso brasileiro pós recessão de 2003. Vejamos:

**PIB X PNAD** - O trabalho alerta quanto à necessidade de se melhorar as atuais medidas de desempenho econômico que se centram no Produto Interno Bruto (PIB). Em particular, enfatizar a perspectiva da renda e consumo do domicílio para melhor aferir padrões materiais de vida médios. Neste aspecto, cabe lembrar que embora no longo prazo, no caso brasileiro, a evolução de agregados como PIB das contas nacionais e a renda da Pesquisa nacional de Amostras a Domicílio (PNAD) apresentam tendências semelhantes, há um forte descolamento no período 2003 a 2009, quando a renda média da PNAD cresceu 11,3 pontos de porcentagem a mais que o PIB. De acordo com a visão objetiva das pessoas, os seus respectivos padrões médios de vida estão crescendo mais do que o PIB sugere. Na maioria dos outros países, como o livro aponta, tem acontecido o reverso, as respectivas PNADs indicam crescimento menor que o do PIB.

**Sustentabilidade** - Considerar estoques de ativos, como por exemplo, incorporar atributos ambientais para considerar a sustentabilidade dos indicadores de desempenho ao longo do tempo, isto é, se os atuais níveis de bem-estar podem ser mantidos para gerações futuras. Não vou entrar nas variáveis ambientais, porque não são a minha praia, mas nos estoques de ativos captados pela PNAD. Calculamos, a partir de equação de salários, indicadores de potencial de geração de renda baseados em ativos produtivos como capital humano (educação de todos os membros no domicílio e de sua utilização (posição na ocupação), capital social (associativismo) e capital físico (computadores, contribuição previdenciária pública e privada etc). Calculamos também, usando o

mesmo método e métrica, índices de potencial de consumo (duráveis, moradia etc). Os primeiros cresceram no período 2003 a 2009, 38% a mais que os segundos, indicando sustentabilidade dos padrões de vida assumidos. Na década de 90, aconteceu o oposto: indicador de consumo subiu mais do que o de capacidade de produção. Apesar da importância do crescimento do crédito ao consumidor e das transferências públicas sociais, como benefícios da previdência e o Bolsa-Família, o crescimento da educação e do emprego formal (embora níveis precários) são comparativamente mais relevantes para explicar as transformações em curso, sugerindo sustentabilidade do processo.

**Inclusão** - Medidas de renda, consumo e riqueza devem estar acompanhadas por indicadores que reflitam sua distribuição. Em um país apelidado de Belíndia, este tipo de consideração é de importância capital, pois a média esconde mais do que revela. No período 2003 a 2009 o crescimento da renda real per capita da PNAD dos 10% mais pobres foi 69% caindo monotonicamente à medida que nos aproximamos, décimo a décimo, dos 10% mais ricos quando atinge 12,6%. Ou seja, a taxa de crescimento dos mais pobres foi 550% maior que a dos mais ricos. É o que se pode chamar de espetáculo de crescimento, apenas dos mais pobres que tem crescido a taxas chinesas. Em países desenvolvidos como Estados Unidos e Inglaterra, ou Emergentes como, China e na Índia, ocorre o oposto, aumento de desigualdade.

**Percepção** - Por fim, a conjugação de medidas objetivas e subjetivas de bem-estar, mediante o uso de questões captada nas avaliações das pessoas com relação às suas vidas, visa obter um retrato mais fidedigno da qualidade de vida nos países. Ou seja, não basta objetivamente melhorar de vida, é preciso que as pessoas percebam esta melhora. Como a PNAD não dispõe de informações quanto às percepções das pessoas, usamos índices de globais de satisfação com a vida do Gallup World Poll. Em 2009, o Brasil se situava 17º lugar em 144 países. Todos os outros Brics se situavam em níveis abaixo da felicidade mediana. Entre 2006 e 2009, a felicidade geral da nação sai do ranking 22º lugar em 132 países em 2006 para 17º lugar em 144 países. Ou seja, a felicidade geral da nação brasileira evoluiu relativamente às demais nações.

Em suma, podemos dizer que o avanço econômico brasileiro nos últimos seis ou sete anos não constitui um espetáculo de crescimento; o PIB Brasil tem crescido na mediana da América Latina, que não tem sido a região mais dinâmica do mundo. A PNAD nos sugere crescimento maior que o do PIB. À luz das recomendações da comissão, a qualificação deste crescimento seria inclusivo e sustentável, não apenas em termos da objetividade dos brasileiros entrevistados em suas casas, como também na sua subjetividade.

### 3. Nacional - Monitorando as Classes Econômicas

#### a. Detalhando o Critério de Renda

Há algumas considerações na definição e uso do critério de renda, seja na definição de classes ou da sua tradução em potencial de consumo e de capacidade de geração (e manutenção) de renda.

Em primeiro lugar, o conceito de classes se refere à família e não aos indivíduos, pois há solidariedade interna na transformação dos proventos em consumo. Uma pessoa pertence, ou não, a uma família da classe média.

Em segundo lugar, também seguimos a literatura de bem estar social usando renda per capita e não renda total da família, ou dos domicílios. Pois há que se distinguir famílias que têm a mesma renda total e números de membros distintos. Por exemplo, na nossa classificação uma família que tem renda total de 2200 reais mensais divididos entre, digamos, 15 membros, terá renda per capita de R\$147 mensais dedicada exclusivamente à subsistência de seus membros, considerada pobre ou classe E em nossa classificação, enquanto outra composta de uma única pessoa terá a condição de comprar alguns supérfluos. Se usássemos o conceito de renda total da unidade estaríamos tratando de maneira igual pessoas em condições de vida bastante distintas. Existem significativos erros de classificação quando se usa renda domiciliar total ao invés do conceito per capita. Este erro corresponde aos diferentes estratos de renda: 29,2% na classe AB, 29,5% na classe C, 49% na classe D e 12,4% na classe E. O problema maior aqui é como tem havido redução sistemática no tamanho dos domicílios de 4,4 para 4,04, entre 2003 e 2009, função da transição demográfica em curso; o crescimento da renda domiciliar total de 21,09% acumulado no período subestima o crescimento de renda per capita total de 31,88%. Esta diferença de quase 10 pontos de porcentagem ou 50% do crescimento da renda total observada é o tamanho do erro cometido no período.

Em terceiro lugar, evitamos o uso de faixas de salário mínimo comum na literatura tupiniquim por pelo menos duas razões, a saber: o poder de compra do salário mínimo tem mudado sistematicamente ao longo do tempo. Em 2004 quando lançamos o estudo *Mapa do Fim da Fome II*, baseados nas informações do Censo 2000, a nossa linha de pobreza superava a linha de 1/2 salário mínimo (a preços de 2000 era 75,5 reais -salário mínimo de R\$ 151- contra R\$ 79 da nossa linha de pobreza). A preços de hoje, a nossa linha de pobreza equivale a pouco mais de 1/4 de salário mínimo cerca de R\$ 127,50 (salário mínimo de R\$ 510) contra R\$ 140 reais da nossa linha ajustada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE. Ou seja, o uso do salário mínimo como numerário falha em manter constante o poder de compra ao longo do tempo, que seria uma motivação inicial para o seu uso como linha de pobreza absoluta. O uso do salário mínimo não vem em geral acompanhado de diferenciadores do custo de vida regional conforme usado em nossos índices de classes econômicas e de pobreza.

## b. As Divisões de Classes:

Preferimos o uso de referências relativas à distribuição de porcentagens da população em um ano base, que são depois mantidas ao longo do tempo, conforme explicado a seguir. Ao contrário de análises da distribuição de renda relativa onde mapeamos a parcela relativa de cada grupo na renda total, nos fixamos aqui na parcela da população que está dentro de determinados parâmetros fixados para todo o período.

Isto é, estamos preocupados com a renda absoluta de cada pessoa. A presente abordagem é similar àquela usada na análise de pobreza absoluta, só que estamos preocupados também com outras fronteiras como aquelas que determinam a entrada na classe média e a saída deste grupo para a classe alta. Fazendo uma analogia, na análise distributiva relativa, estamos num gráfico de pizza de tamanho fixo onde para um grupo ganhar, outro tem de diminuir. Na análise absoluta aqui utilizada, além da dança distributiva, o tamanho de pizza pode mudar. O que está por traz do resultado é que além dos de renda mais baixa terem se apropriado de uma maior parcela relativa da pizza (a redução da desigualdade), a mesma aumentou de tamanho (o crescimento). Passou, digamos, de um tamanho brotinho para média. Na presente análise, estamos preocupados não só na parcela relativa, mas na quantidade de pizza apropriada por cada estrato da sociedade<sup>4</sup>.

A Classe C é a classe central, abaixo da A e B e acima da D e E. A fim de quantificar as faixas, calculamos a renda domiciliar per capita e depois a expressamos em termos equivalentes de renda domiciliar total de todas as fontes. Seguindo a abordagem proposta em Esteban, Gradin e Ray (2007), escolhemos não segmentos iguais de população, mas aqueles que maximizam a distancia entre grupos e minimizam a distancia dentro dos grupos. A tabela abaixo ilustra, para várias bases de dados, que as nossas faixas conseguem ter um nível de desigualdade entre grupos quase 20 pontos percentuais acima da distribuição em três grupos de tamanhos iguais.

<b>CORTES E MEDIDAS DE DESIGUALDADE - ÍNDICE DE THEIL</b>			
<b>% da desigualdade explicada pelo ENTRE segmentos de renda</b>			
	<b>CLASSES ECONOMICAS CPS/FGV</b>	<b>GRUPOS % IGUAIS (1/3)</b>	
PME 2002-2003	76.71%	59.34%	
PNAD 2003	79.71%	59.91%	
PNAD 2009	74.29%	57.96%	
POF 2008-2009	71.40%	59.29%	

*Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do IBGE*

Depois, realizamos ajuste na média de renda, pois a POF, pesquisa mais completa em termos de questionário de renda, capta melhor que a PNAD a renda não

<sup>4</sup> Quando usamos a PME em função da nossa classificação se basear em renda do trabalho, restringimos a análise ao grupo em idade ativa de 15 a 60 anos de idade e fazemos os ajustes equivalentes na renda domiciliar per capita.

monetária, fundamental aos pobres, e a renda financeira apresenta níveis de desigualdade muito próximos ao observado. Permitindo apenas um ajuste da média de renda, uma vez que a distribuição foi fixada em termos de percentuais da distribuição.

Após estes ajustes, a faixa C central está compreendida entre os R\$ 1610 e os R\$ 6950, uma renda média de R\$ 4250 a preços de hoje na média nacional ajustados pelo custo de vida local. A nossa classe C está compreendida entre os imediatamente acima dos 50% mais pobres e os 10% mais ricos na virada do século<sup>5</sup>. Heuristicamente, os limites da classe C seriam as fronteiras para o lado indiano e para o lado belga da nossa Belíndia. Investigamos as migrações entre estes diferentes Brasis. A classe C auferem em média a renda média da sociedade, ou seja, é classe média no sentido estatístico. A classe C é a imagem mais próxima da média da sociedade brasileira. Dada desigualdade, a renda média brasileira é alta em relação ao resto da distribuição.

Na comparação com o resto do mundo: 80% das pessoas no mundo vivem em países com níveis de renda per capita menores que o brasileiro. A distribuição de renda no Brasil é próxima daquela observada no mundo. Temos uma renda ajustada por paridade de poder de compra (PPC) similar a mundial e o Gini interno é similar àqueles observados entre o PIB per capita PPC entre países. Ou seja, a nossa classe média não seria diferente daquela observada no mundo usando os mesmos métodos. Talvez por isso, o estudo mais recente sobre classe média mundial da Goldman Sachs (“The Expanding Middle”) gere resultados próximos a nossa classe C, vulga média<sup>6</sup>.

Outros estudos internacionais variam bastante a definição de Classe Média de R\$ 115 a R\$ 516 no trabalho de Barnajee & Duflo do MIT de 2007 até R\$ 2435 ? a R\$ 10025 do Banco Mundial (Global Economic Prospects de 2007). Este último mais próximo da definição da classe média em países desenvolvidos, segundo o estudo da Goldman Sachs. A nossa classe C está dentro dos limites deles que variam muito entre si. Alguns olham para a nossa classe C e a enxergam como média baixa e para a nossa classe B e a enxergam como classe média alta. O mais importante é ter um critério consistente definido ao longo do tempo.

De toda forma, aquele pertencente à nossa classe A, que se julgam classe média, procure as palavras *Made in USA* atrás de seu espelho. Agora a parcela da Classe C subiu no Brasil 22,8% de abril de 2004 a abril de 2008, neste mesmo período a nossa Classe A & B subiu 33,6%. Portanto para quem acha classe média mais rica que a nossa classe C, a conclusão que a classe média cresceu não é afetada, pelo contrário. Outros indicadores indicam a ocorrência de um *boom* na classe C: casa, carro, computador,

---

<sup>5</sup> O status relativo de renda dos 10% mais altos vis a vis o resto da distribuição era segundo os estudos de David Lam e Sam Morley o que diferencia a concentração de renda no Brasil e na América Latina frente à de outros países, como os Estados Unidos que não é um país particularmente igualitário.

<sup>6</sup> De R\$ 859 a R\$ 4296 deles contra R\$ 1126 a R\$ R\$ 4854 nosso na mesma data sem o ajuste POF, ambos expressos em reais da mesma época.

crédito e carteira de trabalho estavam **todos** nos seus níveis recordes históricos quando a crise chegou ao país e agora, em 2010, estão voltando todos a níveis próximos ou superiores a estes recordes históricos.

### **c. Monitorando as Classes Econômicas no Brasil até 2011**

**Emergentes - Desde 2003 um total de 50 milhões de pessoas – mais do que uma Espanha - se juntaram ao mercado consumidor.**

**Nos últimos 21 meses até maio de 2011, as classes C e AB cresceram 11,1% e 12,8%, respectivamente. Neste período 13,3 milhões de brasileiros foram incorporados às classes ABC adicionando aos 36 milhões que migraram entre 2003 e 2009.**

A análise do quadro nacional apresenta dificuldades nos anos de Censo, função da maior defasagem envolvida no seu processamento, falta de comparabilidade dos dados e ausência de PNAD. Nesta parte combinamos os níveis da PNAD com projeções ponderadas dela e variações extraídas da PME para traçar o quadro nacional das classes econômicas até Maio de 2011. Seguimos estratégia similar a de nossa última pesquisa sobre desigualdade na década ([www.fgv.br/cps/dd](http://www.fgv.br/cps/dd))

Esta nova pesquisa da FGV, a partir da combinação de microdados da PNAD e PME (IBGE), revela, entre outros indicadores, qual foi a dança distributiva da população brasileira entre os diferentes estratos econômicos. A principal característica da abordagem aqui utilizada é o seu nível de desagregação em quatro grupos de renda. Olhamos a evolução da participação da população em cada estrato. Apresentamos abaixo os limites das classes econômicas medidas em renda domiciliar total de todas as fontes, por mês<sup>7</sup>:

**Definição das Classes Econômicas**  
Renda Domiciliar Total de Todas as Fontes  
Limites (preços 2011)

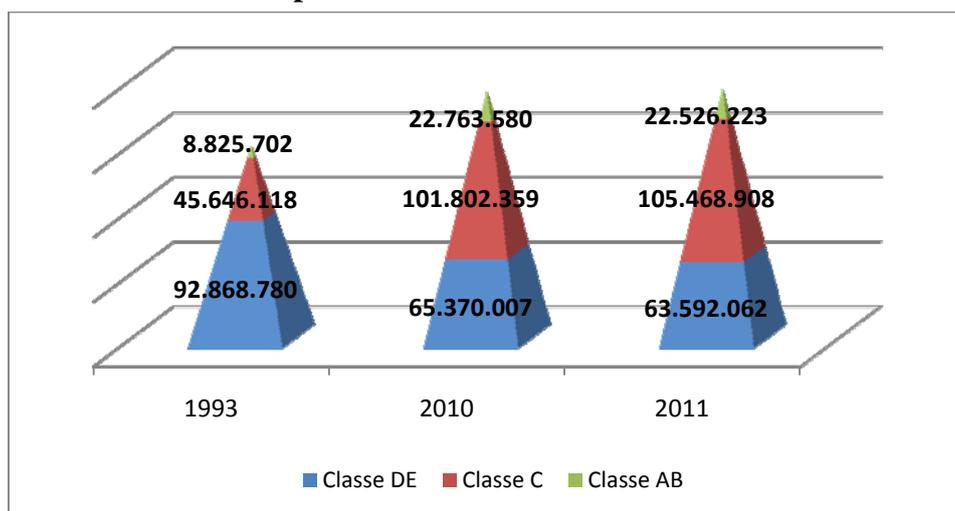
	Inferior	Superior
Classe E	0	751
Classe D	751	1200
Classe C	1200	5174
Classe B	5174	6745
Classe A	6745	

---

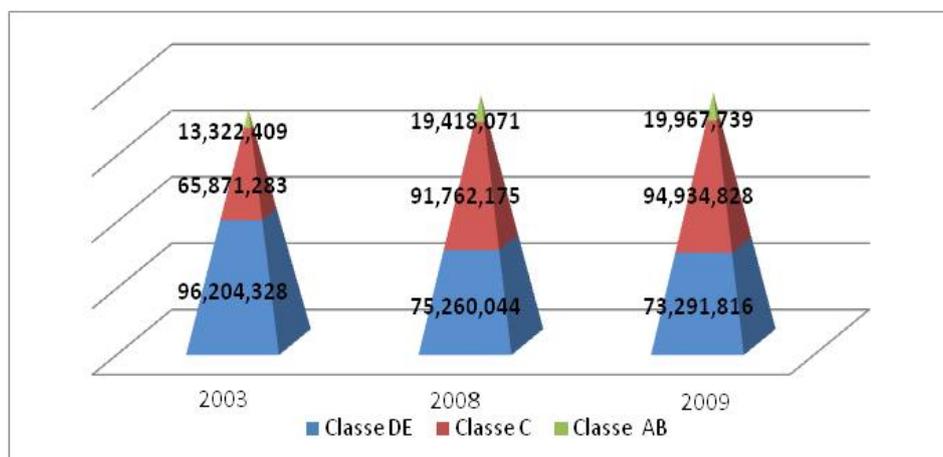
<sup>7</sup> Os valores são calculados a partir do conceito de renda domiciliar per capita. Quando aplicados a PME compatibilizadas com o fato da renda ser só do trabalho para a população de 15 a 60 anos.

Apresentamos a seguir um gráfico que sintetiza a dança distributiva protagonizada pelos brasileiros nas últimas duas décadas. Faremos uma análise mais geral dos grupos extremos, para em seguida detalhar o que aconteceu com cada subgrupo. De maneira geral, utilizando as informações domiciliares mais recentes investigadas até maio de 2011, pela Pesquisa Mensal do Emprego (IBGE), o que podemos notar é que na soma dos estratos econômicos médios e altos da distribuição, sintetizados nas classes ABC, 13,1 milhões foram adicionados desde 2009, perfazendo um total de 48,8 milhões de ingressantes neste grupo entre 2003 e 2009. Em contrapartida a base da pirâmide econômica formada pelas classes D e E foi reduzida de 96,2 milhões em 2003 para 63,6 milhões em 2011, sendo 9,7 milhões desde 2009. Significa que, na combinação dos dados mais recentes da PME às últimas sete PNADs, quase a população total da África do Sul foi incorporada às classes ABC. As pirâmides populacionais abaixo ilustram a evolução da população brasileira dividida nos diversos estratos econômicos.

### A Pirâmide Populacional dividida em Classes Econômicas

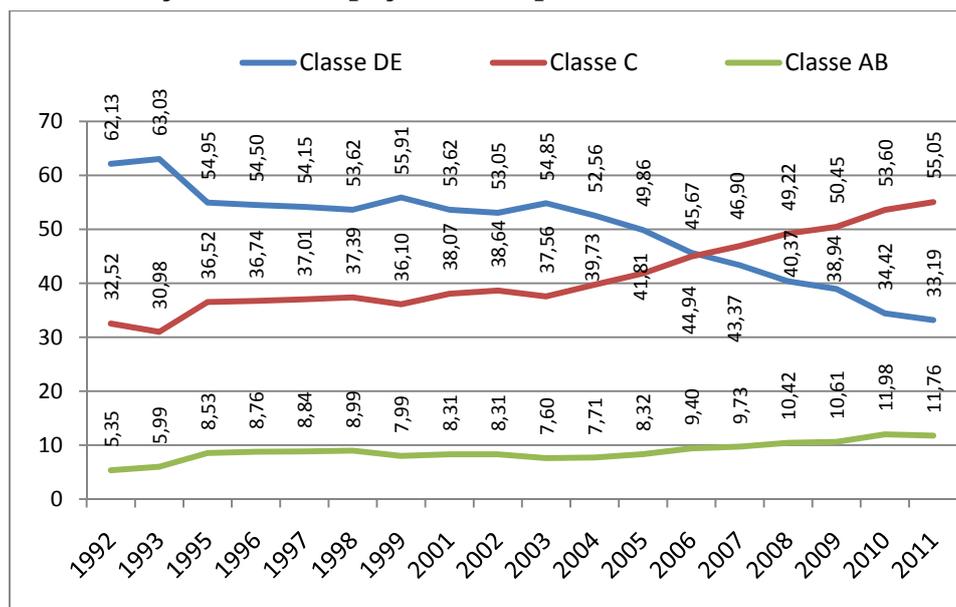


### Anos Intermediários



Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD e PME/IBGE

## Evolução da Participação de Grupos de Classes Econômicas



Em seguida, apresentamos um série de tabelas e gráficos que permitem ao leitor analisar detalhadamente o que aconteceu em cada grupo específico de renda.

### Evolução da População por Classes Econômicas<sup>8</sup> -

	2011/1993	2011/2003	2011/2009	2011/2010
Classe AB/C	80.71%	47.94%	9.41%	1.87%
Classe AB	96.29%	54.71%	10.82%	-1.90%
Classe C	77.70%	46.57%	9.12%	2.71%
Classe D	-27.47%	-24.03%	-14.02%	-1.76%
Classe E	-63.22%	-54.18%	-15.90%	-6.26%

*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD e PME/IBGE

### Diferença Populacional por Classes Econômicas

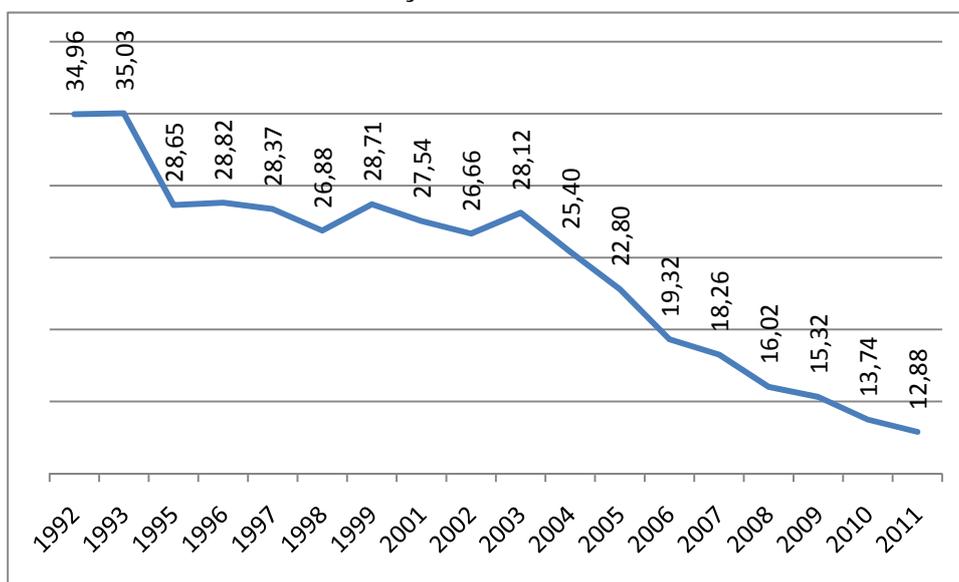
	2011/1993	2011/2003	2011/2009	2011/2010
Classe AB/C	73523311	48785385	13083641	3429193
Classe AB	13700521	9195974	2558799	-237356
Classe C	59822790	39589412	10524842	3666549
Classe D	-2347824	-7976346	-5543969	-356452
Classe E	-26928895	-24637406	-4146862	-1421494

*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD e PME/IBGE

<sup>8</sup> Neste caso reflete mudanças nas participações relativas de cada classe e do aumento do contingente populacional.

Os dados recentes da Pesquisa Mensal do Emprego (disponíveis até maio de 2011), mostram que a pobreza continua a sua tendência decrescente identificada em pesquisas anteriores. Desde a recessão de 2003 até o ano 2009, tivemos 20,5 milhões de pessoas saindo da pobreza. Adicionamos em quase dois anos, mais 4,1 milhões (sendo 1,4 milhões nos últimos 9 meses), somando então cerca de 24,6 milhões de pessoas cruzando a linha de miséria nos últimos 8 anos. Chegamos a uma população de 24,6 milhões de pobres, com renda familiar até 751 reais mensais, um contingente ainda expressivo, sem dúvida, mas que seriam quase 50 milhões se a pobreza não tivesse caído nos últimos anos. A queda acumulada na taxa de pobreza é 54,18%, em 8 anos (sendo 15,9% desde 2009), atingindo hoje 12,88% da população<sup>9</sup>.

**Evolução da Classe E %**

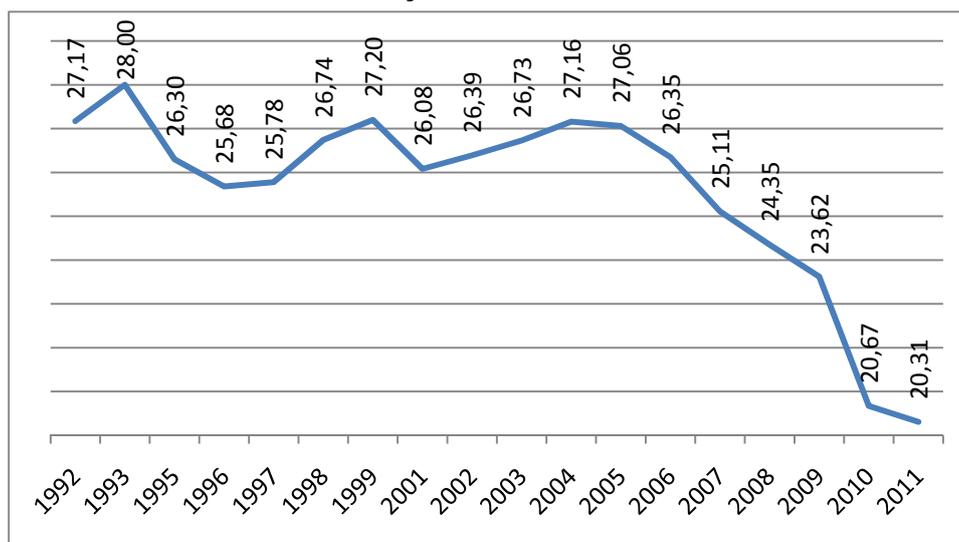


Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD e PME/IBGE

A proporção estimada de pessoas na classe D é, hoje, 20,31% (contra 23,62% em 2009). São 38,9 milhões de brasileiros com renda desde 751 reais mensais até R\$ 1200. Em termos de movimento, o que podemos notar é a redução de 5,5 milhões de pessoas em quase dois anos, ou de 8 milhões se considerarmos os últimos 8 anos.

<sup>9</sup> Com renda per capita inferior a 137 reais mensais (a preços da grande São Paulo ou 145 reais a preços médios nacionais ponderados pela população de cada estado).

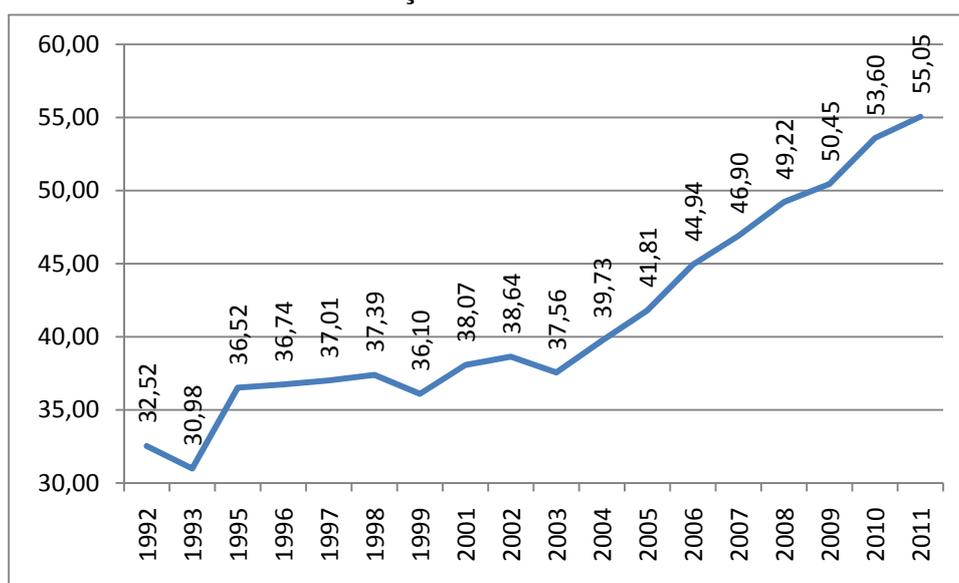
### Evolução da Classe D %



Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD e PME/IBGE

Olhando mais para cima e para o alto da distribuição, cerca de 39,6 milhões ingressaram nas fileiras da chamada nova classe média (Classe C) entre 2003 e 2011 (59,8 milhões desde 1993). Centrando nossa análise ao período mais recente, notamos crescimento acumulado de 9,12% na proporção de pessoas pertencente a este grupo desde 2009, equivale a dizer que 10,5 milhões de brasileiros que não eram, passam a ser classe C (3,7 milhões só no último ano). A mesma que atingia 50,45% da população brasileira em 2009, passa agora a 55,05% em 2011. Traduzindo em números absolutos, atingimos a marca de 100,5 milhões de brasileiros que tem renda entre 1200 até 5174 reais mensais, sendo esta a classe dominante no sentido populacional.

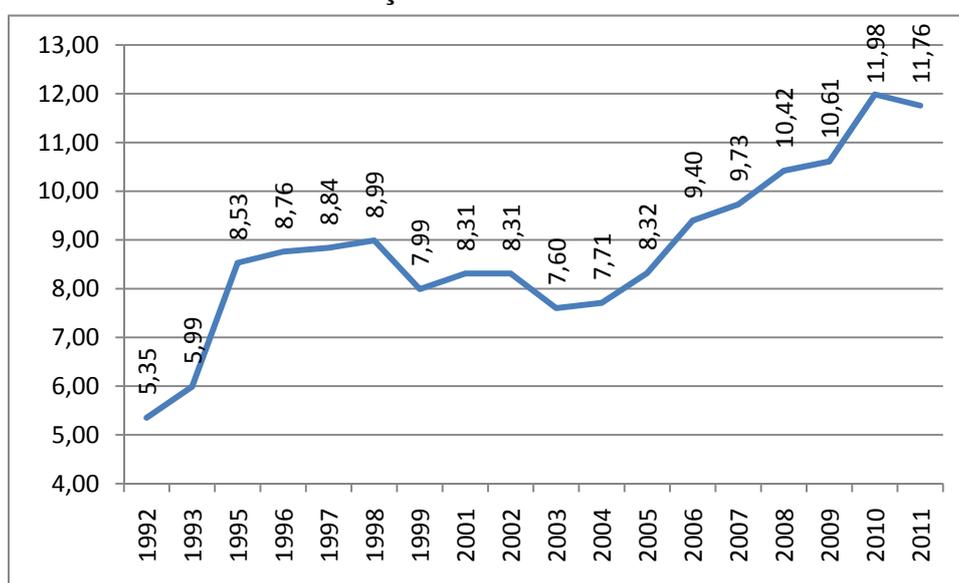
### Evolução da Classe C %



Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD e PME/IBGE

Mostramos em nossa última pesquisa que, as classes AB foram as que cresceram mais em termos relativos (39,6%) no período entre 2003 a 2009, quando 6,6 milhões foram incorporados a esse grupo. Mais recentemente, com base na PME, identificamos entre 2010 e 2011, queda de 1,9% na taxa, mas se considerarmos o acumulado dos últimos 21 meses, o que observamos é um aumento de 10,82% na proporção de pessoas na classe AB. Isso corresponde à entrada de mais 2,6 milhões de pessoas no grupo mais alto de renda. Juntando os dois pedaços, ao considerarmos todo o período (2003 a 2011), o contingente de pessoas que passam à classe AB é de 9,2 milhões, ou de 13,7 milhões se olharmos desde 1993. Somamos hoje, em 2011, 22,5 milhões de pessoas nesse grupo.

**Evolução da Classe AB %**



Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD e PME/IBGE

A seguir um quadro com o número de pessoas que habitam cada grupo de renda em diferentes momentos do tempo.

**População por Classes Econômicas**

Categoria	1993	2001	2003	2009	2010	2011
<b>Classe AB/C</b>	54471820	78978450	79209746	114911490	124565939	127995131
<b>Classe DE</b>	92868780	91307125	96205814	73282893	65370007	63592062
<b>Classe AB</b>	8825702	14150731	13330250	19967424	22763580	22526223
<b>Classe C</b>	45646118	64827718	65879496	94944066	101802359	105468908
<b>Classe D</b>	41255368	44410478	46883891	44451513	39263996	38907544
<b>Classe E</b>	51613412	46896647	49321923	28831379	26106011	24684517

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

## Evolução das Classes Econômicas

Disponibilizamos, no site da pesquisa, um panorama completo da composição e evolução das classes econômicas nas 6 principais metrópoles brasileiras. As informações estão disponíveis até 2011, com diferentes cortes temporais que vão desde médias anuais à combinação de meses específicos. Além da composição das classes econômicas, é possível obter também o perfil de cada classe, ou seja, a participação de cada grupo na população total, assim como detalhar as médias de renda per capita e o total domiciliar.

As informações estão disponíveis para os quatro grupos.

*Panorama de Evolução das Classes Econômicas*

---

Macro contexto:	Análise:	Classe Econômica:	Variável:
Anual	Taxa	Classe E Classe D	Não definido

\* Segure a tecla 'CTRL' para marcação de 2 períodos simultâneos.

[Características Demográficas](#)

<input checked="" type="checkbox"/> População total	<input type="checkbox"/> Sexo	<input type="checkbox"/> Faixa etária
<input type="checkbox"/> Escolaridade	<input type="checkbox"/> Posição na família	<input type="checkbox"/> Cor ou Raça
<input type="checkbox"/> Número de pessoas no domicílio		

[Características Sócio-Econômicas](#)

<input type="checkbox"/> Contribui para a Previdência	<input type="checkbox"/> Posição na Ocupação	<input type="checkbox"/> Membro de Cooperativa
<input type="checkbox"/> Tamanho da Empresa	<input type="checkbox"/> Frequentou ou Frequentou Algum Curso de Qualificação Profissional	<input type="checkbox"/> Jornada (Horas Efetivas)
<input type="checkbox"/> Tempo de Empresa		

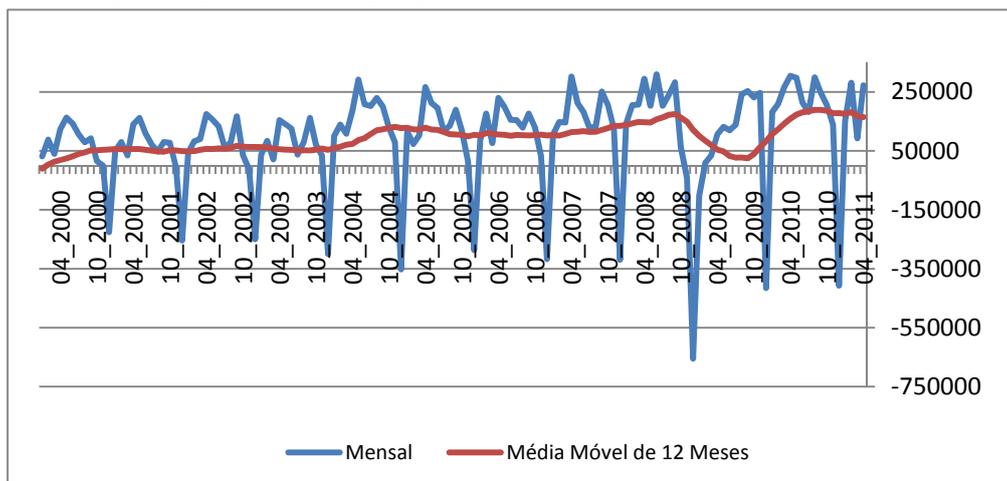
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IRGF

[http://www.fgv.br/cps/bd/nbrics/PME\\_CLASSEMEDIA/index-br.htm](http://www.fgv.br/cps/bd/nbrics/PME_CLASSEMEDIA/index-br.htm)

## Geração de Empregos Formais

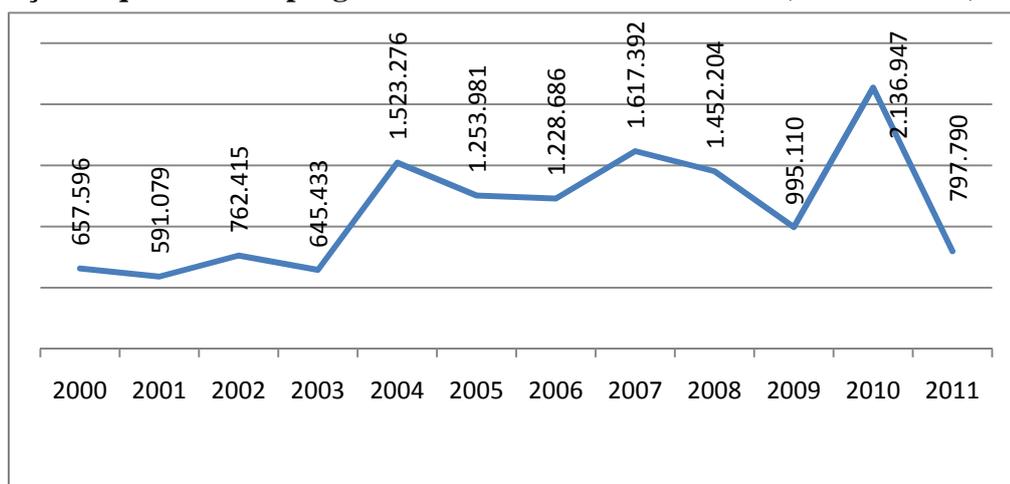
Passamos à análise da evolução recente do emprego formal no país. Esta informação é particularmente importante, já que o emprego com carteira assinada é uma das fortes características da classe média brasileira. No gráfico abaixo podemos ver a série mensal da geração líquida de empregos formais no país. Em geral, observamos sazonalidade na série, que apresenta as maiores destruições de postos de trabalho em dezembro de cada ano. A fim de corrigir isso e suavizar a série, optamos por apresentar também as médias móveis de 12 meses.

### Geração Líquida de Emprego Formal - Mensal (jan 2000 a Abril 2011)



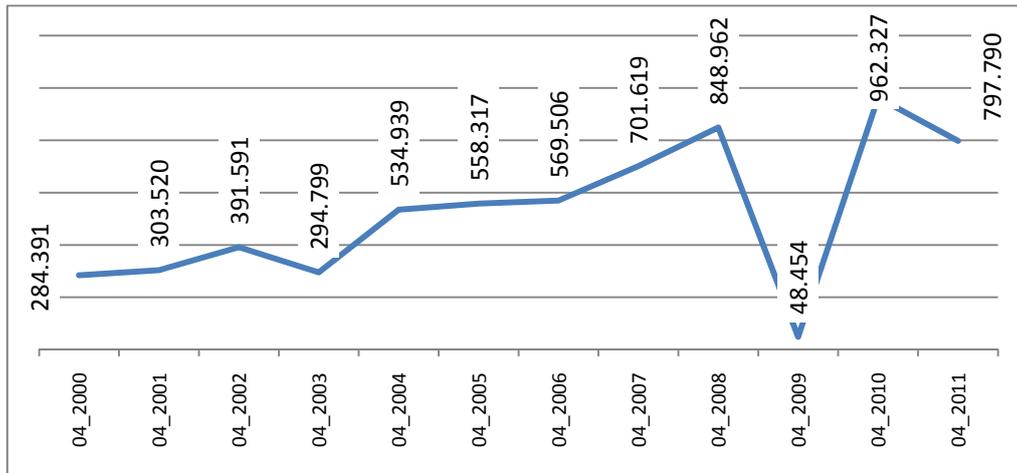
Com 2,1 milhões de empregos gerados, o ano 2010 bateu o recorde desde o início da série, recuperando o cenário visto no ano anterior que apresentou um saldo líquido de 995 mil novos postos de trabalho. Talvez esse não seja um resultado tão ruim, se olharmos num contexto de crise internacional. Dado excelente desempenho visto em 2010, estamos interessados agora em saber o que está acontecendo em 2011. Para isso comparamos o total de empregos gerados entre janeiro e abril de 2011 com o mesmo período nos anos anteriores. Com criação líquida de 798 mil novos postos de trabalhos, os dados apontam para o terceiro melhor desempenho desde 2000, ficando abaixo do mesmo período em 2010 (962 mil) e 2008 (849 mil).

### Geração Líquida de Emprego Formal – Acumulado no Ano (2000 a 2011\*)



Fonte: CPS/FGV a partir dos dados do CAGED / M T E.

### Geração Líquida de Emprego Formal – Jan a Abril (2000 a 2011)



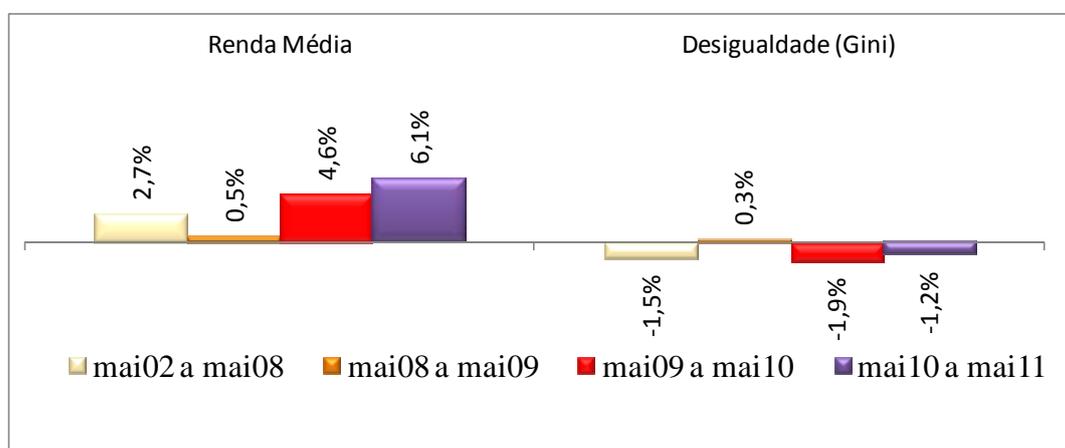
Fonte: CPS/FGV a partir dos dados do CAGED / M T E.

## 4. Atual - Dinâmica Recente

### a. Dinâmica Macro Recente - Média de Renda

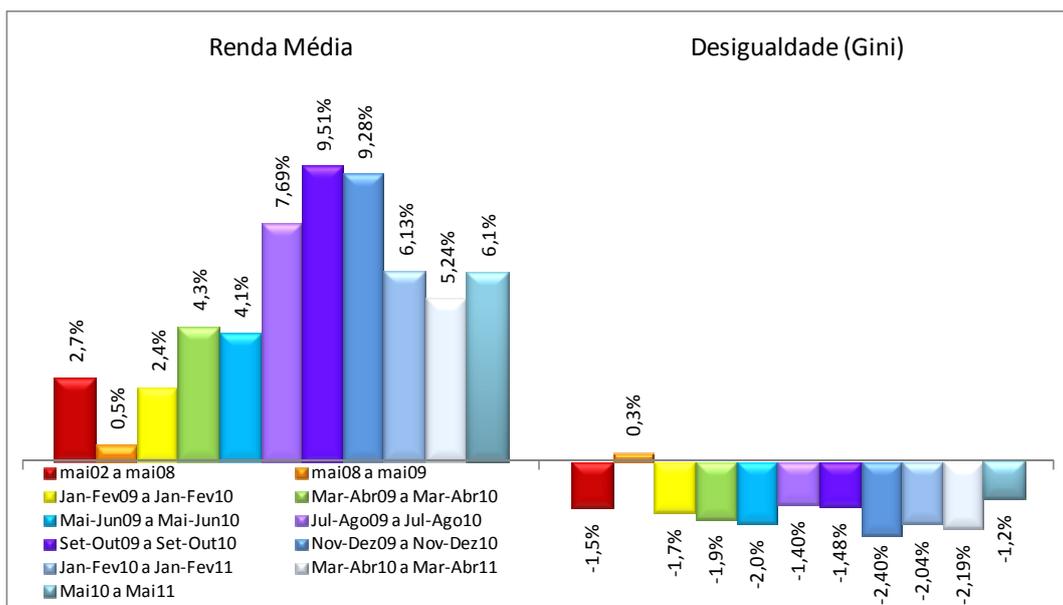
A PME, por sua frequência mensal, oferece não só a possibilidade de fazer extrapolações sobre a evolução da distribuição de renda lato senso, aí incluído média e desigualdade e distribuição de classes econômicas, como também a de analisar a sua dinâmica ao longo do tempo. Começamos abaixo com a análise do progresso da distribuição de renda lato senso incluído a média e desigualdade medida pelo índice de Gini. A última série disponível é a de maio de 2011 e a primeira em março de 2002. Fazemos a análise desde/até maio de cada período selecionado de forma a lidar com os efeitos de sazonalidade nas séries, depois diversificamos os meses da análise de forma a dar um quadro mais geral da evolução ocorrida.

Entre maio de 2002, próximo ao início das novas séries da PME, até maio de 2008 antes da crise chegar ao Brasil, a renda per capita real PME cresce 2,7% ao ano, daí até maio de 2009 desacelera para 0,5% ao ano função dos efeitos da crise internacional deflagrada em setembro de 2008. Daí para frente o crescimento da renda média acelera para 4,6% ao ano até maio de 2010 refletindo o período de retomada pós-crise e depois para 6,1% até maio de 2011, o que inclui o período eleitoral.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Abrimos abaixo, em maior detalhe temporal, a dinâmica da média e desigualdade de renda através de variações de 12 meses entre os meses apontados acima e alguns pares de meses intermediários no período recente. O aspecto que chama a atenção é o ápice do crescimento de renda no bimestre setembro-outubro quando ocorreram eleições.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

## b. Desigualdade de Renda

As melhoras da desigualdade medida pelo índice de Gini (leia-se queda) seguem em linhas gerais os movimentos da renda média. Caindo a taxa de 1,5% ao ano de maio de 2002 a maio de 2008, véspera da crise, subindo em função dela 0,3% daí até maio de 2009 e aí voltando a trajetória de queda nos dois período seguintes mostrando alguma desaceleração no final do período. Incidentalmente a taxa de redução de desigualdade nos últimos 12 meses é um pouco acima daquele observado nas series da PNAD entre 2001 e 2009, no período que ficou conhecido como de redução da desigualdade. Este comportamento anticíclico da desigualdade, ou alternativamente o complemento dela - a igualdade - se mostra pró-cíclica, sugerindo a ausência de dilemas como 'equidade versus eficiência' na maior parte do período sob análise. Ao mesmo tempo, alavanca mudanças na composição de classes observadas.

Incidentalmente a taxa de redução de desigualdade nos últimos 12 meses é um pouco acima daquele observado nas series da PNAD entre 2001 e 2009, período também conhecido como de marcada redução da desigualdade. SE REPETE

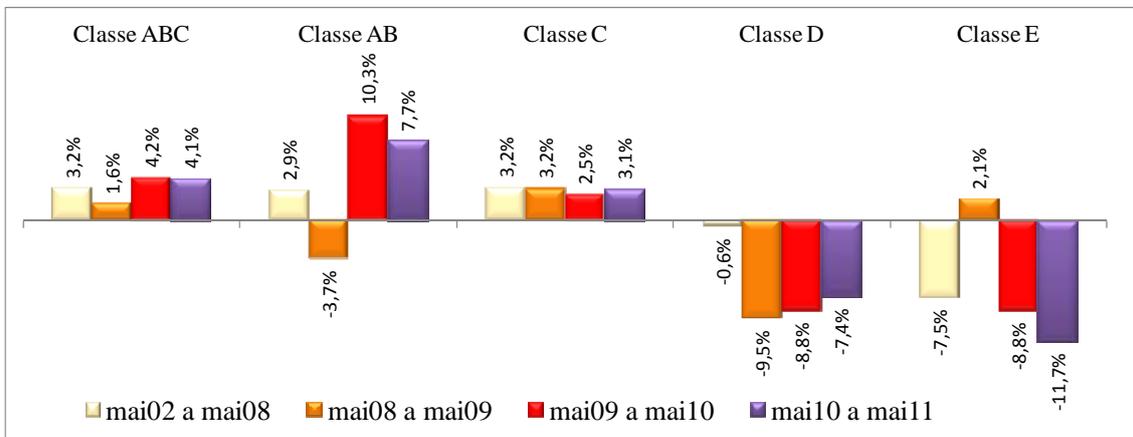
## c. Classes Econômicas

A análise da evolução das classes econômicas, usando os marcos de maio, revela formidável estabilidade na taxa de crescimento da chamada nova classe média em todo período entre 2,5% e 3,2%. Já as classes AB se revelam mais instáveis caindo de 2,9% ao ano, no período pré-crise até maio de 2008, para -3,7% no período até maio de 2009, marcado pelos efeitos da crise, recuperando fortemente o vigor do crescimento depois.

Entre maio de 2009 e maio de 2010 cresce 10,3% e no intervalo de 12 meses encerrado agora em maio de 2011 vai a velocidade 7,7% de crescimento.

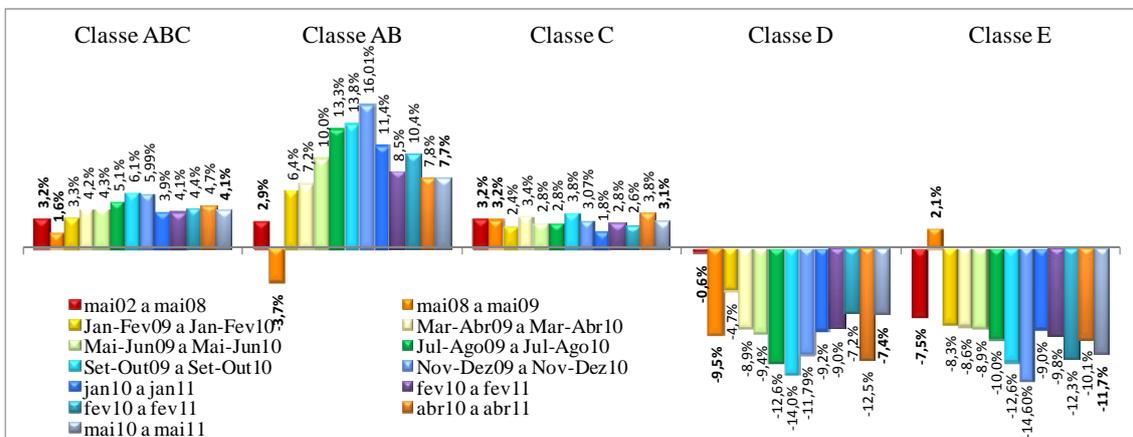
Como consequência da estabilidade da classe C e da aceleração da AB recente, as classes ABC reunidas também aceleram nos 24 meses. No período pré-crise, as classes ABC, que cresciam a taxas de 3,2% ao ano, passam a crescer a taxas entre 4,1% e 4,2% nos últimos dois anos terminados em maio de 2011.

Olhando a base da distribuição da crise em diante notamos quedas cada vez menos expressivas das classes D e cada vez mais expressivas na classe E. Esta classe corresponde na classificação da FGV à pobreza E. A classe E que caía a 7,5% entre maio de 2002 a maio de 2008, sobe 2,1% até maio de 2009, reflexo da crise. Daí em diante, observamos quedas cada vez mais expressivas, de 8% até maio de 2010 e 11,7% até maio de 2011.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Abrindo a dinâmica do período pós-crise mundial, o ápice do crescimento das classes AB e da ABC e queda dos estratos inferiores coincidiu com o fim do mandato do presidente Lula, embora as últimas taxas de crescimento de 12 meses colhidas em até maio de 2011 mostrem aumento das classes ABC e queda da classe E, mais auspiciosas que o período de ouro que vigorou até 2008.

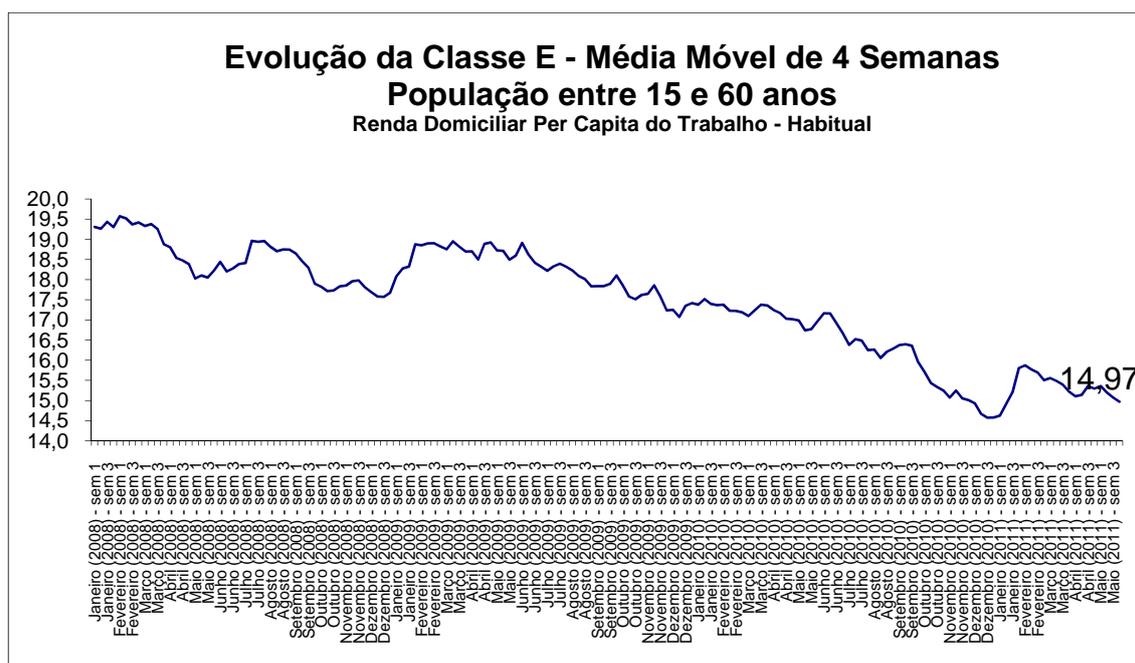


Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

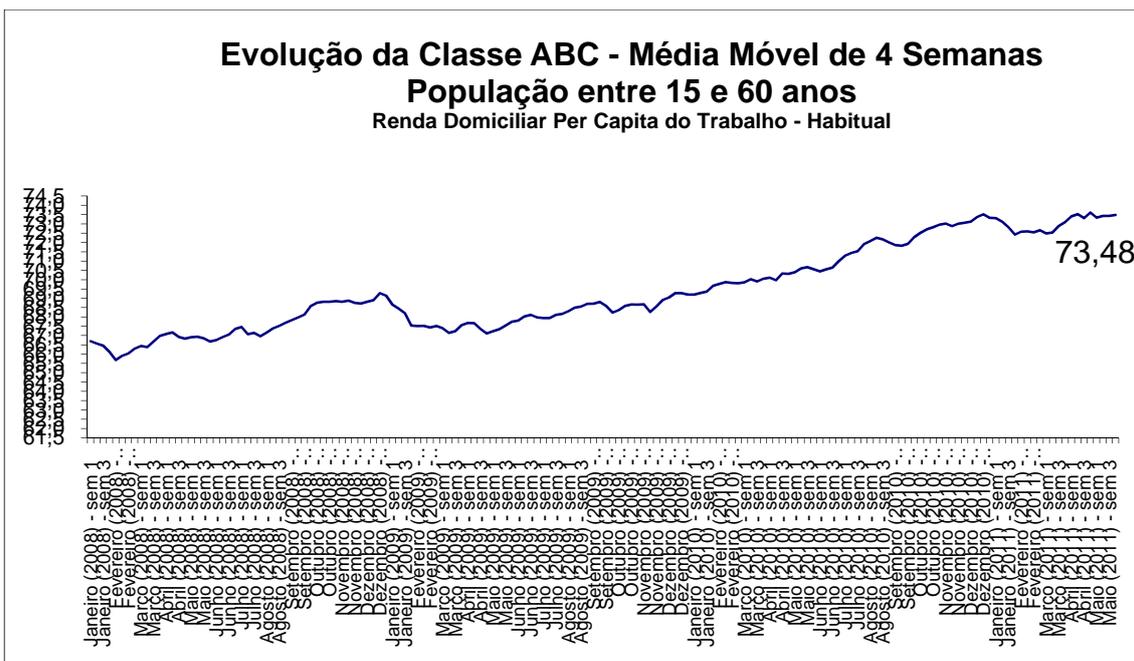
#### d. PME em Bases Semanais

Apresentamos no gráfico a evolução das classes econômicas em bases semanais para melhor traçar a cronologia recente. Indo até a última semana de maio de 2011, apresentamos a média móvel de quatro semanas da participação das classes extremas do nosso espectro analisado, quais sejam as classes E, AB e ABC ao longo dos últimos 41 meses, ou melhor, 164 semanas. Centramos nossa análise nas últimas semanas das séries, encarando os últimos meses como indicador antecedente não viesado da tendência de curto prazo futura. Fechada a última semana do mês de maio 2011, temos os seguintes números: 14.62% na classe E (indicador de tendência de queda, já que está pouco abaixo da média mensal de 14.97%), 73.81% na classe ABC (indicador ascendente, acima da média mensal 73.48%) e 15.92% na classe AB (nesse caso a média mensal está bem acima - 17.11%)

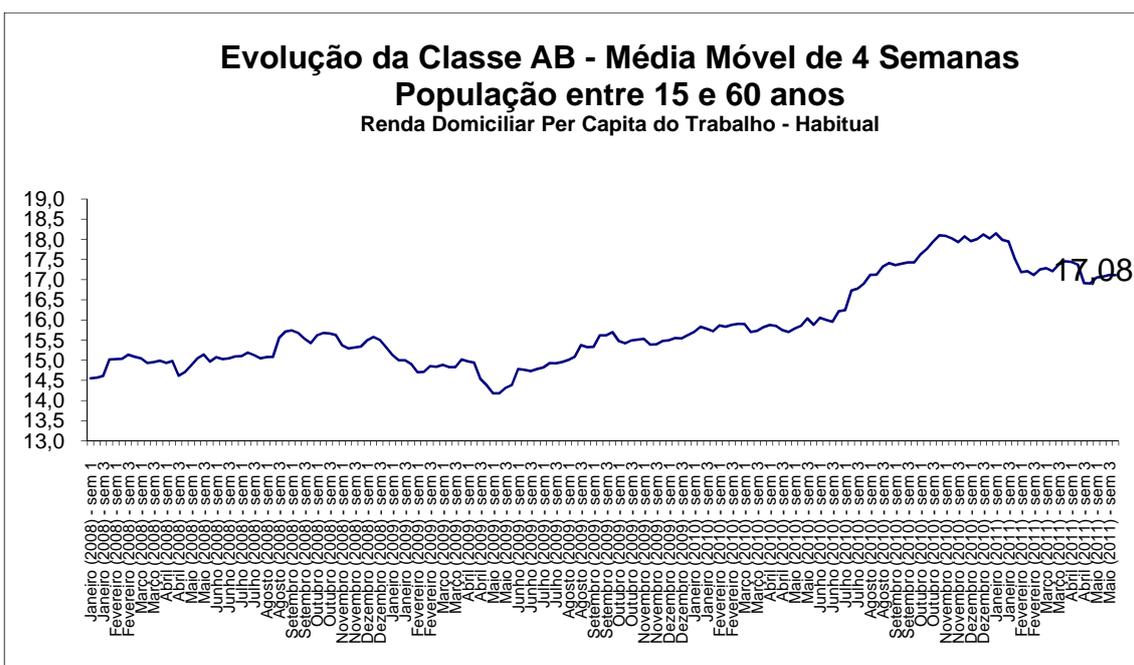
Complementar aos resultados acima, assinalamos nos gráficos os indicadores da média móvel das quatro últimas semanas referentes disponível para análise. Com 14,97% na classe E, 73,48% na classe ABC (são os mesmo indicadores mensais), enquanto na classe AB com 17,08%, está pouco abaixo do nível mensal.



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE



Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

#### e. Movimentos Individuais entre Classes Econômicas

O aspecto longitudinal dos dados de renda familiar *per capita* do trabalho nos fornecerá a evidência empírica básica sobre o padrão de mobilidade entre classes, observado na prática. A principal lição desta análise é que uma pessoa não é pobre (ou de elite), mas sim, ela **está** na pobreza (ou na elite econômica). Esta análise de transição de estados complementa as estatísticas anteriores que mostram variação na parcela de

cada classe de renda na população, determinando a magnitude dos riscos e probabilidades de ascensão envolvida.

A PME usa a metodologia de painel rotativo que busca colher informações nas mesmas residências nos meses  $t$ ,  $t+1$ ,  $t+2$ ,  $t+3$ ,  $t+12$ ,  $t+13$ ,  $t+14$ ,  $t+15$ , perfazendo um total de oito entrevistas distribuídas ao longo de um período de 16 meses. A abordagem inicial usada aqui consiste em calcular as probabilidades de transição para dentro e para fora dos quatro grupos da sociedade, bem como de não transição entre estes grupos, entre pares de observação das mesmas pessoas doze meses a parte, iniciados em março de 2002. O último dos grupos analisados termina em maio de 2011. O aspecto longitudinal dos dados de renda familiar *per capita* do trabalho nos fornecerá a evidência empírica básica sobre o padrão de mobilidade social observado na prática.

Nas matrizes a seguir, abrimos os destinos das transições estratos econômicos extremos por ano. Apresentamos essas estatísticas de forma agregada anualmente, que podem ser analisadas para diferentes combinações de meses ou períodos e grupos populacionais no site da pesquisa.

### Ascensão da Classe E

O ponto aqui é avaliar a probabilidade de quem chegou a determinada classe de progredir, permanecer onde está ou de regredir. Por exemplo, peguemos o último dos grupos analisados cujos indivíduos começaram a ser observados em 2010 e que foram observados novamente em 2011. A probabilidade de manutenção de status de classe E de uma mesma pessoa entre estes dois anos foi de 54,24%. Neste caso, como não há a possibilidade de regressão, o restante 45,7% subiu necessariamente entre dois anos a parte. Agora, para saber se isto é pouco ou muito, precisamos de uma base de comparação. Se compararmos com os demais anos, vemos que este é o melhor ano da série de progressão econômica, seguido pelo período terminado em 2010 (quando 44,7% das pessoas progrediram). O pior ano da série é o de 2005-2006, quando apenas 35,9% sobem de classe. Abaixo é possível obter um quadro geral.

Total - Anual						
População Total						
Categoria	Período final	Classe inicial	Classe E	Classe D	Classe C	Classe AB
Total	2011	Classe E	54,24	17,12	22,99	5,65
Total	2010	Classe E	56,32	16,24	22,47	4,98
Total	2009	Classe E	60,38	18,42	18,39	2,82
Total	2008	Classe E	59,91	17,6	19	3,49
Total	2007	Classe E	63,31	18,48	16,12	2,09
Total	2006	Classe E	64,1	18	16,07	1,83
Total	2005	Classe E	61,16	19,07	17,12	2,65
Total	2004	Classe E	59,5	18,64	18,34	3,52
Total	2003	Classe E	61,47	16,8	18,18	3,55

Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Saindo da análise geral, desagregamos a população em diferentes grupos educacionais. Generalizando para todos os grupos as janelas de 12 meses finalizadas em 2011, o período mais recente que temos, observamos que a probabilidade de ascensão cresce de forma monotônica com a escolaridade do indivíduo. Por exemplo, aqueles sem instrução têm 27% de probabilidade de mudar da classe E, enquanto os mais educados com 12 anos ou mais de estudos tem 53%.

<b>Total - Anual</b>						
<b>Escolaridade</b>						
<b>Categoria</b>	<b>Período final</b>	<b>Classe inicial</b>	<b>Classe E</b>	<b>Classe D</b>	<b>Classe C</b>	<b>Classe AB</b>
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	2011	Classe E	72,71	15,53	11,62	0,14
De 1 a 3 anos de estudo	2011	Classe E	64,85	17,38	16,83	0,94
De 4 a 7 anos de estudo	2011	Classe E	60,57	20,25	18,74	0,44
De 8 a 10 anos de estudo	2011	Classe E	52,8	21,35	24,26	1,59
11 anos ou mais de estudo	2011	Classe E	47,8	12,76	26,86	12,58

*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

Quando analisamos o extremo superior da distribuição, a taxa de permanência na classe AB, apresenta de forma agregada o seu melhor resultado entre 2009 (observação inicial) e 2010 (final), quando 84,34% das pessoas permanecem neste status. O mesmo resultado que foi visto para o período que finda em 2007.

<b>Categoria</b>	<b>Período final</b>	<b>Classe inicial</b>	<b>Classe E</b>	<b>Classe D</b>	<b>Classe C</b>	<b>Classe AB</b>
Total	2011	Classe AB	3,32	0,5	16,62	79,55
Total	2010	Classe AB	2,87	0,35	14,44	82,34
Total	2009	Classe AB	3,86	0,4	18,47	77,27
Total	2008	Classe AB	3,2	0,43	16,93	79,44
Total	2007	Classe AB	2,96	0,39	14,32	82,34
Total	2006	Classe AB	3,16	0,47	16,26	80,11
Total	2005	Classe AB	2,77	0,47	17,06	79,7
Total	2004	Classe AB	5,38	0,75	20,21	73,66
Total	2003	Classe AB	8,5	1,15	25,47	64,88

*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

## Panorama de Mobilidade

Disponibilizamos no site da pesquisa um Panorama de Mobilidade Social que permite obter a proporção de indivíduos que entram e saem de cada classe econômica, por diferentes características demográficas e socioeconômicas. As informações geradas na tabela permitem obter as probabilidades de transições entre os diferentes grupos de renda. Para isso, escolha o período (ano ou diferentes combinações de meses) e a classe inicial de análise. Para comparar mais de um período, utilize a tecla Ctrl.

*Panorama da Mobilidade de Classes Econômicas*  
Período de 12 meses

---

Macro contexto:  \* Classe inicial:  \* Período final:

\* Selecione 2 opções segurando a tecla Ctrl.

Características Demográficas

<input checked="" type="checkbox"/> População Total	<input type="checkbox"/> Sexo	<input type="checkbox"/> Raça
<input type="checkbox"/> Idade	<input type="checkbox"/> Escolaridade	<input type="checkbox"/> Posição na Família
<input type="checkbox"/> Número de pessoas no domicílio		

Características Sócio-Econômicas

<input type="checkbox"/> Contribui para a Previdência	<input type="checkbox"/> Posição na Ocupação	<input type="checkbox"/> Membro de Cooperativa
<input type="checkbox"/> Tamanho da Empresa	<input type="checkbox"/> Frequentou ou Freqüentou Algum Curso de Qualificação Profissional	<input type="checkbox"/> Jornada (Horas Efetivas)
<input type="checkbox"/> Tempo de Empresa		

[http://www.fgv.br/cps/bd/nbrics/PME\\_CRITICO/index\\_empilhado-br.htm](http://www.fgv.br/cps/bd/nbrics/PME_CRITICO/index_empilhado-br.htm)

### f. Análise de Transição Multivariada

A análise multivariada visa proporcionar um experimento mais bem controlado que a análise bivariada. Seu objetivo é captar o padrão de correlações parciais entre as variáveis de interesse e as variáveis explicativas. Isto é, isolar a variável que estamos analisando das demais variáveis explicativas. Nos exercícios abaixo, captamos as correlações entre diferentes características populacionais, uma a uma, e a permanência na classe ABC que é o conjunto de pessoas situadas nas classes mais abastadas (ou menos pobres). O simulador abaixo visa tornar mais amigável o uso dos modelos estatísticos multivariados aqui analisados.

## Simulador de Estabilidade Social

Ferramenta que permite simular as probabilidades de permanecer na mesma classe econômica um ano após, através da combinação de suas características. Com este dispositivo disponível em [http://www.fgv.br/cps/bd/nbrics/sim\\_pme/index.htm](http://www.fgv.br/cps/bd/nbrics/sim_pme/index.htm) e no site da pesquisa, é possível obter as probabilidades de continuar na classe ABC. Basta selecionar as informações de acordo com seus atributos ou aqueles que deseja analisar. Depois de preencher o formulário, clique em Simular.

O gráfico gerado com a probabilidade apresenta duas barras. Uma das barras representa o Cenário Atual, com o resultado segundo as características selecionadas; a outra, o Cenário Anterior apresenta a simulação anterior.

*Simulador de Estabilidade de Classes*

**Probabilidade de Permanecer nas Classes ABC 12 meses depois (%)**  
*Modelo Estimado*

Sexo: Masculino  
Raça: Branca  
Idade: 30 a 35 anos  
Anos de Estudo: 4 a 7 anos  
Condição na Família: Principal Responsável

Número de Pessoas no Domicílio: 3 Moradores  
Posição na Ocupação: Empregados - Com Carteira  
Setor de Atividade: Indústria  
Região Metropolitana: São Paulo  
Capital: Capital  
Ano Inicial: 2010

Simular Reiniciar

Fonte: CPS através do processamento dos microdados longitudinais concatenados da PME 2002 a 2011(maio) - IBGE.

Apresentamos, no apêndice, o detalhamento dos exercícios sobre os determinantes das probabilidades de transição entre classes sociais extremas, onde a interpretação é mais simples e direta controlada por atributos, tais como educação, sexo, raça, idade, tamanho de família e região. A pergunta-chave aqui é o que houve durante o período recente com as pessoas que possuem características, como por exemplo, os mesmos níveis de educação. Os modelos estimados estão detalhados no apêndice e foram acoplados no simulador, que permite a cada uma testar o impacto de características sobre algumas transições, em particular, a transição entre as classes mais altas (Classe ABC) em direção às classes mais baixas.

No primeiro modelo logístico binomial, apresentamos informações entre março de 2002 até maio de 2011, captadas com intervalos de 12 meses entre elas, ou seja, comparamos as mesmas pessoas no período inicial e depois observamos esse mesmo indivíduo 1 ano após. A fim de medir os impactos em diferentes momentos na permanência das pessoas na classe ABC, incluímos no modelo uma dummy de tempo, identificados como o momento da segunda observações do indivíduo. Os resultados mostram que a chance de um indivíduo permanecer na classe ABC no período mais recente (terminado em 2011) é 2,8 vezes maior que a apresentada no início da série.

Outra variável importante do modelo mostra que nas capitais a chance de permanência na classe ABC é 25% maior que nas demais áreas. E pela interação das duas variáveis (*ano \* capital*), observamos através da última coluna (razão de chances) com valores menores que um, que as capitais tiveram uma perda relativa frente às periferias no período recente.

### *Regressão Logística*

*Período Março 2002 a Maio de 2011 – Observações Individuais 12 meses a parte*

*15 a 60 - Era classe ABC no primeiro período e Continua*

### *Modelo Geral*

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
capital	Sim	0.2253	0.0189	141.48	**	1.25268
capital	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
<b>ANO3</b>	<b>2003</b>	<b>0.4621</b>	<b>0.0194</b>	<b>564.88</b>	<b>**</b>	<b>1.58748</b>
<b>ANO3</b>	<b>2004</b>	<b>0.4903</b>	<b>0.0191</b>	<b>657.29</b>	<b>**</b>	<b>1.63285</b>
<b>ANO3</b>	<b>2005</b>	<b>0.7537</b>	<b>0.0196</b>	<b>1475.55</b>	<b>**</b>	<b>2.12478</b>
<b>ANO3</b>	<b>2006</b>	<b>0.7857</b>	<b>0.0194</b>	<b>1644.62</b>	<b>**</b>	<b>2.19384</b>
<b>ANO3</b>	<b>2007</b>	<b>0.8524</b>	<b>0.0193</b>	<b>1941.57</b>	<b>**</b>	<b>2.34520</b>
<b>ANO3</b>	<b>2008</b>	<b>0.7972</b>	<b>0.0191</b>	<b>1735.55</b>	<b>**</b>	<b>2.21932</b>
<b>ANO3</b>	<b>2009</b>	<b>0.9745</b>	<b>0.0198</b>	<b>2418.77</b>	<b>**</b>	<b>2.64979</b>
<b>ANO3</b>	<b>2010</b>	<b>1.0431</b>	<b>0.0266</b>	<b>1534.61</b>	<b>**</b>	<b>2.83787</b>
<b>ANO3</b>	<b>Z2002</b>	<b>0.0000</b>	<b>0.0000</b>	.		<b>1.00000</b>
capital*ANO3	Sim	-0.1160	0.0265	19.10	**	0.89047
capital*ANO3	Sim	0.0487	0.0264	3.39		1.04989
capital*ANO3	Sim	-0.0461	0.0270	2.91		0.95495
capital*ANO3	Sim	0.1044	0.0270	14.98	**	1.11009
capital*ANO3	Sim	-0.0569	0.0268	4.51	**	0.94466
capital*ANO3	Sim	0.0066	0.0266	0.06		1.00664
capital*ANO3	Sim	-0.0736	0.0273	7.25	**	0.92903
capital*ANO3	Sim	-0.1406	0.0366	14.77	**	0.86884
capital*ANO3	Sim	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000

Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90%.

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95%.

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE

Em seguida, analisamos outra variável de suma importância existente no modelo estimado. Os resultados são robustos e mostram novamente que os mais educados possuem maiores chances de prosperar (nesse caso de permanência na classe ABC). A chance é pelo menos 2 vezes maior para o grupo mais educado (com 8 anos ou mais de estudos). As demais variáveis do modelo podem ser encontradas no anexo da pesquisa.

### *Regressão Logística*

*Período Março 2002 a Maio de 2011 – Observações Individuais 12 meses a parte  
15 a 60 - Era classe ABC no primeiro período e Continua  
Modelo Geral*

<b>Parâmetro</b>	<b>Categoria</b>	<b>Estimativa</b>	<b>Erro Padrão</b>	<b>Qui-Quadrado</b>	<b>sig</b>	<b>Razão condicional</b>
anoest2	De 4 a 7 anos de estudo	0.1836	0.0150	149.05	**	1.20150
anoest2	De 8 ou mais anos de estudo	0.7323	0.0144	2584.62	**	2.07979
anoest2	Sem instrução e menos de 3 ano de estudo	0.0000	0.0000	.		1.00000

\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 90% .

\*\* Estatisticamente significativa ao nível de confiança de 95% .

Fonte: CPS/FGV através do processamento dos microdados da PME/IBGE

## 5. Local – A Distribuição das Classes nos Municípios Brasileiros

*Elite – O município com mais classe A é Niterói com 30,7% na elite econômica. Depois vem Florianópolis (27,7%), Vitória (26,9%), São Caetano (26,5%), Porto Alegre (25,3%), Brasília (24,3%) e Santos (24,1%).*

*% ABC - Se formos menos elitistas e incluirmos as classes B e C no páreo, o município gaúcho de Westfália apresenta a maior classe ABC com 94,2% nas Classes ABC.*

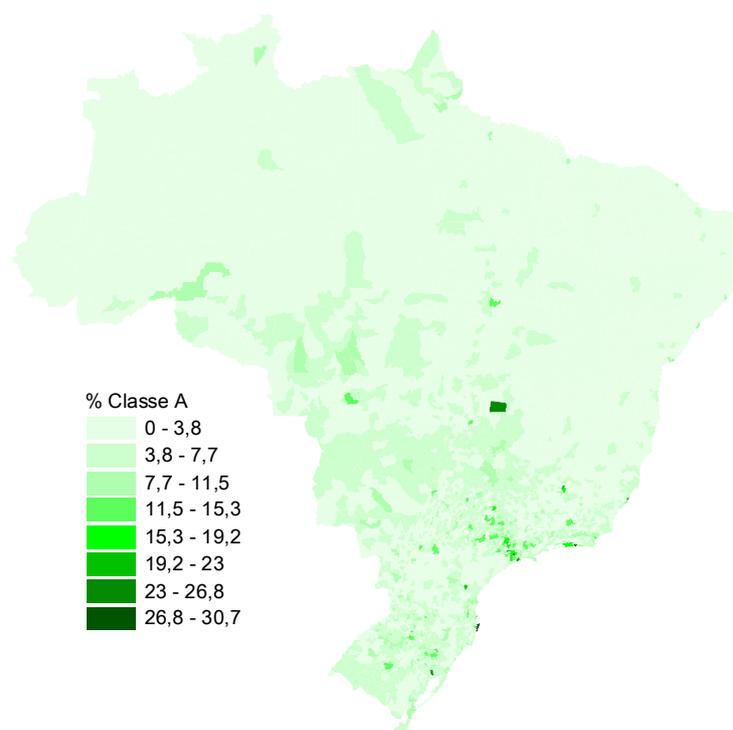
*Sul Maravilha - Todos os 30 municípios com maiores participações nas classes ABC estão na região Sul do país, fruto da menor desigualdade de renda lá observada.*

### Classe A

Apresentamos mapas e rankings abaixo da distribuição das participações das famílias nas diferentes classes segundo a definição da FGV discutida acima. Começamos com a classe A, a mais alta:

De todos os 5565 municípios brasileiros aquele com maior percentual de famílias na classe A é Niterói com 30,7% na elite econômica. Depois vem Florianópolis (27,7%), Vitória (26,9%), São Caetano (26,5%), Porto Alegre (25,3%), Brasília (24,3%) e Santos (24,1%).

### % Classe A



Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

## Ranking Classe A:

Analisando agora o grupo com maior renda. De todos os 5565 municípios brasileiros aquele com maior percentual de famílias na classe A é Niterói/RJ com 30,7% na elite econômica. Depois vem Florianópolis/SC (27,7%), Vitória/ES (26,9%), São Caetano do Sul/ SP (26,5%), Porto Alegre/RS (25,3%), Brasília/DF (24,3%) e Santos/SP (24,1%). Enquanto isso, os três menos são Água Nova/RN (0.00%), Assunção do Piauí/PI (0.00%) e Quixaba/PE (0.03%).

### Classe A % por municípios

Estado	Município	A %	Ranking Nacional	Rankings Estadual
			Rank A	Rank A
<b>Mais</b>				
Rio de Janeiro	Niterói	30.65%	1	1
Santa Catarina	Florianópolis	27.66%	2	1
Espírito Santo	Vitória	26.92%	3	1
São Paulo	São Caetano do Sul	26.53%	4	1
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	25.26%	5	1
Distrito Federal	Brasília	24.25%	6	1
São Paulo	Santos	24.01%	7	2
Santa Catarina	Balneário Camboriú	23.82%	8	2
São Paulo	Santana de Parnaíba	22.51%	9	3
São Paulo	Águas de São Pedro	21.83%	10	4
Paraná	Curitiba	20.34%	11	1
São Paulo	Vinhedo	19.84%	12	5
Minas Gerais	Belo Horizonte	19.48%	13	1
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	19.23%	14	2
São Paulo	Campinas	18.78%	15	6
São Paulo	Valinhos	18.63%	16	7
São Paulo	São Paulo	17.71%	17	8
São Paulo	Jundiaí	16.90%	18	9
Minas Gerais	Nova Lima	16.56%	19	2
São Paulo	Ribeirão Preto	15.69%	20	10
Santa Catarina	Joaçaba	15.32%	21	3
Goiás	Goiânia	15.03%	22	1
Espírito Santo	Vila Velha	15.01%	23	2
Rio Grande do Sul	Ipiranga do Sul	14.57%	24	2
São Paulo	Santo André	14.51%	25	11
São Paulo	São José dos Campos	14.44%	26	12
São Paulo	Holambra	14.33%	27	13
Rio Grande do Sul	Santa Maria	14.32%	28	3
São Paulo	São Bernardo do Campo	14.10%	29	14
São Paulo	Paulínia	13.94%	30	15
Santa Catarina	São José	13.70%	31	4
Pernambuco	Recife	13.62%	32	1
Pernambuco	Fernando de Noronha	13.31%	33	2
Sergipe	Aracaju	13.24%	34	1
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	13.21%	35	4
Paraná	Maringá	13.09%	36	2
Tocantins	Palmas	13.06%	37	1
Mato Grosso	Cuiabá	12.99%	38	1
Santa Catarina	Blumenau	12.90%	39	5
São Paulo	São José do Rio Preto	12.69%	40	16
São Paulo	Botucatu	12.56%	41	17
São Paulo	Bauru	12.53%	42	18
São Paulo	Piracicaba	12.47%	43	19
São Paulo	Americana	12.40%	44	20

Rio Grande do Sul	Lajeado	12.36%	45	5
São Paulo	Pirassununga	12.32%	46	21
Rio de Janeiro	Rio das Ostras	12.18%	47	3
São Paulo	São Carlos	12.14%	48	22
Minas Gerais	Juiz de Fora	12.13%	49	3
Paraná	Londrina	12.04%	50	3

**Menos**

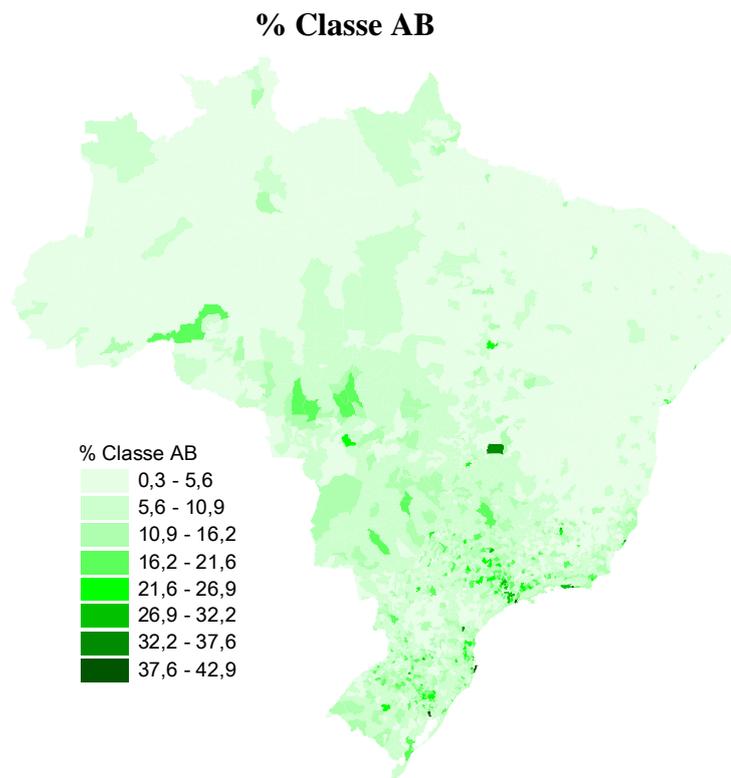
Rio Grande do Norte	Água Nova	0.00%	5565	167
Piauí	Assunção do Piauí	0.00%	5564	224
Pernambuco	Quixaba	0.03%	5563	185
Paraíba	Logradouro	0.05%	5562	223
Rio Grande do Norte	Venha-Ver	0.05%	5561	166
Piauí	Vera Mendes	0.05%	5560	223
Paraíba	Bernardino Batista	0.06%	5559	222
Alagoas	Senador Rui Palmeira	0.07%	5558	102
Rio Grande do Norte	João Dias	0.07%	5557	165
Paraíba	Montadas	0.07%	5556	221
Maranhão	São Roberto	0.08%	5555	217
Pernambuco	Casinhas	0.08%	5554	184
Paraíba	Santa Cecília	0.08%	5553	220
Maranhão	Cachoeira Grande	0.09%	5552	216
Piauí	Paquetá	0.09%	5551	222
Maranhão	Marajá do Sena	0.09%	5550	215
Paraíba	Gado Bravo	0.09%	5549	219
Piauí	Santa Cruz dos Milagres	0.10%	5548	221
Maranhão	Presidente Sarney	0.10%	5547	214
Paraíba	Pilõesinhos	0.11%	5546	218
Maranhão	Fernando Falcão	0.11%	5545	213
Maranhão	São Raimundo do Doca Bezerra	0.11%	5544	212
Maranhão	Afonso Cunha	0.12%	5543	211
Paraíba	Sertãozinho	0.12%	5542	217
Piauí	Wall Ferraz	0.13%	5541	220
Paraíba	Matinhas	0.13%	5540	216
Rio Grande do Norte	Paraná	0.13%	5539	164
Piauí	São Luis do Piauí	0.14%	5538	219
Tocantins	Praia Norte	0.14%	5537	139
Piauí	Madeiro	0.14%	5536	218
Maranhão	Milagres do Maranhão	0.14%	5535	210
Paraíba	Mato Grosso	0.14%	5534	215
Alagoas	Branquinha	0.14%	5533	101
Maranhão	Bacurituba	0.14%	5532	209
Maranhão	Serrano do Maranhão	0.15%	5531	208
Piauí	Porto Alegre do Piauí	0.15%	5530	217
Bahia	Umburanas	0.15%	5529	417
Paraíba	Poço Dantas	0.15%	5528	214
Maranhão	São João do Soter	0.15%	5527	207
Minas Gerais	Pai Pedro	0.15%	5526	853
Bahia	Ipecaetá	0.16%	5525	416
Paraíba	São José dos Cordeiros	0.16%	5524	213
Ceará	Salitre	0.17%	5523	184
Paraíba	Cacimbas	0.17%	5522	212
Maranhão	Bernardo do Mearim	0.17%	5521	206
Bahia	Guajeru	0.17%	5520	415
Paraíba	Santana de Mangueira	0.18%	5519	211
Alagoas	Santana do Mundaú	0.18%	5518	100
Alagoas	Craibas	0.18%	5517	99
Maranhão	Santana do Maranhão	0.18%	5516	205
Paraíba	Gurinhém	0.18%	5515	210
Bahia	Mulungu do Morro	0.18%	5514	414

*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos dados Censo 2010/IBGE

**Ranking Classe AB:** Ampliando um pouco o espectro da classe mais alta, incluindo a classe B.

**Top 5 – classe AB:**

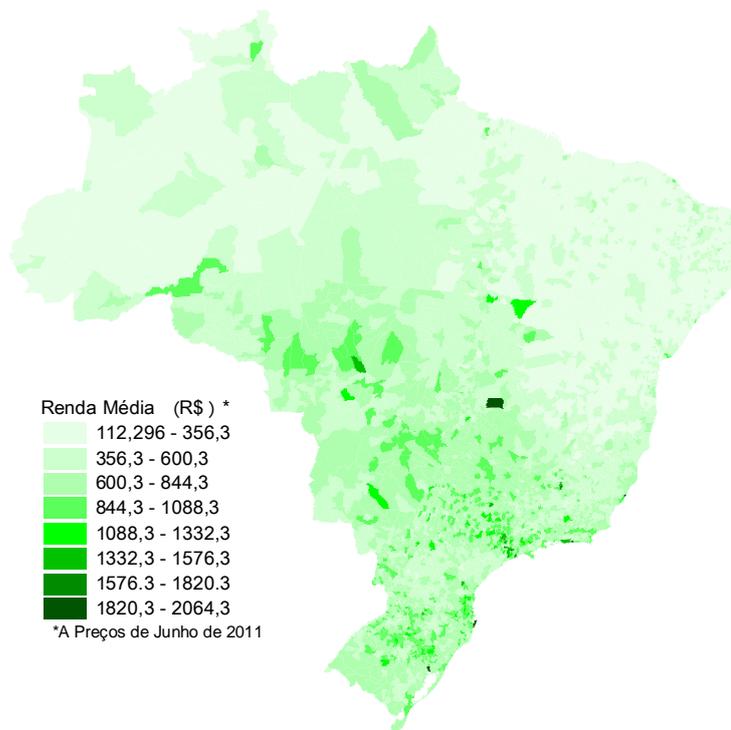
- Niterói (Rio de Janeiro) – 42,90%
- São Caetano do Sul (São Paulo) – 42,55%
- Florianópolis (Santa Catarina) – 41,61%
- Santos (Santo Paulo) – 39,25%
- Vitória (Espírito Santo) – 39,22%



Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

Apresentamos abaixo o mapa da renda média já ajustada para preços de Maio de 2011.

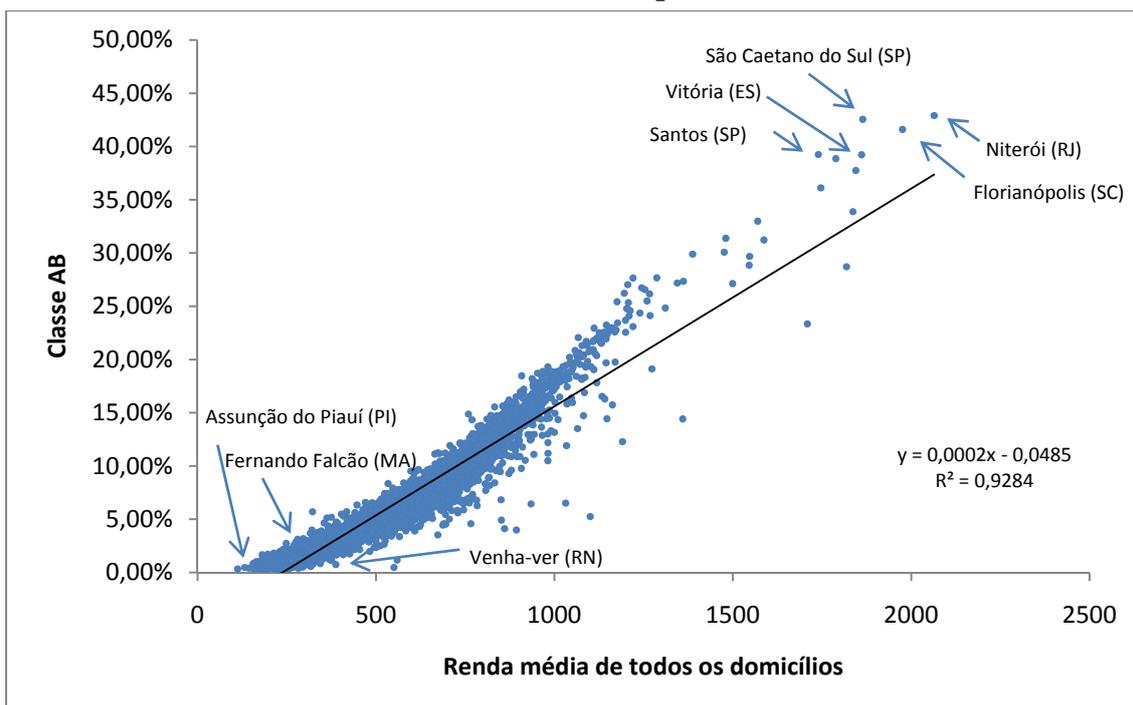
### Renda Média (R\$) – a preços de Maio de 2011



Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

Apresentamos abaixo algumas correlações entre os dados da classe AB e o da renda média. A regressão mostra um bom ajuste. Os pontos extremos de cima que estão acima da norma dos municípios incluem os recordistas de IDH pelo Censo anterior, indicando que a classe AB se associa não só a renda mais alta, mas também a indicadores de educação e saúde.

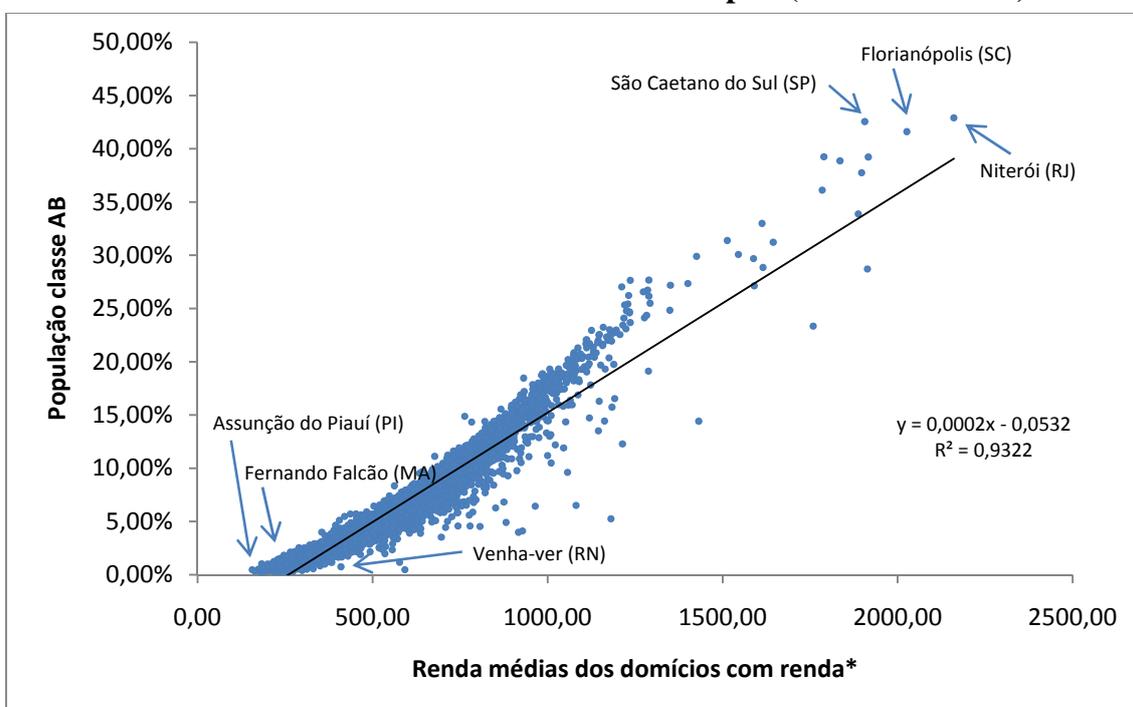
### % na Classe AB X Renda Domiciliar Per Capita Média (inclui os sem renda)



Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

Apresentamos a seguir o mesmo gráfico de regressão incluindo a renda apenas dos que tem renda. O gráfico é similar ao anterior, mas com um coeficiente de correlação um pouco mais alto.

### % na Classe AB X Renda Domiciliar Per Capita (só os com renda)



Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

\*a preços de maio de 2011

## Ranking Classe AB:

Quando analisamos o grupo AB de forma conjunta, encontramos Niterói/RJ como líder (42,90%), São Caetano em segundo (42,55%) e Florianópolis em terceiro (41,61%).

### Classe AB % por municípios

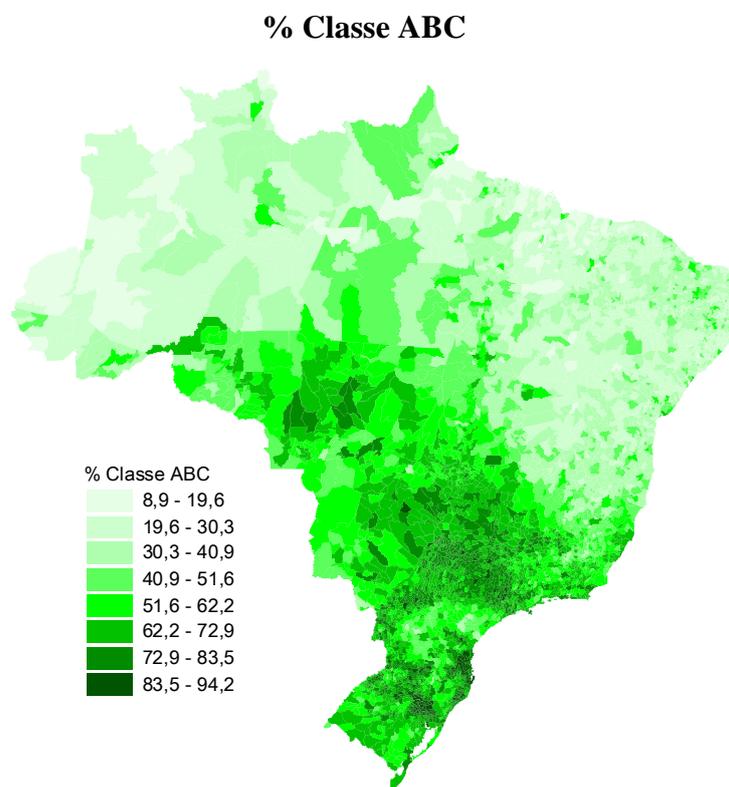
Estado	Município	AB %	Ranking Nacional	Rankings Estadual
			Rank AB	Rank AB
<b>Mais</b>				
Rio de Janeiro	Niterói	42.90%	1	1
São Paulo	São Caetano do Sul	42.55%	2	1
Santa Catarina	Florianópolis	41.61%	3	1
São Paulo	Santos	39.25%	4	2
Espírito Santo	Vitória	39.22%	5	1
Santa Catarina	Balneário Camboriú	38.86%	6	2
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	37.75%	7	1
São Paulo	Águas de São Pedro	36.12%	8	3
Distrito Federal	Brasília	33.88%	9	1
Paraná	Curitiba	32.99%	10	1
São Paulo	Valinhos	31.38%	11	4
São Paulo	Vinhedo	31.22%	12	5
São Paulo	Campinas	30.07%	13	6
São Paulo	Jundiaí	29.89%	14	7
Minas Gerais	Belo Horizonte	29.68%	15	1
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	28.85%	16	2
São Paulo	Santana de Parnaíba	28.71%	17	8
Rio Grande do Sul	Ipiranga do Sul	27.67%	18	2
Santa Catarina	São José	27.65%	19	3
São Paulo	Ribeirão Preto	27.34%	20	9
Santa Catarina	Joaçaba	27.18%	21	4
São Paulo	São Paulo	27.13%	22	10
Pernambuco	Fernando de Noronha	27.03%	23	1
São Paulo	Santo André	26.73%	24	11
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	26.56%	25	3
São Paulo	Paulínia	26.22%	26	12
Santa Catarina	Blumenau	26.16%	27	5
Espírito Santo	Vila Velha	25.49%	28	2
São Paulo	São Bernardo do Campo	25.42%	29	13
Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	25.34%	30	4
Goiás	Goiânia	24.83%	31	1
São Paulo	Americana	24.79%	32	14
Rio Grande do Sul	Santa Maria	24.69%	33	5
Paraná	Maringá	24.58%	34	2
São Paulo	São José dos Campos	24.36%	35	15
São Paulo	Holambra	24.12%	36	16
Rio Grande do Sul	Lajeado	24.10%	37	6
São Paulo	São José do Rio Preto	23.68%	38	17
São Paulo	Piracicaba	23.43%	39	18
Minas Gerais	Nova Lima	23.34%	40	2
Santa Catarina	Jaraguá do Sul	23.24%	41	6
Rio Grande do Sul	Carlos Barbosa	23.09%	42	7
Santa Catarina	Itapema	23.02%	43	7
São Paulo	Botucatu	22.98%	44	19
São Paulo	Ilha Solteira	22.95%	45	20
São Paulo	Bauru	22.91%	46	21
São Paulo	São Carlos	22.76%	47	22
Santa Catarina	Rio do Sul	22.59%	48	8

Rio Grande do Sul	Garibaldi	22.56%	49	8
Rio Grande do Sul	Guabiju	22.55%	50	9
<b>Menos</b>				
Piauí	Assunção do Piauí	0.25%	5565	224
Rio Grande do Norte	Venha-Ver	0.26%	5564	167
Maranhão	Presidente Sarney	0.28%	5563	217
Maranhão	Fernando Falcão	0.29%	5562	216
Piauí	Paquetá	0.29%	5561	223
Paraíba	Santa Cecília	0.30%	5560	223
Rio Grande do Norte	Água Nova	0.30%	5559	166
Pernambuco	Casinhas	0.31%	5558	185
Bahia	Umburanas	0.31%	5557	417
Alagoas	Branquinha	0.32%	5556	102
Rio Grande do Norte	João Dias	0.32%	5555	165
Maranhão	Marajá do Sena	0.33%	5554	215
Maranhão	São Raimundo do Doca Bezerra	0.35%	5553	214
Piauí	Vera Mendes	0.37%	5552	222
Maranhão	São Roberto	0.37%	5551	213
Bahia	Ipecaetá	0.37%	5550	416
Piauí	Madeiro	0.37%	5549	221
Maranhão	Milagres do Maranhão	0.38%	5548	212
Paraíba	Gado Bravo	0.39%	5547	222
Maranhão	Santana do Maranhão	0.39%	5546	211
Maranhão	Serrano do Maranhão	0.39%	5545	210
Paraíba	Poço Dantas	0.39%	5544	221
Pernambuco	Quixaba	0.40%	5543	184
Pernambuco	Vertente do Lério	0.40%	5542	183
Maranhão	Afonso Cunha	0.41%	5541	209
Maranhão	Cachoeira Grande	0.41%	5540	208
Piauí	Wall Ferraz	0.42%	5539	220
Paraíba	Bernardino Batista	0.42%	5538	220
Paraíba	Damião	0.43%	5537	219
Rio Grande do Norte	Paraná	0.43%	5536	164
Ceará	Salitre	0.44%	5535	184
Paraíba	Capim	0.44%	5534	218
Maranhão	Bom Lugar	0.45%	5533	207
Paraíba	Vieirópolis	0.45%	5532	217
Paraíba	Casserengue	0.46%	5531	216
Piauí	Milton Brandão	0.46%	5530	219
Alagoas	Senador Rui Palmeira	0.46%	5529	101
Piauí	São Luis do Piauí	0.46%	5528	218
Piauí	Santa Cruz dos Milagres	0.46%	5527	217
Maranhão	Belágua	0.47%	5526	206
Paraíba	Matinhas	0.47%	5525	215
Paraíba	Pilõesinhos	0.47%	5524	214
Maranhão	São João do Soter	0.48%	5523	205
Maranhão	São José dos Basílios	0.50%	5522	204
Piauí	Massapê do Piauí	0.51%	5521	216
Piauí	Aroeiras do Itaim	0.51%	5520	215
Paraíba	Cacimbas	0.51%	5519	213
Maranhão	Lagoa Grande do Maranhão	0.51%	5518	203
Piauí	Sussuapara	0.52%	5517	214
Piauí	Murici dos Portelas	0.52%	5516	213
Maranhão	Bacurituba	0.52%	5515	202
Piauí	Floresta do Piauí	0.53%	5514	212

*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos dados Censo 2010/IBGE

## Classe ABC

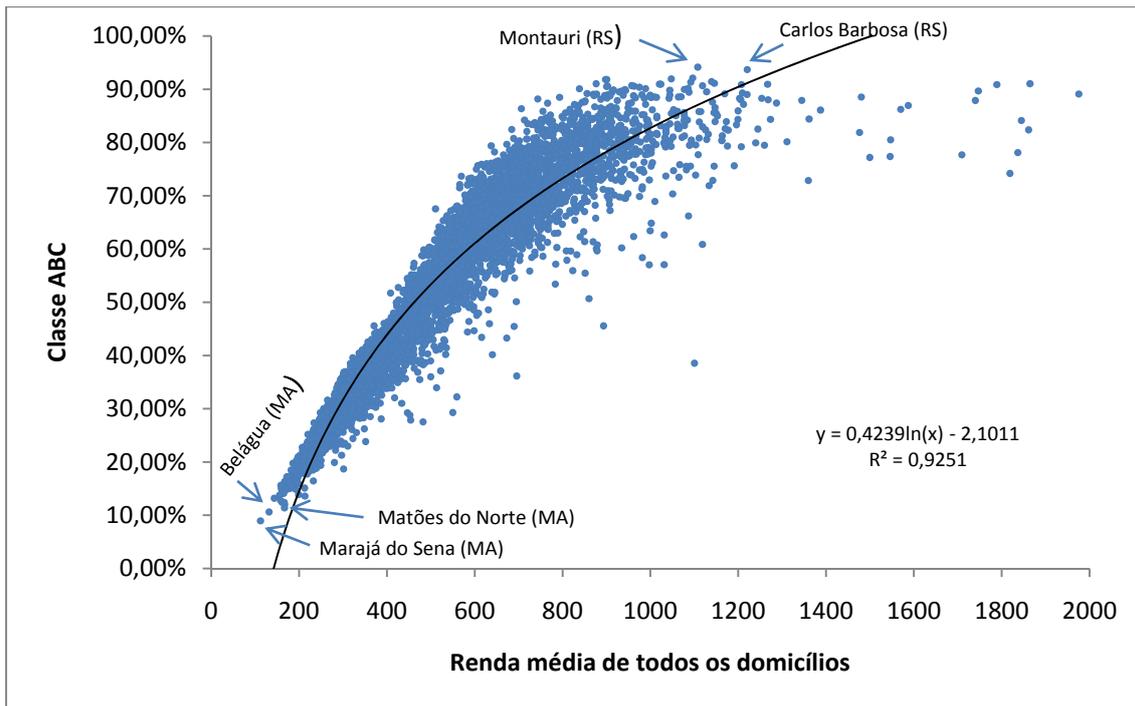
Se formos menos elitistas e incluirmos as classes B e a C no páreo, o município gaúcho de Westfália apresenta a maior classe ABC com 94,2% nas Classes ABC. Todos os 30 municípios com maiores participações nas classes ABC estão na região Sul do país fruto da menor desigualdade de renda lá observada.



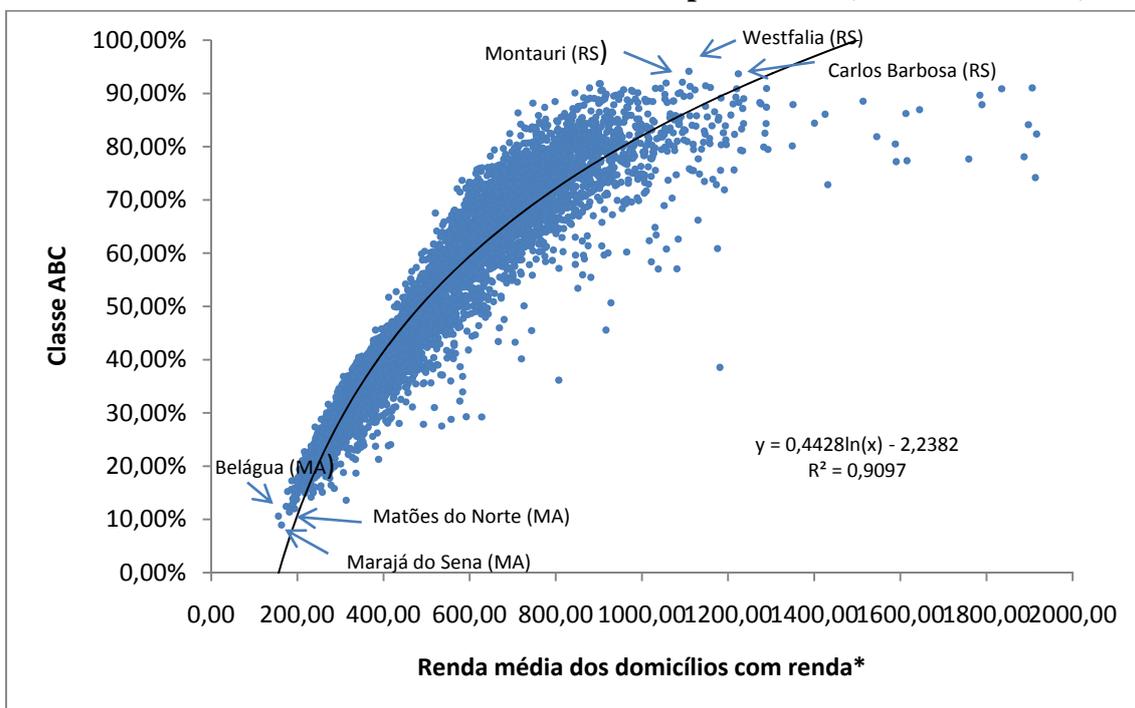
Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

Traçamos gráficos da renda contra a participação nas classes ABC de duas formas, incluindo os com e os sem rendimentos. Usamos a regressão logarítmica que se ajusta melhor aos dados de qualquer forma aparecem dados de maior renda à direita da norma municipal sugerindo dois regimes de correlações renda classes ABC.

**% na Classe ABC X Renda Domiciliar Per Capita Média (incluir os sem renda)**



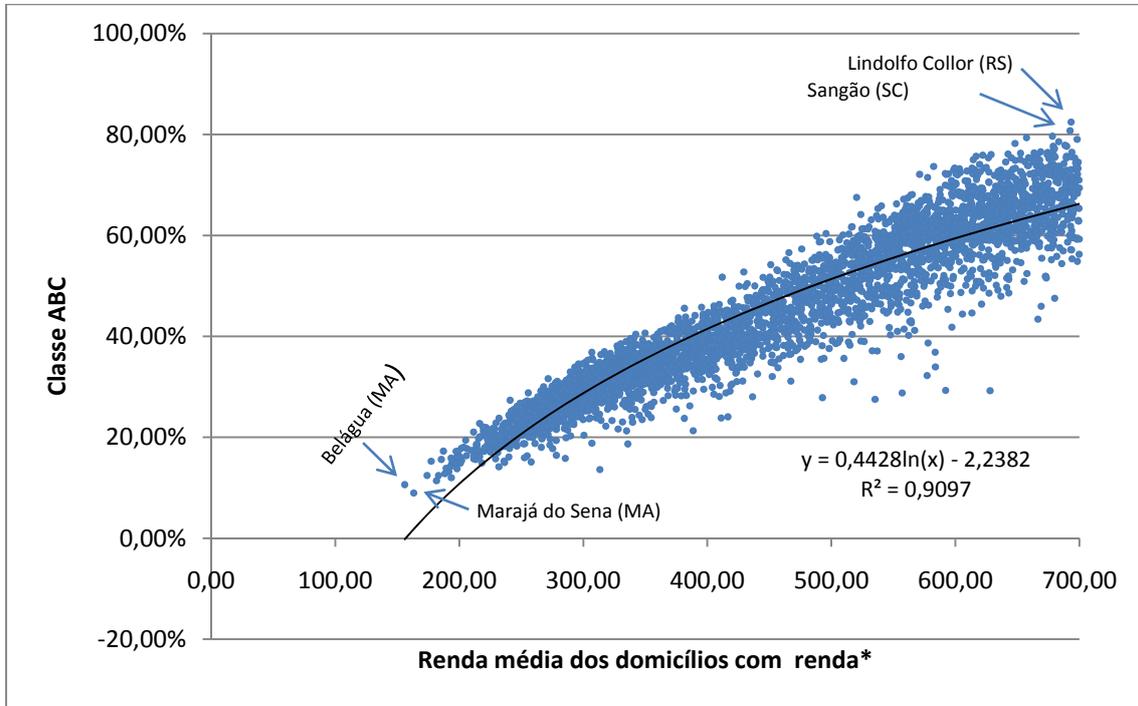
**% na Classe ABC X Renda Domiciliar Per Capita Média (Só os com renda)**



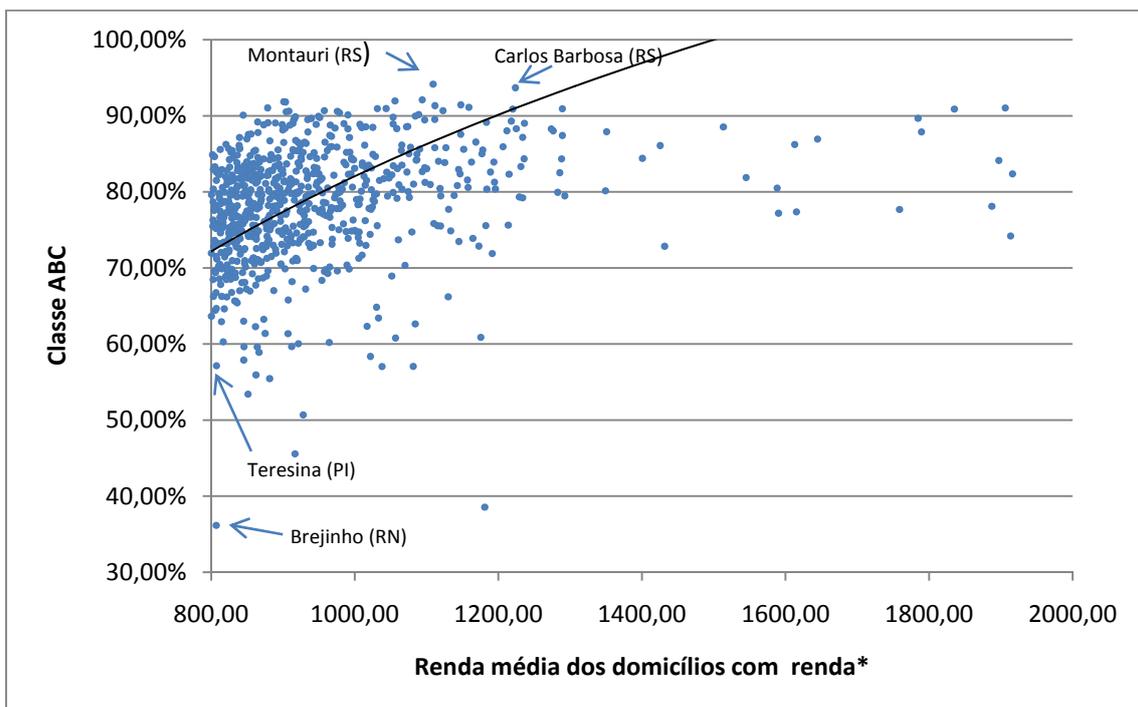
Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

Dividimos abaixo as rendas médias em dois gráficos naquelas abaixo e acima de 700 reais mensais de forma a facilitar a visualização de dois trechos da regressão acima mencionados.

**% na Classe ABC X Renda Domiciliar Per Capita Média (Só os com renda)**  
**Renda Abaixo de R\$ 700 Mensais**



**% na Classe ABC X Renda Domiciliar Per Capita Média (Só os com renda)**  
**Renda Acima de R\$ 700 Mensais**



Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

## Classe ABC % por municípios

			Ranking Nacional	Rankings Estadual
Estado	Município	ABC	Rank ABC	Rank ABC
		%		
<b>Mais</b>				
Rio Grande do Sul	Westfalia	94.16%	1	1
Rio Grande do Sul	Carlos Barbosa	93.69%	2	2
Rio Grande do Sul	Montauri	92.10%	3	3
Santa Catarina	Timbó	91.95%	4	1
Santa Catarina	Botuverá	91.84%	5	2
Rio Grande do Sul	São Vendelino	91.82%	6	4
Rio Grande do Sul	Garibaldi	91.44%	7	5
Santa Catarina	Brusque	91.33%	8	3
Santa Catarina	Jaraguá do Sul	91.11%	9	4
Rio Grande do Sul	Tupandi	91.04%	10	6
São Paulo	São Caetano do Sul	91.03%	11	1
Santa Catarina	Pomerode	90.95%	12	5
Rio Grande do Sul	Nova Bassano	90.95%	13	7
Santa Catarina	Blumenau	90.93%	14	6
Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	90.88%	15	8
Santa Catarina	Balneário Camboriú	90.88%	16	7
Rio Grande do Sul	Fagundes Varela	90.68%	17	9
Rio Grande do Sul	Nova Araçá	90.67%	18	10
Santa Catarina	Rodeio	90.61%	19	8
Santa Catarina	Gaspar	90.58%	20	9
Santa Catarina	Schroeder	90.52%	21	10
Rio Grande do Sul	Imigrante	90.38%	22	11
Rio Grande do Sul	Vila Maria	90.16%	23	12
Santa Catarina	Luzerna	90.12%	24	11
Rio Grande do Sul	Vale Real	90.09%	25	13
Rio Grande do Sul	Ivoti	89.96%	26	14
Rio Grande do Sul	Dois Irmãos	89.94%	27	15
Rio Grande do Sul	Nova Pádua	89.87%	28	16
Rio Grande do Sul	União da Serra	89.82%	29	17
Santa Catarina	Indaial	89.77%	30	12
Rio Grande do Sul	Harmonia	89.70%	31	18
São Paulo	Águas de São Pedro	89.67%	32	2
Rio Grande do Sul	Feliz	89.66%	33	19
Rio Grande do Sul	Vista Alegre do Prata	89.52%	34	20
Rio Grande do Sul	Serafina Corrêa	89.50%	35	21
Rio Grande do Sul	Nova Petrópolis	89.45%	36	22
Santa Catarina	Iomerê	89.43%	37	13
Rio Grande do Sul	Lajeado	89.30%	38	23
Rio Grande do Sul	Picada Café	89.19%	39	24
Santa Catarina	Rio do Sul	89.14%	40	14
Santa Catarina	Florianópolis	89.09%	41	15
Rio Grande do Sul	Bom Princípio	89.09%	42	25
Santa Catarina	Guabiruba	89.06%	43	16
Santa Catarina	São José	89.01%	44	17
Santa Catarina	Massaranduba	88.99%	45	18
Rio Grande do Sul	São Domingos do Sul	88.97%	46	26
Rio Grande do Sul	Veranópolis	88.93%	47	27
Rio Grande do Sul	Nova Roma do Sul	88.88%	48	28
Santa Catarina	Ibirama	88.86%	49	19
Rio Grande do Sul	Barão	88.83%	50	29
<b>Menos</b>				
Maranhão	Marajá do Sena	8.96%	5565	217
Maranhão	Belágua	10.61%	5564	216

Maranhão	Matões do Norte	11.39%	5563	215
Amazonas	Ipixuna	12.00%	5562	62
Pará	Melgaço	12.41%	5561	143
Pará	Cachoeira do Piriá	12.44%	5560	142
Maranhão	Satubinha	12.78%	5559	214
Maranhão	Cachoeira Grande	13.19%	5558	213
Roraima	Uiramutã	13.60%	5557	15
Maranhão	Humberto de Campos	13.75%	5556	212
Pará	Bagre	13.87%	5555	141
Maranhão	Santo Amaro do Maranhão	14.10%	5554	211
Amazonas	Itamarati	14.15%	5553	61
Maranhão	Presidente Juscelino	14.66%	5552	210
Maranhão	Primeira Cruz	14.80%	5551	209
Maranhão	Araguanã	14.88%	5550	208
Amazonas	São Paulo de Olivença	14.92%	5549	60
Amazonas	Tonantins	15.01%	5548	59
Maranhão	Lagoa Grande do Maranhão	15.05%	5547	207
Pará	Santa Cruz do Arari	15.11%	5546	140
Maranhão	Fernando Falcão	15.24%	5545	206
Amazonas	Santo Antônio do Içá	15.29%	5544	58
Maranhão	Itaipava do Grajaú	15.45%	5543	205
Bahia	Umburanas	15.55%	5542	417
Piauí	Assunção do Piauí	15.62%	5541	224
Maranhão	Nina Rodrigues	15.62%	5540	204
Maranhão	Jenipapo dos Vieiras	15.73%	5539	203
Maranhão	Cajari	15.73%	5538	202
Amazonas	Santa Isabel do Rio Negro	15.81%	5537	57
Maranhão	São Roberto	15.88%	5536	201
Pará	Limoeiro do Ajuru	15.91%	5535	139
Maranhão	Arame	15.95%	5534	200
Maranhão	Cajapió	15.98%	5533	199
Pará	Chaves	16.10%	5532	138
Maranhão	Bom Lugar	16.11%	5531	198
Pará	Augusto Corrêa	16.17%	5530	137
Pará	Afuá	16.33%	5529	136
Bahia	Sítio do Mato	16.33%	5528	416
Maranhão	Serrano do Maranhão	16.36%	5527	197
Amazonas	Amaturá	16.44%	5526	56
Maranhão	Vargem Grande	16.64%	5525	196
Pará	Viseu	16.97%	5524	135
Pará	Porto de Moz	17.09%	5523	134
Maranhão	Pedro do Rosário	17.18%	5522	195
Maranhão	Santa Filomena do Maranhão	17.21%	5521	194
Maranhão	Alto Alegre do Pindaré	17.22%	5520	193
Maranhão	São Benedito do Rio Preto	17.25%	5519	192
Maranhão	Milagres do Maranhão	17.26%	5518	191
Piauí	Madeiro	17.27%	5517	223
Maranhão	São João Batista	17.31%	5516	190
Maranhão	Monção	17.39%	5515	189
Maranhão	Turilândia	17.49%	5514	188

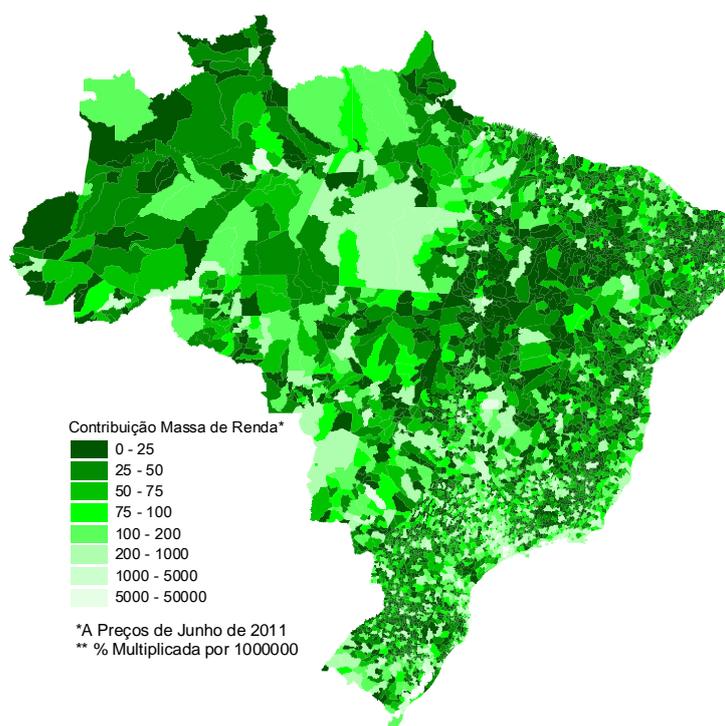
*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos dados Censo 2010/IBGE

Apresentamos a seguir mapas e extremos dos rankings nacionais das diversas classes tomadas uma a uma. No anexo, encontrado no site do projeto [www.fgv.br/cps/brics](http://www.fgv.br/cps/brics), apresentamos os extremos dos rankings para cada Unidade da Federação brasileira.

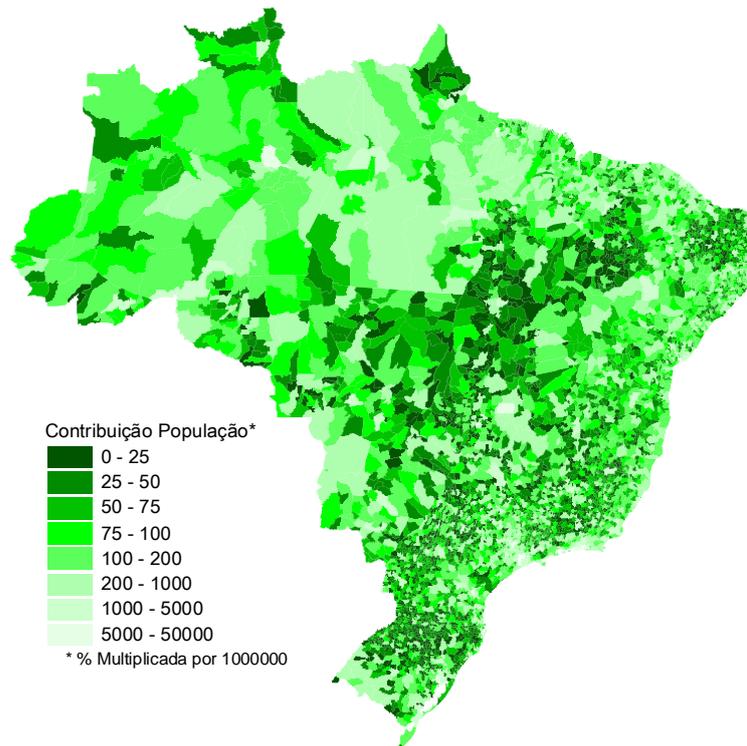
## Contribuição Massa de Renda e das Classes

O conceito de taxa utilizado nos gráficos e mapas acima é útil para ver a distribuição de determinados atributos como diferentes classes econômicas na população de cada lugar. Nele informamos, por exemplo, quanto há de classe AB digamos, num dado município, São Paulo, digamos com 17,71% e sua população nesta classe o 17º do ranking dos 5568 municípios brasileiros. Em muitas circunstâncias queremos saber quanto da classe AB nacional está num determinado município. Isto é, ponderamos a taxa pelo tamanho da população de cada município. Apresentamos o mapa da contribuição massa de renda auferida pelos municípios que deve ser comparada a contribuição da população na mesma escala para ver como o mapa populacional difere do de poder de compra no território nacional. Mantemos a escala comparável nos mapas.

### Contribuição dos Municípios na Massa de Renda Nacional – a Preços de Maio de 2011



## Contribuição dos Municípios na População Nacional

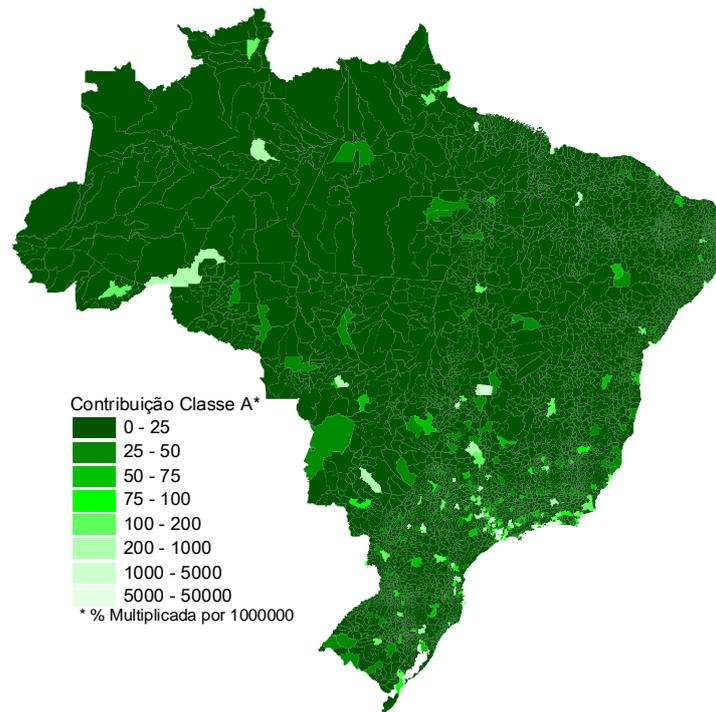


Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

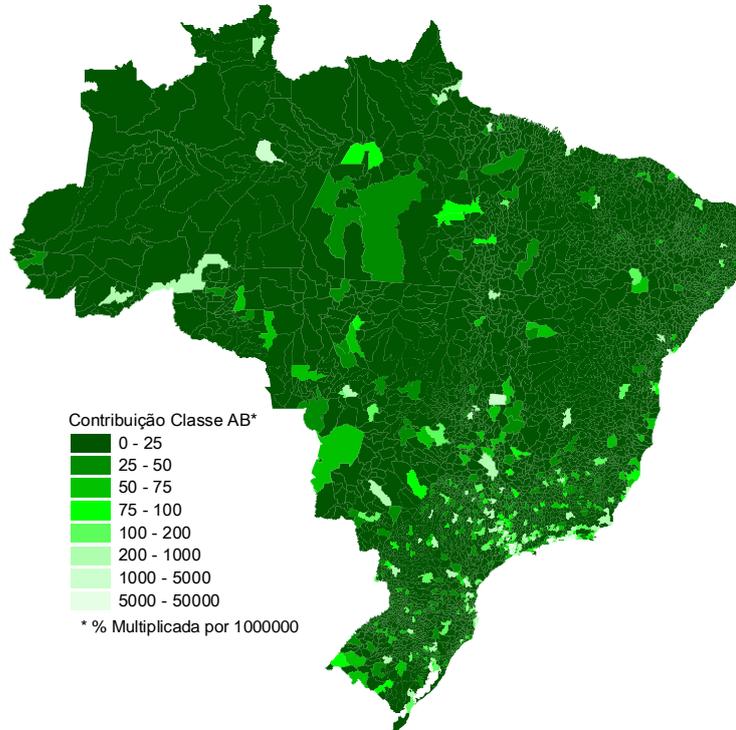
Apresentamos abaixo as contribuições das diferentes grupos de classes altas do critério mais para o menos elitista. Neste processo, vemos que a medida que o critério se torna menos exigente, o mapa fica mais malhado. Ou seja, a busca do poder de compra se torna menos concentrado no território nacional.

Na passagem de classes B para C, por exemplo, aumenta-se a propensão a consumir em particular de itens mais básicos, como alimentação, têxtil, móveis. Elementos como despesas de turismo, combustível e tecnologia de informação e comunicação (TICs) são bens e serviços de luxo. Na ascensão das classes há aumento da propensão a consumir desses elementos.

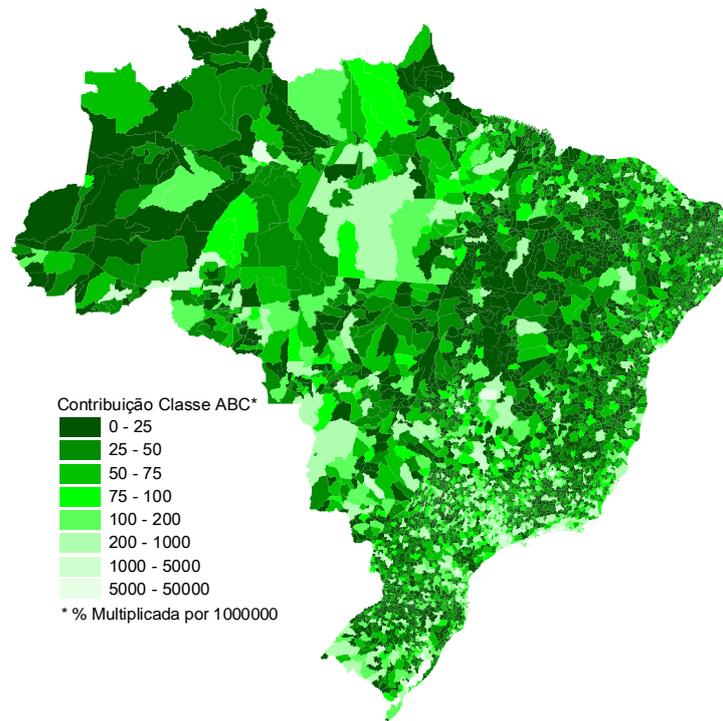
## Contribuição dos Municípios na Classe A Nacional



## Contribuição dos Municípios na Classe AB Nacional



## Contribuição dos Municípios na Classe ABC Nacional



Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

## 6. Políticas para a Nova Classe Média

*Mercado aos pobres não encerra custos fiscais e os pobres ganham upgrades diferenciados, pois estavam mais distantes do mercado.*

*As UPPs cariocas são um exemplo vivo de como “o choque de ordem” pode levar a um “choque de progresso”*

*O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados.*

O Brasil ainda enfrenta muitos obstáculos ao desenvolvimento de suas potencialidades, incluindo um sistema de ensino fraco, baixas taxas de poupança e um emaranhado de obstáculos regulatórios, só para citar alguns. Agora para as perspectivas de crescimento futuro, o que importa não é o nível absoluto desses fatores, porém como eles evoluem no tempo. O Brasil pode avançar verticalmente se escolher os caminhos certos em direção a sua fronteira de possibilidades.

É preciso ir além e “Dar o mercado aos pobres”, completando o movimento dos últimos anos quando pelas vias da queda da desigualdade "demos os pobres aos mercados (consumidores)". Devemos tratar o pobre como protagonista de sua História e não como um passivo receptor de transferências de dinheiro oficiais e de crédito consignado a estes benefícios. Há que se turbinar o protagonismo das pessoas.

Nos termos do dilema confuciano entre "dar o peixe" e "ensinar a pescar", significa mostrar, aos pobres que aprenderam a pescar, o "mercado de peixes". Já a respectiva versão socialista deste processo seria a redistribuição dos peixes embora a imagem da rede de pesca (capital social – cooperativas etc) se encaixasse mais estruturalmente na metáfora pisciana.

A agenda de mercado aos pobres é vantajosa, pois não encerra custos fiscais gerando melhoras de Pareto onde ninguém perde e os pobres ganham *upgrades* diferenciados, pois estavam mais distantes do mercado. Quando os mercados estão muito incompletos é possível sair do velho dilema entre eficiência (direita) e equidade (esquerda) e ganhar através da união harmoniosa destes vetores. O crédito consignado a benefícios de programas sociais vai nesta linha alavancando os ganhos de bem estar daqueles contemplados por razões de equidade.

Concretamente no âmbito das políticas públicas pelo lado financeiro, falo de Microseguro ([www.fgv.br/cps/ms](http://www.fgv.br/cps/ms)) e de Microcrédito ([www.fgv.br/cps/crediamigo3](http://www.fgv.br/cps/crediamigo3)). O crédito produtivo popular é fundamental para dar vazão aos espíritos empreendedores da baixa renda, temos o exemplo do Crediamigo, avaliado de um banco público federal em área pobre, o Banco do Nordeste que funciona na linha do Muhammad Yunus, criador do Grameen Bank, pois usa sistema de grupo solidário nos colaterais. Há uma lição específica do rendimento do trabalho aumentando com a produtividade (salário-eficiência), no caso dos agentes de crédito que podem até triplicar o salário,

dependendo da performance da carteira. Isto pode gerar lições do tipo “mercado de trabalho privado” a outros segmentos do setor público. O Crediamigo cobre 60% do mercado nacional de microcrédito gerando aumento médio de lucro de 13% por ano de seus clientes, que são empresas informais de fundo de quintal tais como mercearias, biscateiros, escolas privadas etc. A probabilidade de um cliente que era pobre sair da pobreza em 12 meses após o crédito é 60% contra 2% da probabilidade do movimento em sentido contrário. Isto sem subsídios, pois o programa gera um lucro de R\$50 ano por cliente. O Crediamigo acabou de ser eleito a melhor experiência de microcrédito do continente americano pela principal agência de *rating* de microcrédito, o *mix market*. Há riqueza no meio da pobreza e o Estado pode interagir sinergicamente com o setor privado nesta busca.

Uma agenda que está atrofiada no Brasil é aquela ligada aos trabalhadores por conta-própria e pequenos produtores urbanos, que consiste em dar acesso aos pobres, enquanto produtores, aos mercados consumidores. Cerca de 65% dos empresários urbanos dizem que seu principal problema é falta de clientes ou concorrência acirrada, os quais são problemas de demanda e não de oferta como formalização, infraestrutura, acesso a crédito etc. Políticas de acesso a mercados consumidores, tais como exportação através de cooperativas de pequenos produtores, potencializam o comércio eletrônico e mesmo compras governamentais. Neste último caso há casos em que os municípios compram carteiras escolares e merendas na produção local de municípios cearenses.

A estabilidade macroeconômica cria terreno fértil para o desenvolvimento dos mercados na base da pirâmide, assim como a diminuição da violência. As UPPs cariocas são um exemplo vivo de como “o choque de ordem” pode levar a um “choque de progresso”, principalmente aquelas situadas em áreas mais ricas que sofriam mais perdas de capita. Há que se cuidar para não dar um *overshooting* do processo ([www.fgv.br/cps/favela](http://www.fgv.br/cps/favela)). Isto remete a questão mais geral de garantir direitos de propriedade a todos, agora e depois.

Permitindo-me uma visão mais literal, uma boa política de transporte urbano onde vive 85% da população brasileira segue nesta linha. Em particular os casos de São Paulo e do Rio. Este último é o primeiro caso de Bilhete Único intermunicipal, aproximando os pobres das periferias dos mercados, sem que para isso precisem morar em favelas.

**Agenda** - “Dar o mercado” significa acima de tudo melhorar o acesso das pessoas ao mercado de trabalho. Os fundamentos do crescimento econômico e as reformas associadas são fundamentais aqui. A agenda de reformas trabalhista, previdenciária e tributária (desoneração da folha de pagamento etc) turbinam a relação entre crescimento e mercado de trabalho. Mas fica difícil falar delas quando estamos gerando quase 2

milhões de empregos formais em oito meses. A pergunta que não quer calar é quantos empregos geráramos se a institucionalidade fosse mais favorável.

A educação funciona como passaporte para o trabalho formal: refiro-me a todos os níveis escolares formais ([www.fgv.br/cps/iv](http://www.fgv.br/cps/iv)) e da educação profissional ([www.fgv.br/cps/proedu](http://www.fgv.br/cps/proedu)). A agenda de premiar os professores com salários crescentes com as notas dos alunos é outro exemplo recente de salário-eficiência, tal como vigente nos Estados de São Paulo, de Pernambuco e na cidade do Rio de Janeiro. Como o setor público é, ou deveria ser, mais próximo dos pobres, ele pode pavimentar o acesso a mercado. A avaliação de proficiência escolar traz transparência aos pais da qualidade de educação da escola do seu filho melhorando o funcionamento do setor público. Metas sociais complementam este movimento incorporando eficiência do setor privado ao setor público através de um pseudo-mercado, já que não existem preços. As metas de educação do IDEB, do Movimento Todos Pela Educação e de Dakar são exemplos disto. Se a opção é ir além do dar mercado aos pobres usando o Estado como ponte, vale incorporar na agenda do “choque de gestão”, a conexão da distribuição de recursos do orçamento público a performance das diferentes unidades receptoras de recursos medidas por indicadores sociais.

Alguns gostariam de uma agenda mais amigável à ação privada, outros gostariam de um Estado provedor. O coletivo de brasileiros no fundo quer as duas coisas, respeito às regras de mercado com política social ativa pelo Estado. Se os consensos de Washington não vigoram em Brasília, Caracas também não é aqui. O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados.

## 7. Conclusões

*A Turquia, em 2001, merecia ser BRICS mais que o Brasil, mas TRICS é sigla menos sólida.*

*Este texto realiza análise da nova classe média brasileira seguindo dimensões globais, nacionais, atuais, locais e prescrições de políticas.*

### a. Global -

**i. BrasilX BRICS** - A chamada nova classe média tem ocupado destaque na agenda das empresas privadas, dos gestores públicos, dos políticos e dos demais mortais no Brasil como em outros lugares. A emergência dos BRICS simboliza um novo tempo. A ascensão econômica de dezenas de milhões de pessoas tem mantido a economia global girando. Seguramente, em toda história da humanidade, nunca tantos saíram da pobreza quanto nas últimas duas décadas, função do ocorrido na China e Índia. E o processo ainda está no seu começo, os países dos BRICS hoje abrigam mais da metade dos pobres do mundo. Segundo o Goldman Sachs, o BRICS multiplicará até 2050 por 7 a razão do seu PIB agregado com a dos países do G7. Hoje é menos de um terço do G7 e em 2050 será o dobro. O erro nas projeções datadas de 2001, foram no sentido de subestimar o descolamento dos primeiros em relação aos últimos até agora, em especial depois da crise.

É verdade que o que ocorre nos BRICS acontece em outros países como Indonésia, Turquia, Chile, só para citar alguns. Mas o que é especial nos BRICS é a extensão populacional e geográfica dos países e a diversidade entre eles. Podemos com apenas cinco figurinhas BRICS representar a grande transformação em curso na humanidade.

Faltaria talvez um país do Oriente Médio para ter uma amostra representativa das pessoas da aldeia global. A rigor, a Turquia em 2001 merecia mais fazer parte do grupo de emergentes que o Brasil, entretanto TRICS parecia sigla menos sólida que BRICS. Hoje o descolamento da economia do Brasil em relação aos demais BRICS é menor.

O Brasil vai melhor para a população do que para os economistas. A definição do grupo dos BRICS seguiu considerações de peso econômico prospectivo. O aspecto onde o Brasil se destaca é na melhoria de vida da população numa democracia operante, como frisou Obama em sua recente visita aqui.

Há descasamento nos BRICS entre a prosperidade captada pelos indicadores econômicos e sociais. O descolamento no Brasil é favorável aos últimos, e nos demais BRICS aos primeiros. Senão vejamos: a renda média da população captada por pesquisas domiciliares tem crescido mais que o PIB aqui e menos alhures. A desigualdade está em queda aqui e em alta em todos os demais BRICS assim como no

G7. A felicidade reportada só tem aumentado aqui. Por fim, a expectativa de felicidade futura cinco anos à frente: o Brasil continua recordista mundial em 2014. Fazendo jus ao nosso apelido de país do futuro. No centro da massiva transformação de pobreza presente em riqueza futura, está a nova classe média dos BRICS que é a face humana mais palpável desta revolução.

A pesquisa analisa diferenças e semelhanças de grupos emergentes entre países emergentes. Especial destaque é dado ao grupo dos BRICS, contrastando elementos diversos tais como:

**ii. Quanto o crescimento macroeconômico se reflete no bolso do cidadão comum?**

Nesta parte demonstramos que no Brasil, mais do que outros BRICS e países desenvolvidos, desde 2003, a renda do brasileiro captada por pesquisas domiciliares como PNAD, POF, Censo e PME apresenta um crescimento médio de dois pontos de porcentagem por ano superior ao PIB. Perfazendo uma diferença de 11,3 pontos de porcentagem acumulada no período 2003 a 2009. A novidade é que em 2010 e 2011 esta diferença tem aumentado. Mesmo no caso do “pibão” de 2010, que cresceu a 6,5% per capita contra 9.6% da renda da PME, a desaceleração do PIB do começo de 2011 não se reflete ainda no mercado de trabalho metropolitano em 2011, em que a renda domiciliar per capita do trabalho cresce a 6.1% acima novamente do PIB.

**iii. Quem melhora mais em cada país: a base, o meio, ou o topo da distribuição de renda?** Para além da média, estas mesmas pesquisas permitem ver que a desigualdade de renda cai aqui e aumenta alhures. No Brasil, já cai há dez anos seguidos, já entrando no 11º ano. Os 20% mais ricos do Brasil tiveram na década passada um crescimento inferior a dos 20% mais ricos de todos os demais BRICS, já nos 20% mais pobres acontece quase o oposto.

**iv. Para além de melhoras objetivas, como estão atitudes e ações das pessoas em relação ao presente?**

**Felicidade Presente** –Segundo o Gallup World Poll, o grau de satisfação com a vida, a média do Brasil em 2009 era 8,7 numa escala de 0 a 10. Superamos os demais: África do Sul (5,2), Rússia (5,2), China (4,5) e Índia (4,5). Mais do que isso, o Brasil é o único dos BRICS que melhora no ranking mundial de felicidade saindo do 22º lugar em 2006 para 17º em 2009 entre 144 países.

Segundo alguns a nova classe média seria formada por protagonistas de plano de ascensão social, aqueles que almejam transformar sonho em realidade.

**v. Depois da crise global, qual é a expectativa da população de cada país sobre a respectiva satisfação com a sua vida no futuro?**

**O País do Futuro** - O Brasil é o recordista mundial de felicidade futura. Numa escala de 0 a 10 o brasileiro dá uma nota média de 8,70 à sua expectativa de satisfação com a vida em 2014, superando todos os demais 146 países da amostra cuja média era 6,5 e a mediana 5,6. Essa interpretação permite entender o Brasil: "o país do futuro" criada a exatos 70 anos atrás por Stefan Zweig. Antes na expectativa com relação a 2011, o Brasil já ocupava o lugar mais alto do podium, agora a distancia em relação ao segundo colocado aumentou.

A ordem outros BRICS no ranking de felicidade futura em 2014 é África do Sul com 7,2 na escala de 0 a 10, o 46º colocado em 144 países; China com 6,4, o 92º colocado; Rússia com 6, o 119º colocado e Índia com 5,7, o 128º colocado.

Chegando ao momento atual, quanto cresceu em termos líquidos diferentes estratos econômicos da sociedade brasileira no período recente?

**b. Nacional - Monitorando as Classes Econômicas**

**Emergentes** - Desde 2003 um total de 50 milhões de pessoas – mais do que uma Espanha - se juntaram ao mercado consumidor. Nos últimos 21 meses até maio de 2011 as classes C e AB cresceram 11,1% e 12,8% respectivamente. Neste período 13,3 milhões de brasileiros foram incorporadas às classes ABC adicionando aos 36 milhões que migraram entre 2003 e 2009.

**c. Dinâmica Recente** – A taxa de redução de desigualdade nos últimos 12 meses é um pouco acima daquele observado nas series da PNAD entre 2001 e 2009 no período de marcada redução da desigualdade. O comportamento anti-cíclico da desigualdade sugere a ausência de dilemas ‘equidade versus eficiência’ no período sob análise. Alavanca mudanças na composição de classes observadas.

**i. Classes Econômicas** - A análise da evolução das classes econômicas revela estabilidade na taxa de crescimento de 12 meses da chamada nova classe média em todo período entre 2,5% e 3,2%. Classes AB instáveis. Como consequência, as classes ABC que no período pré-crise cresciam a taxas de 3,2% ao ano, passam a crescer a taxas 4,1% nos últimos dois anos terminados em maio de 2011.

**ii. PME Semanal** – Indicadores antecedentes sugerem melhoras. A última semana do mês de maio 2011: 14.62% na classe E (viés de queda, abaixo de 14.97% de maio); 73.81% na classe ABC (viés de alta - 73.48% de maio).

**iii. Empregos Formais** - Entre janeiro e abril de 2011 houve a criação líquida de 798 mil novos postos de trabalhos, o terceiro melhor desempenho desde 2000, ficando abaixo do mesmo período em 2010 (962 mil) e 2008 (849 mil).

Acompanhando a trajetória de famílias individuais, quantas progrediram, e quantas regrediram? Quanto educação e geografia explicam da ascensão de classes?

**iv. Movimentos de saída de pobreza** (classe E): em 2011: 45,7% entre 2010 e 2011, melhor ano da série de progressão econômica que começa em 2003. Cresce de forma monotônica com a escolaridade do indivíduo: Sem instrução têm 27% de probabilidade de mudar da classe E, enquanto os mais educados com 12 anos ou mais de estudos tem 53%.

**v. Análise de Estabilidade de Classe AB (multivariada)** – A chance de um indivíduo permanecer na classe ABC no período mais recente (terminado em 2011) é 2,8 vezes maior que a apresentada no início da série. Capitais a chance de permanência na classe ABC é 25% maior que periferias, mas tiveram perda relativa no período recente.

**d. Local - Qual é a cidade mais classe A do país? Qual é a recordista de nova classe média? Onde a pobreza e a riqueza são maiores?**

**i. Elite** – O município mais classe A é Niterói com 30,7% na elite econômica. Depois vem Florianópolis (27,7%), Vitória (26,9%), São Caetano (26,5%), Porto Alegre (25,3%), Brasília (24,3%) e Santos (24,1%).

**ii. % ABC** - Se formos menos elitistas e incluirmos as classes B e C no páreo, o município gaúcho de Westfália apresenta a maior classe ABC com 94,2% nas Classes ABC.

**iii. Sul Maravilha** - Todos os 30 municípios com maiores participações nas classes ABC estão na região Sul do país fruto da menor desigualdade de renda lá observada.

**e. Prescrição de Políticas - Quais são os elementos centrais da agenda de políticas públicas e ações privadas para a nova classe média brasileira?**

**Agenda** - É preciso ir além e “Dar o mercado aos pobres”, completando o movimento dos últimos anos quando pelas vias da queda da desigualdade "demos os pobres aos mercados (consumidores)". “Dar o mercado” significa acima de tudo melhorar o acesso das pessoas ao mercado de trabalho. Os fundamentos do crescimento econômico e as reformas /associadas são fundamentais aqui. A educação regular e profissional funciona como passaporte para o trabalho formal. O desafio é combinar as virtudes do Estado com as virtudes dos mercados, sem esquecer de evitar as falhas de cada um dos lados.

## Bibliografia

BACHA, E. L., AND TAYLOR, L.. **Brazilian income distribution in the 1960s: Tacts' model results and the controversy.** *Journal of Development Studies*, Vol. <http://www.informaworld.com/smpp/title~content=t713395137~db=all~tab=issueslist~branches=14 - v14>14, Issue 3, pages 271 – 297, 1978

BANERJEE, ABHIJIT V. AND DUFLO, ESTHER. **What is middle class about the middle classes around the world?**, mimeo, MIT December 2007.

BARROS, R.P. de; MENDONÇA, R. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960.** Rio de Janeiro: IPEA, 1992. (Texto para discussão, nº. 286).

BARROS, R.P. de; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. Desigualdade e pobreza no Brasil: a estabilidade inaceitável. In: HENRIQUES, R. (Ed.). **Desigualdade e pobreza no Brasil.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BARROS, R. P. Foguel, M. N. ULYSSEA G. (Orgs.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente.** Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. **The duration of poverty spells.** In: III Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ENABET, Anais..., 1996.

BARROS, Ricardo Paes; MENDONÇA, Rosane; NERI, Marcelo C. **Pobreza e inflação no Brasil: uma análise agregada.** In: Economia Brasileira em Perspectiva 1996, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, v.2, p.401-420.

BIRDSALL, NANCY, CAROL GRAHAM, AND STEFANO PETTINATO **“Stuck In Tunnel: Is Globalization Mudding The Middle Class?”** Brookings Institution, Center on Social and Economic Dynamics WP No. 14, 2000.

BOOT, H. M. (1999) **“Real Incomes of the British Middle Class, 1760-1850: The Experience of Clerks at the East India Company”**, *The Economic History Review*, 52(4), 638-668.

BONELLI, R.P. de; SEDLACEK, G.L. Distribuição de renda: evolução no último quarto de século. In: SEDLACEK, G.L.; BARROS, R.P. de. **Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea.** Rio de Janeiro: IPEA, 1989. (Série Monográfica 35).

CARDOSO, E.; BARROS, R.; URANI, A. Inflation and unemployment as determinants of inequality in Brazil: the 1980s, Chapter 5. In: DORNBUSCH, R.; EDWARDS, S. (Eds.), **Reform, recovery and growth: Latin America and the Middle-East**, Chicago: University of Chicago Press for the NBER, 1995.

DOEPKE, M. AND F. ZILIBOTTI (2005) "**Social Class and the Spirit of Capitalism**", *Journal of the European Economic Association* 3, 516-24.

DOEPKE, M AND F. ZILIBOTTI (2007) "**Occupational Choice and the Spirit of Capitalism**", NBER Working Paper.

ESTERLY, WILLIAM (2001) "**The Middle Class Consensus and Economic Development**", *Journal of Economic Growth*, 6(4), 317-335.

FERREIRA, F.; LANJOUW, P.; NERI, M. **A Robust poverty profile for Brazil using multiple data sources**. *Revista Brasileira de Economia* 57 (1), p. 59-92, 2003.

FISHLOW, A. (1972): "**Brazilian Size Distribution of Income**", American Economic Association: Papers and Proceedings 1972, pp.391-402

FREDERICK, JIM (2002) "**Thriving in the Middle Kingdom**", TIME Magazine, Nov 11.

GASPARINI, L. **Different lives: inequality in Latin America the Caribbean, inequality the state in Latin America the Caribbean** World Bank LAC Flagship Report 2003. Washington, D.C.: World Bank, 2003. Mimeografado.

GOLDMAN SACHS - WILSON, DOMINIC AND DRAGUSANU, RALUCA "**The Expanding Middle: The Exploding World Middle Class and Falling Global Inequality**" - Goldman Sachs Economic Research/Global Economics Paper nº 170, July 2008

HOFFMAN, R. **A evolução da distribuição de renda no Brasil, entre pessoas e entre famílias, 1979/86**. In: SEDLACEK, G.; BARROS R.P. de. Mercado de trabalho e distribuição de renda: uma coletânea. Rio de Janeiro: IPEA/Inpes, 1989.

HOFFMANN, R. **As transferências não são a causa principal da redução da desigualdade**, *Econômica* 7, no.2, 335-341: Rio de Janeiro, Brazil, 2005.

IPEA. **Sobre a queda recente da desigualdade no Brasil**, 2006. (Nota técnica).

KAKWANI, N., SON, H. **Measuring the Impact of price changes on poverty**. International Poverty Centre, Brasília, 2006. (Working paper # 33).

KAKWANI, N.; NERI, M.; SON, H. **Linkages between pro-poor growth, social programmes labour market: the recent brazilian experience**. International Poverty Centre, Brasília, 2006a. (Working paper # 26).

\_\_\_\_\_. **Desigualdade e Crescimento: Ingredientes Trabalhistas** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007. vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/propobre/>

LA FONTAINE. **A cigarra e a formiga**

LANDES, DAVID. **The Wealth and Poverty of Nations**, New York: Norton, 1998.

LANGONI, C. **Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 3ª edição 2005, 1973

MURPHY, KEVIN M., ANDREI SCHLEIFER AND ROBERT VISHNY (1989) “**Industrialization and the Big Push**”, *Journal of Political Economy*, 97(5), 1003-1026.

NERI, M. C. **Diferentes histórias em diferentes cidades**. In: REIS VELLOSO, J.P.; CAVALCANTI, R. (Eds.). **Soluções para a questão do emprego**. Rio de Janeiro: José Olímpio, 2000.

\_\_\_\_\_. **Eleições e “Expansões”**, mimeo, vide <http://www.fgv.br/cps/pesquisas/pp2/>, 2006a. (also available in English)

\_\_\_\_\_. **Miséria em queda**: mensuração, monitoramento e metas. mimeo Rio de Janeiro: FGV, vide: [http://www3.fgv.br/ibrecps/queda\\_da\\_miseria/inicio\\_q.htm](http://www3.fgv.br/ibrecps/queda_da_miseria/inicio_q.htm) . 2005.

\_\_\_\_\_. **Miséria, desigualdade e políticas de rendas: o Real do Lula**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2007. (also available in English)

\_\_\_\_\_. **Miséria, desigualdade e estabilidade** in Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007a. see: <[http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site\\_ret\\_port/](http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/)> (also available in English)

\_\_\_\_\_. **A Nova Classe Média**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2008a. see: [http://www.fgv.br/cps/classe\\_media/](http://www.fgv.br/cps/classe_media/) (also available in English)

\_\_\_\_\_. **Miséria, e a nova classe média na década da igualdade**, mimeo, Rio de Janeiro: FGV, 2008b. see: <http://www.fgv.br/cps/desigualdade/> (also available in English)

\_\_\_\_\_. **Miséria, desigualdade e estabilidade** in Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007a. see: <[http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site\\_ret\\_port/](http://www.fgv.br/cps/pesquisas/site_ret_port/)>

\_\_\_\_\_. **A Dinâmica da Redistribuição Trabalhista** em Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyssea (orgs), Rio de Janeiro, 2007b.

\_\_\_\_\_. (org.) **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do CrediAMIGO**”, Editora da Fundação Getulio Vargas, 370pag, Rio de Janeiro, 2008

\_\_\_\_\_. **O reajuste do salário mínimo de maio de 1995**. In: XIX ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMIA, SBE, Recife. **Anais...** dez. 1997, v. 2, p. 645-666.

NERI, M. C. e CAMARGO, J. Distributive effects of Brazilian structural reforms. In: BAUMANN, R. (Ed.). **Brazil in the 1990s: a decade in transition**, Palgrave. Macmillan's Global Academic Publishing, UK, 2001.

NERI, M. C.; CONSIDERA, Cláudio; PINTO, Alexandre. A evolução da pobreza e da desigualdade brasileiras ao longo da década de 90. In: **Revista Economia Aplicada**, Ano 3, v. 3, p.384-406, jul.-set. 1999.

NERI, M. C. e CONSIDERA, Cláudio. Crescimento, desigualdade e pobreza: o impacto da estabilização. In: **Economia Brasileira em Perspectiva 1996**, Rio de Janeiro: IPEA, 1996, v.1, p. 49-82.

NERI, M. C.; e GIOVANNI F, **Negócios bancários, garantias e acesso a crédito** in Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v.9, n.3, pp 643-669, setembro-dezembro 2005.

RAMOS, Lauro; BRITO, M. O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise**, Rio de Janeiro: IPEA, nº 22, p. 31-47, nov. 2003.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

SOARES, S. “Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004.” *Econômica*, v. 8, n. 1, p. 83-115. Rio de Janeiro, 2006.

SOUZA, A.; LAMOUNIER, B. A Classe Média Brasileira: Ambições, Valores e Projetos de Sociedade. Editora: Campus/Elsevier, 2010

STIGLITZ, J.; SEN, A e FITOSSI, **Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress**, 2009. September, 2009  
[http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport\\_anglais.pdf](http://www.stiglitz-sen-fitoussi.fr/documents/rapport_anglais.pdf)

## Apêndice I: Exercícios Multivariados.

Apresentamos a seguir modelo completo estimado de classes econômicas.

### Regressão Logística - 15 a 60 - Era classe ABC no primeiro período

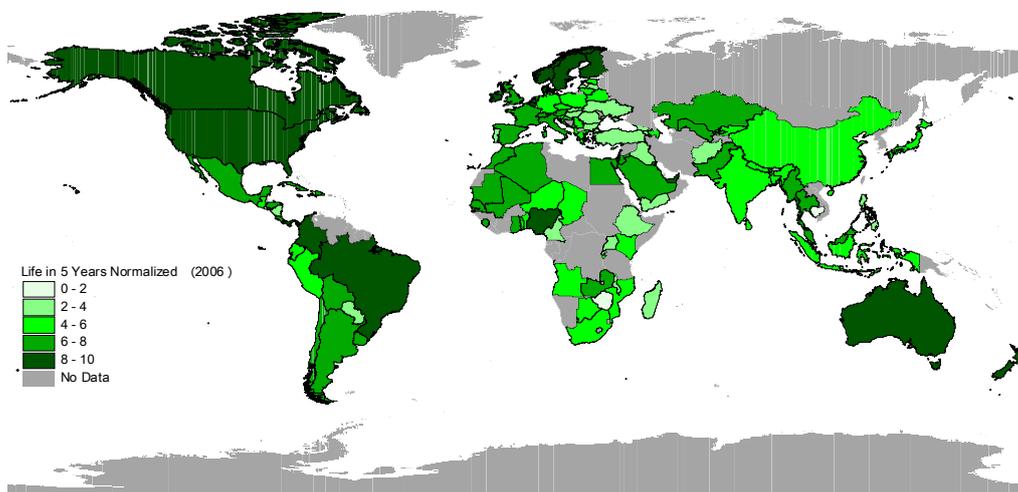
Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
Intercept		-0.3662	0.0533	47.14	**	.
SEXO	Homem	0.1377	0.0077	322.21	**	1.14765
SEXO	Mulher	0.0000	0.0000	.		1.00000
COR	Amarela	0.5303	0.0501	112.13	**	1.69937
COR	Branca	0.3961	0.0125	1002.07	**	1.48604
COR	Indígena	0.1601	0.1008	2.52		1.17369
COR	Parda	0.0962	0.0126	58.41	**	1.10093
COR	Preta	0.0000	0.0000	.		1.00000
fxage	15 a 19	0.0965	0.0179	29.18	**	1.10131
fxage	20 a 24	0.0836	0.0170	24.30	**	1.08721
fxage	25 a 29	0.0755	0.0160	22.30	**	1.07846
fxage	30 a 35	0.0927	0.0151	37.77	**	1.09710
fxage	36 a 39	0.1464	0.0163	80.89	**	1.15769
fxage	40 a 44	0.2002	0.0153	171.32	**	1.22165
fxage	45 a 49	0.3054	0.0154	391.09	**	1.35723
fxage	50 a 54	0.2095	0.0155	183.85	**	1.23305
fxage	55 a 59	0.0000	0.0000	.		1.00000
anoest2	De 4 a 7 anos de estudo	0.1836	0.0150	149.05	**	1.20150
anoest2	De 8 ou mais anos de estudo	0.7323	0.0144	2584.62	**	2.07979
anoest2	Ignorado	0.1634	0.0738	4.90	**	1.17745
anoest2	Sem instrução e menos de 3 ano de estudo	0.0000	0.0000	.		1.00000
CONFAM	Agregado	0.2046	0.0896	5.22	**	1.22701
CONFAM	Cônjuge	0.2257	0.0096	551.45	**	1.25314
CONFAM	Filho	0.1340	0.0118	128.74	**	1.14335
CONFAM	Outro Parente	0.0272	0.0204	1.78		1.02761
CONFAM	Pensionista	-0.5862	1.0980	0.28		0.55647
CONFAM	Principal Responsável	0.0000	0.0000	.		1.00000
NPES	1 Morador	0.5784	0.0192	907.11	**	1.78315
NPES	2 Moradores	0.4441	0.0178	623.05	**	1.55909
NPES	3 Moradores	0.2708	0.0186	212.90	**	1.31098
NPES	4 Moradores	0.0000	0.0000	.		1.00000
REG	Belo Horizonte	-0.1701	0.0103	272.27	**	0.84360
REG	Porto Alegre	-0.2494	0.0109	526.32	**	0.77925
REG	Recife	-0.7487	0.0127	3496.23	**	0.47298
REG	Rio de Janeiro	0.1384	0.0106	171.43	**	1.14842
REG	Salvador	-0.3011	0.0132	518.21	**	0.73997
REG	zSão Paulo	0.0000	0.0000	.		1.00000
setores	Financeira	0.1678	0.0122	188.93	**	1.18273
setores	Industria	0.0166	0.0106	2.48		1.01678
setores	Outro	0.0000	0.0000	.		1.00000
CPOSOCUPI	Conta própria	-0.0720	0.0450	2.56		0.93053
CPOSOCUPI	Desocupado com idade acima de 9 anos	-0.0836	0.0467	3.21		0.91984
CPOSOCUPI	Empregador	0.5873	0.0485	146.34	**	1.79914

Parâmetro	Categoria	Estimativa	Erro Padrão	Qui-Quadrado	sig	Razão condicional
CPOSOCUP1	Empregados - com carteira	0.1227	0.0446	7.57	**	1.13056
CPOSOCUP1	Empregados - militar	0.6968	0.0470	220.15	**	2.00729
CPOSOCUP1	Empregados - sem carteira	-0.1038	0.0451	5.29	**	0.90141
CPOSOCUP1	Inativo	-0.1490	0.0444	11.24	**	0.86156
CPOSOCUP1	Trabalhadores não remunerados de membro da unidade domiciliar que era conta própria ou empregador	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital	Sim	0.2253	0.0189	141.48	**	1.25268
capital	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
ANO3	2003	0.4621	0.0194	564.88	**	1.58748
ANO3	2004	0.4903	0.0191	657.29	**	1.63285
ANO3	2005	0.7537	0.0196	1475.55	**	2.12478
ANO3	2006	0.7857	0.0194	1644.62	**	2.19384
ANO3	2007	0.8524	0.0193	1941.57	**	2.34520
ANO3	2008	0.7972	0.0191	1735.55	**	2.21932
ANO3	2009	0.9745	0.0198	2418.77	**	2.64979
ANO3	2010	1.0431	0.0266	1534.61	**	2.83787
ANO3	Z2002	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	Sim	-0.1160	0.0265	19.10	**	0.89047
capital*ANO3	Sim	0.0487	0.0264	3.39		1.04989
capital*ANO3	Sim	-0.0461	0.0270	2.91		0.95495
capital*ANO3	Sim	0.1044	0.0270	14.98	**	1.11009
capital*ANO3	Sim	-0.0569	0.0268	4.51	**	0.94466
capital*ANO3	Sim	0.0066	0.0266	0.06		1.00664
capital*ANO3	Sim	-0.0736	0.0273	7.25	**	0.92903
capital*ANO3	Sim	-0.1406	0.0366	14.77	**	0.86884
capital*ANO3	Sim	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000
capital*ANO3	zNão	0.0000	0.0000	.		1.00000

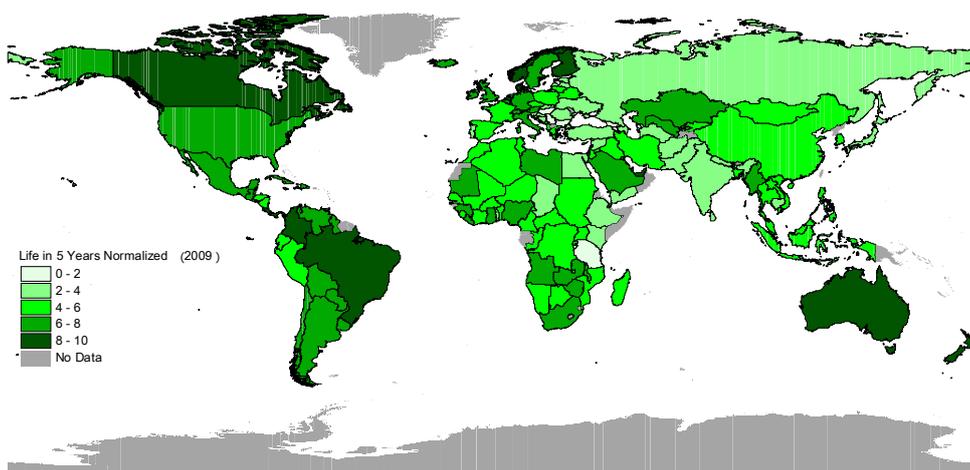
Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados da PME/IBGE

**Apêndice II: Mapas de Felicidade Normalizados na mesma escala entre anos e entre variáveis – Menor = 0, maior = 1**

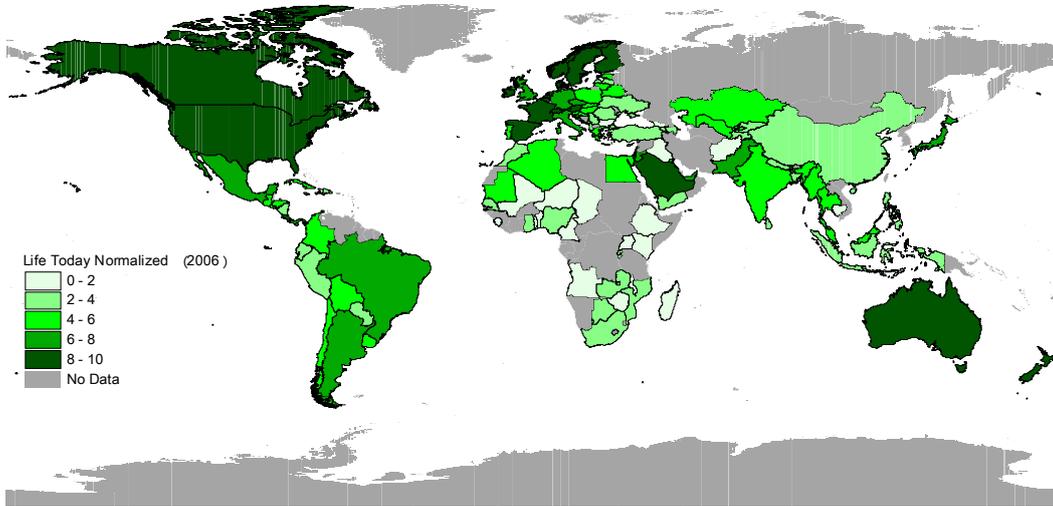
**Mapa Mundi de Felicidade Futura em 2011 - Normalizados**



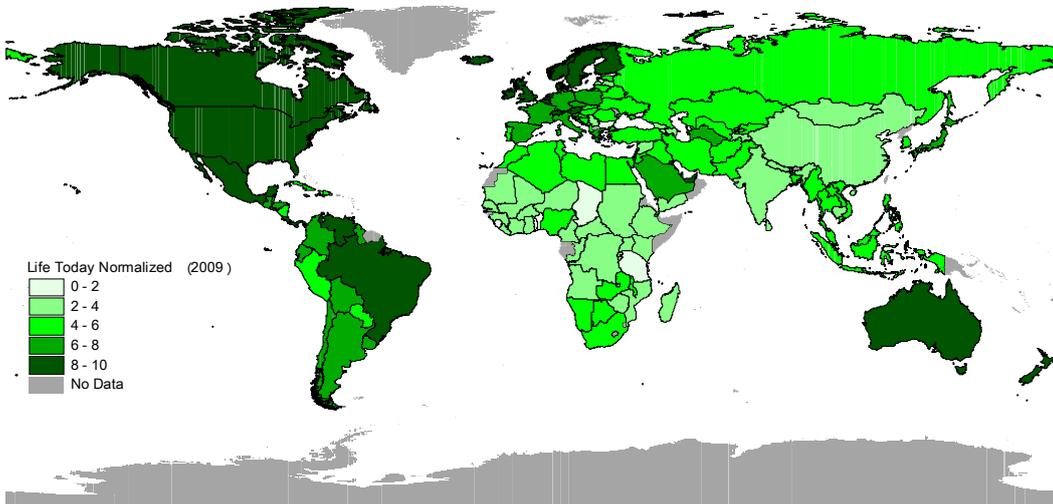
**Mapa Mundi de Felicidade Futura em 2014**



## Mapa Mundi de Felicidade Presente em 2006 - Normalizado



## Mapa Mundi de Felicidade Presente em 2009 - Normalizado



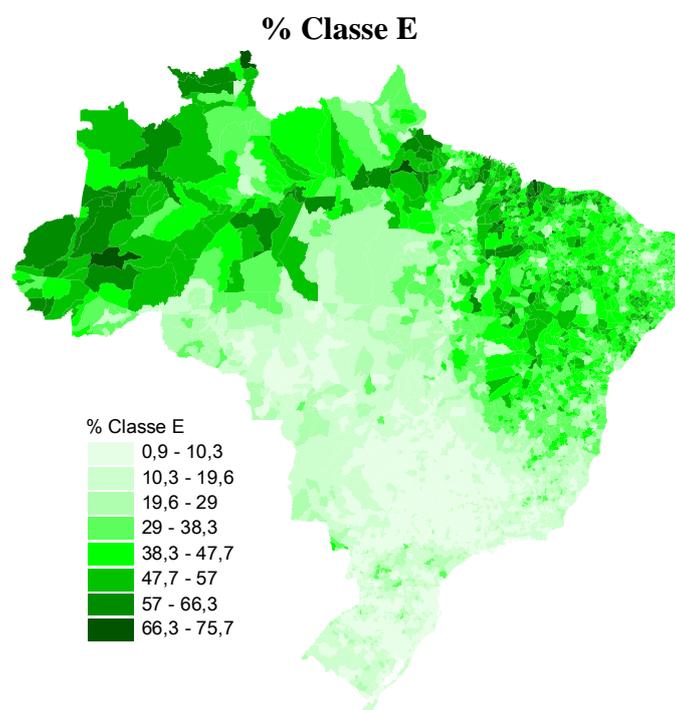
### Apêndice III: Mapas e Rankings das Classes Econômicas

Apresentamos nesse anexo, uma série de rankings nacionais construídos com base no Censo Demográfico 2010 complementares aos analisados no texto principal, que permitem ter uma visão geral da composição das demais classes econômicas em diferentes cidades do país. Ao lado de cada índice, apresentamos as respectivas posições no ranking nacional e estadual. Os rankings desagregados por unidades da federação podem ser encontrados na página da pesquisa [www.fgv.br/cps/brics](http://www.fgv.br/cps/brics).

#### Ranking Classe E:

Iniciamos nossa análise pela cauda inferior da distribuição de renda, analisando os municípios líderes na proporção de indivíduos na classe E. Entre os 50 municípios mais pobres do país, encontramos 26 cidade maranhenses, sendo Marajá do Sena/MA o líder com 75,69% da população classe E. Segundo no ranking Uiramutã/RR tem 73,73% da população classe E. Na seqüência encontramos Belágua/MA (71,02%) em terceiro, Melgaço/PA (69,14%) em quarto e Itamarati/AM (67,42%) em quinto.

Olhando para o extremo oposto, entre os 50 menos, encontramos 31 municípios gaúchos. Os detalhes são nessa ordem: São Vendelino/RS (0,93%), Carlos Barbosa/RS (0,93%), Botuverá/SC (1,03%), Nova Pádua/RS (1,07%) e Montauri/RS (1,07%).



Fonte: CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

### Classe E % por municípios

Estado	Município	E %	Ranking Nacional	Rankings Estadual
			Rank E	Rank E
<b>Mais</b>				
Maranhão	Marajá do Sena	75.69%	1	1
Roraima	Uiramutã	73.73%	2	1
Maranhão	Belágua	71.02%	3	2
Pará	Melgaço	69.14%	4	1
Amazonas	Itamarati	67.42%	5	1
Maranhão	Cachoeira Grande	67.30%	6	3
Maranhão	Humberto de Campos	66.95%	7	4
Maranhão	Satubinha	66.04%	8	5
Maranhão	Primeira Cruz	65.50%	9	6
Amazonas	Ipixuna	65.41%	10	2
Pará	Cachoeira do Piriá	64.99%	11	2
Maranhão	Santo Amaro do Maranhão	64.88%	12	7
Maranhão	Jenipapo dos Vieiras	64.65%	13	8
Amazonas	Tonantins	64.57%	14	3
Maranhão	Fernando Falcão	64.53%	15	9
Amazonas	Santa Isabel do Rio Negro	64.10%	16	4
Maranhão	Presidente Juscelino	64.08%	17	10
Amazonas	Santo Antônio do Içá	63.94%	18	5
Maranhão	Nina Rodrigues	63.00%	19	11
Maranhão	Lagoa Grande do Maranhão	62.81%	20	12
Pará	Limoeiro do Ajuru	62.77%	21	3
Pará	Chaves	62.63%	22	4
Pará	Augusto Corrêa	62.42%	23	5
Piauí	Assunção do Piauí	62.33%	24	1
Pará	Aveiro	62.24%	25	6
Pará	Afuá	62.20%	26	7
Maranhão	Itaipava do Grajaú	62.06%	27	13
Maranhão	Santa Filomena do Maranhão	62.00%	28	14
Maranhão	Serrano do Maranhão	61.94%	29	15
Amazonas	Atalaia do Norte	61.82%	30	6
Maranhão	Matões do Norte	61.80%	31	16
Maranhão	Arame	61.73%	32	17
Amazonas	São Paulo de Olivença	61.72%	33	7
Maranhão	Mirador	61.66%	34	18
Maranhão	Cajapió	61.44%	35	19
Maranhão	Pedro do Rosário	61.41%	36	20
Maranhão	Cajari	61.30%	37	21
Piauí	Guaribas	61.30%	38	2
Amazonas	Maraã	60.87%	39	8
Bahia	Sítio do Mato	60.71%	40	1
Alagoas	Poço das Trincheiras	60.65%	41	1
Acre	Jordão	60.48%	42	1
Maranhão	São Benedito do Rio Preto	60.44%	43	22
Maranhão	Alto Alegre do Pindaré	60.35%	44	23
Piauí	Pau D'Arco do Piauí	60.34%	45	3
Roraima	Amajari	60.28%	46	2
Maranhão	São Roberto	59.96%	47	24
Maranhão	Presidente Vargas	59.90%	48	25
Pará	Viseu	59.87%	49	8
Maranhão	Icatu	59.86%	50	26
<b>Menos</b>				
Rio Grande do Sul	São Vendelino	0.93%	5565	496
Rio Grande do Sul	Carlos Barbosa	0.93%	5564	495
Santa Catarina	Botuverá	1.03%	5563	293
Rio Grande do Sul	Nova Pádua	1.07%	5562	494
Rio Grande do Sul	Montauri	1.07%	5561	493

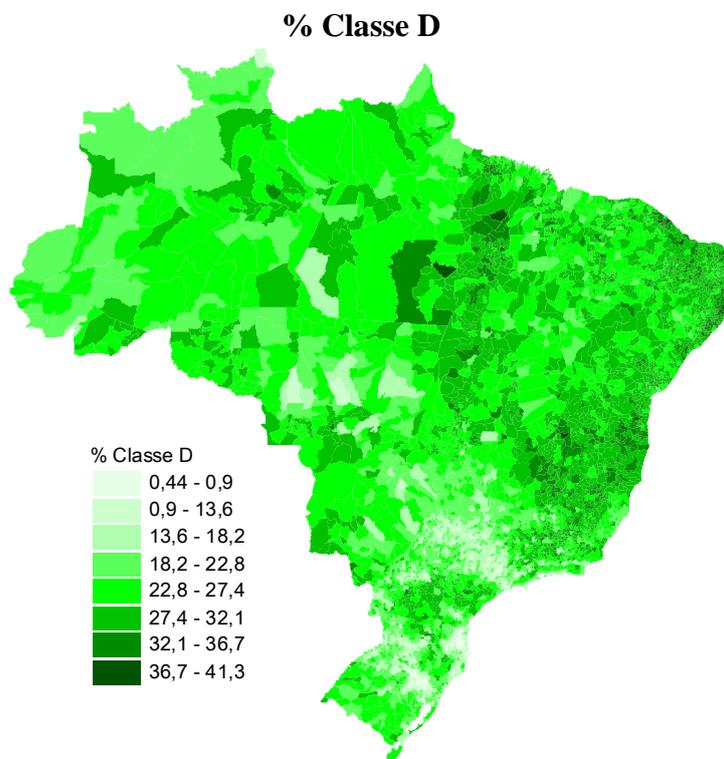
Rio Grande do Sul	Nova Araçá	1.33%	5560	492
Rio Grande do Sul	Teutônia	1.34%	5559	491
Rio Grande do Sul	Bom Princípio	1.36%	5558	490
Rio Grande do Sul	Westfalia	1.37%	5557	489
Rio Grande do Sul	Tupandi	1.39%	5556	488
Rio Grande do Sul	Vila Maria	1.39%	5555	487
Santa Catarina	Timbó	1.45%	5554	292
Rio Grande do Sul	Feliz	1.50%	5553	486
Santa Catarina	Schroeder	1.51%	5552	291
Rio Grande do Sul	São Domingos do Sul	1.52%	5551	485
Santa Catarina	Luzerna	1.54%	5550	290
Santa Catarina	Rodeio	1.55%	5549	289
Rio Grande do Sul	Nova Bassano	1.60%	5548	484
Rio Grande do Sul	São José do Hortêncio	1.60%	5547	483
Rio Grande do Sul	Vale Real	1.68%	5546	482
Rio Grande do Sul	Fagundes Varela	1.72%	5545	481
Rio Grande do Sul	Serafina Corrêa	1.73%	5544	480
Rio Grande do Sul	Ivoti	1.77%	5543	479
Rio Grande do Sul	Garibaldi	1.79%	5542	478
Rio Grande do Sul	Salvador do Sul	1.79%	5541	477
São Paulo	Santa Salete	1.81%	5540	645
Rio Grande do Sul	Barão	1.83%	5539	476
Rio Grande do Sul	Harmonia	1.85%	5538	475
Rio Grande do Sul	Dois Irmãos	1.87%	5537	474
São Paulo	Saltinho	1.92%	5536	644
Santa Catarina	Iomerê	1.93%	5535	288
Santa Catarina	Indaial	1.96%	5534	287
Rio Grande do Sul	Arroio do Meio	1.97%	5533	473
Rio Grande do Sul	Paráí	2.02%	5532	472
Santa Catarina	Jaraguá do Sul	2.08%	5531	286
Santa Catarina	São João do Itaperiú	2.11%	5530	285
Rio Grande do Sul	Estrela	2.13%	5529	471
Rio Grande do Sul	Capitão	2.14%	5528	470
São Paulo	Holambra	2.16%	5527	643
Rio Grande do Sul	São José do Sul	2.17%	5526	469
Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	2.18%	5525	468
Rio Grande do Sul	Flores da Cunha	2.18%	5524	467
Rio Grande do Sul	Lajeado	2.21%	5523	466
Rio Grande do Sul	Presidente Lucena	2.22%	5522	465
Santa Catarina	Ibirama	2.23%	5521	284
Santa Catarina	Rio dos Cedros	2.28%	5520	283
Santa Catarina	Gaspar	2.28%	5519	282
Santa Catarina	Massaranduba	2.29%	5518	281
Santa Catarina	Joaçaba	2.31%	5517	280
São Paulo	Elisiário	2.32%	5516	642
Rio Grande do Sul	Nova Petrópolis	2.33%	5515	464
Rio Grande do Sul	Veranópolis	2.33%	5514	463

*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos dados Censo 2010/IBGE

### **Ranking Classe D:**

Complementando o ranking dos mais pobres, apresentamos abaixo as cidade líderes na proporção de indivíduos na classe D. O líder aqui é Pingo d'Água/MG (41,30% da população na classe D), seguido por Tracunhaém/PE (39.95%), Vila Flor/RN (39.30%), Itaitinga/CE (39.28%) e Rio Formoso/PE (39.21%). Enquanto que entre os menos, novamente há um grande número de municípios localizados na Região Sul do país. Os destaques aqui são: Westfalia/RS (4.36%), Carlos Barbosa/RS (5.36%),

Balneário Camboriú/SC (5.64%), São Caetano do Sul/SP (5.75%) e Brusque/SC (6.09%).



### Classe D % por municípios

Estado	Município	D %	Ranking Nacional	Rankings Estadual
			Rank D	Rank D
<b>Mais</b>				
Minas Gerais	Pingo-d'Água	41.30%	1	1
Pernambuco	Tracunhaém	39.95%	2	1
Rio Grande do Norte	Vila Flor	39.30%	3	1
Ceará	Itaitinga	39.28%	4	1
Pernambuco	Rio Formoso	39.21%	5	2
Bahia	Itapitanga	39.15%	6	1
Bahia	Caatiba	38.99%	7	2
Ceará	Pacatuba	38.93%	8	2
Pernambuco	Sirinhaém	38.86%	9	3
Minas Gerais	Nova Porteirinha	38.84%	10	2
Pará	Água Azul do Norte	38.77%	11	1
Rio Grande do Norte	Baraúna	37.96%	12	2
Minas Gerais	Cajuri	37.95%	13	3
Pernambuco	Escada	37.67%	14	4
Ceará	Maranguape	37.62%	15	3
Rio Grande do Norte	Vera Cruz	37.50%	16	3
Sergipe	Divina Pastora	37.47%	17	1
Pará	Ulianópolis	37.45%	18	2
Minas Gerais	Verdelândia	37.41%	19	4
Minas Gerais	Morro da Garça	37.28%	20	5
Ceará	Aquiraz	37.26%	21	4
Alagoas	Messias	37.23%	22	1
Pernambuco	Ferreiros	37.20%	23	5
Ceará	Horizonte	37.08%	24	5
Alagoas	Campo Alegre	37.00%	25	2

Pernambuco	Gameleira	36.99%	26	6
Ceará	Guaramiranga	36.93%	27	6
Minas Gerais	São Domingos das Dores	36.87%	28	6
Pernambuco	Cortês	36.83%	29	7
Maranhão	Davinópolis	36.78%	30	1
Pernambuco	Ribeirão	36.73%	31	8
Pernambuco	Aliança	36.72%	32	9
Sergipe	Laranjeiras	36.59%	33	2
Alagoas	Branquinha	36.58%	34	3
Minas Gerais	Capitão Enéas	36.53%	35	7
Minas Gerais	Periquito	36.51%	36	8
Rio Grande do Norte	Itajá	36.49%	37	4
Rio Grande do Norte	Passagem	36.49%	38	5
Pernambuco	Paudalho	36.42%	39	10
Maranhão	Miranda do Norte	36.37%	40	2
Bahia	Santa Cruz da Vitória	36.37%	41	3
Bahia	Itaju do Colônia	36.34%	42	4
Pernambuco	Primavera	36.32%	43	11
Rio Grande do Norte	Senador Georgino Avelino	36.26%	44	6
Minas Gerais	Datas	36.25%	45	9
Piauí	Sussuapara	36.22%	46	1
Maranhão	Governador Edison Lobão	36.18%	47	3
Minas Gerais	Jaíba	36.16%	48	10
Goiás	Simolândia	36.15%	49	1
Minas Gerais	Santo Antônio do Amparo	36.13%	50	11

**Menos**

Rio Grande do Sul	Westfalia	4.36%	5565	496
Rio Grande do Sul	Carlos Barbosa	5.36%	5564	495
Santa Catarina	Balneário Camboriú	5.64%	5563	293
São Paulo	São Caetano do Sul	5.75%	5562	645
Santa Catarina	Brusque	6.09%	5561	292
Santa Catarina	Pomerode	6.19%	5560	291
Santa Catarina	Blumenau	6.38%	5559	290
Santa Catarina	Timbó	6.59%	5558	289
São Paulo	Águas de São Pedro	6.65%	5557	644
Rio Grande do Sul	Garibaldi	6.77%	5556	494
Santa Catarina	Jaraguá do Sul	6.79%	5555	288
Rio Grande do Sul	Montauri	6.83%	5554	493
Rio Grande do Sul	União da Serra	6.91%	5553	492
Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	6.94%	5552	491
Santa Catarina	Florianópolis	7.01%	5551	287
Rio Grande do Sul	Imigrante	7.06%	5550	490
Santa Catarina	Botuverá	7.12%	5549	286
Santa Catarina	Gaspar	7.13%	5548	285
Rio Grande do Sul	São Vendelino	7.26%	5547	489
São Paulo	Santos	7.39%	5546	643
Rio Grande do Sul	Nova Bassano	7.45%	5545	488
Rio Grande do Sul	Tupandi	7.57%	5544	487
Rio Grande do Sul	Fagundes Varela	7.60%	5543	486
Santa Catarina	Guabiruba	7.70%	5542	284
Santa Catarina	Rodeio	7.76%	5541	283
Rio Grande do Sul	Vista Alegre do Prata	7.78%	5540	485
São Paulo	Valinhos	7.94%	5539	642
Santa Catarina	Schroeder	7.97%	5538	282
Rio Grande do Sul	Nova Araçá	8.00%	5537	484
São Paulo	Vinhedo	8.08%	5536	641
Santa Catarina	São José	8.14%	5535	281
Rio Grande do Sul	Vale Real	8.17%	5534	483
Rio Grande do Sul	Dois Irmãos	8.19%	5533	482
Rio Grande do Sul	Nova Petrópolis	8.22%	5532	481
Rio Grande do Sul	Ivoti	8.26%	5531	480
Santa Catarina	Indaial	8.27%	5530	280

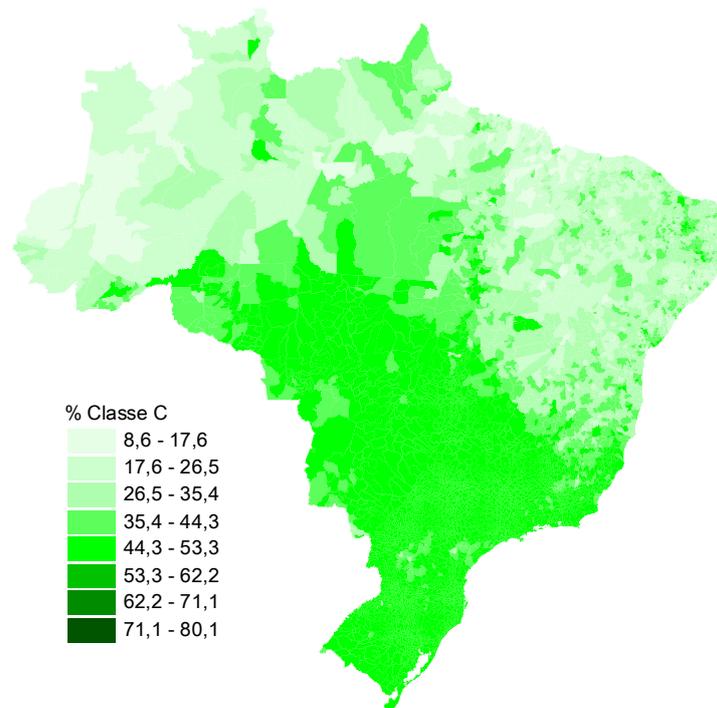
São Paulo	Americana	8.33%	5529	640
Santa Catarina	Luzerna	8.35%	5528	279
Santa Catarina	Rio do Sul	8.36%	5527	278
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	8.37%	5526	479
Rio Grande do Sul	Picada Café	8.43%	5525	478
Rio Grande do Sul	Vila Maria	8.45%	5524	477
Rio Grande do Sul	Harmonia	8.45%	5523	476
Pernambuco	Fernando de Noronha	8.48%	5522	185
Rio Grande do Sul	Farroupilha	8.49%	5521	475
Rio Grande do Sul	Lajeado	8.49%	5520	474
Rio Grande do Sul	Nova Roma do Sul	8.60%	5519	473
Santa Catarina	Iomerê	8.64%	5518	277
Santa Catarina	Massaranduba	8.71%	5517	276
Rio Grande do Sul	Veranópolis	8.73%	5516	472
Rio Grande do Sul	Feliz	8.75%	5515	471
Rio Grande do Sul	Serafina Corrêa	8.76%	5514	470

*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos dados Censo 2010/IBGE

### Ranking Classe C:

Apresentados os municípios mais pobres, voltamos agora nossa atenção à classe C, ou seja, a nova classe média brasileira. No Estado do Rio Grande do Sul, localizam-se 30 dos 50 municípios com maior proporção de pessoas na classe C. A parte superior do ranking é composta por Santa Maria do Herval/RS (80.06%), São José do Hortêncio/RS (79.75%), Botuverá/SC (79.53%), São Vendelino/RS (78.88%) e Presidente Lucena/RS (78.69%), enquanto que no extremo oposto estão Marajá do Sena/MA (8.62%), Belágua/MA (10.14%), Matões do Norte/MA (10.84%), Ipixuna/AM (11.21%), Melgaço/PA (11.39%).

### % Classe C



*Fonte:* CPS/FGV a partir dos mesodados do Censo 2010/IBGE

### Classe C % por municípios

Estado	Município	C 5	Ranking Nacional	Rankings Estadual
			Rank C	Rank C
<b>Mais</b>				
Rio Grande do Sul	Santa Maria do Herval	80.06%	1	1
Rio Grande do Sul	São José do Hortêncio	79.75%	2	2
Santa Catarina	Botuverá	79.53%	3	1
Rio Grande do Sul	São Vendelino	78.88%	4	3
Rio Grande do Sul	Presidente Lucena	78.69%	5	4
Rio Grande do Sul	Vale Real	78.64%	6	5
Rio Grande do Sul	Alto Feliz	78.02%	7	6
Rio Grande do Sul	Tupandi	77.96%	8	7
Santa Catarina	Rodeio	77.23%	9	2
Rio Grande do Sul	Picada Café	77.05%	10	8
Rio Grande do Sul	Morro Reuter	76.83%	11	9
Rio Grande do Sul	Vila Flores	76.69%	12	10
Rio Grande do Sul	Santa Clara do Sul	76.61%	13	11
Rio Grande do Sul	Lindolfo Collor	76.61%	14	12
São Paulo	Elisiário	76.47%	15	1
São Paulo	Cândido Rodrigues	76.44%	16	2
Rio Grande do Sul	Bom Princípio	76.34%	17	13
Santa Catarina	Schroeder	76.23%	18	3
Santa Catarina	Ascurra	75.91%	19	4
Rio Grande do Sul	Poço das Antas	75.82%	20	14
Santa Catarina	Guabiruba	75.80%	21	5
Santa Catarina	Rio dos Cedros	75.51%	22	6
Santa Catarina	São João Batista	75.44%	23	7
Rio Grande do Sul	Paráí	75.41%	24	15
Rio Grande do Sul	Barão	75.40%	25	16
Santa Catarina	Treze de Maio	75.35%	26	8
Santa Catarina	Benedito Novo	75.31%	27	9
Santa Catarina	Doutor Pedrinho	75.30%	28	10
Santa Catarina	Massaranduba	75.27%	29	11
Rio Grande do Sul	Nova Pádua	75.20%	30	17
São Paulo	Santa Salete	75.08%	31	3
Rio Grande do Sul	Teutônia	75.07%	32	18
Santa Catarina	Laurentino	74.91%	33	12
Rio Grande do Sul	Feliz	74.87%	34	19
Rio Grande do Sul	Dois Irmãos	74.79%	35	20
Rio Grande do Sul	Vespasiano Correa	74.74%	36	21
Rio Grande do Sul	Harmonia	74.74%	37	22
Rio Grande do Sul	Salvador do Sul	74.72%	38	23
São Paulo	Gabriel Monteiro	74.71%	39	4
Rio Grande do Sul	Forquethina	74.70%	40	24
Santa Catarina	Saudades	74.66%	41	13
Rio Grande do Sul	Serafina Corrêa	74.65%	42	25
Santa Catarina	Sangão	74.55%	43	14
Rio Grande do Sul	Travesseiro	74.51%	44	26
Santa Catarina	Nova Trento	74.43%	45	15
Rio Grande do Sul	Anta Gorda	74.42%	46	27
Rio Grande do Sul	Arroio do Meio	74.38%	47	28
Rio Grande do Sul	Mato Leitão	74.32%	48	29
Santa Catarina	São Ludgero	74.29%	49	16
Rio Grande do Sul	Roca Sales	74.28%	50	30
<b>Menos</b>				
Maranhão	Marajá do Sena	8.62%	5565	217
Maranhão	Belágua	10.14%	5564	216
Maranhão	Matões do Norte	10.84%	5563	215
Amazonas	Ipixuna	11.21%	5562	62
Pará	Melgaço	11.39%	5561	143

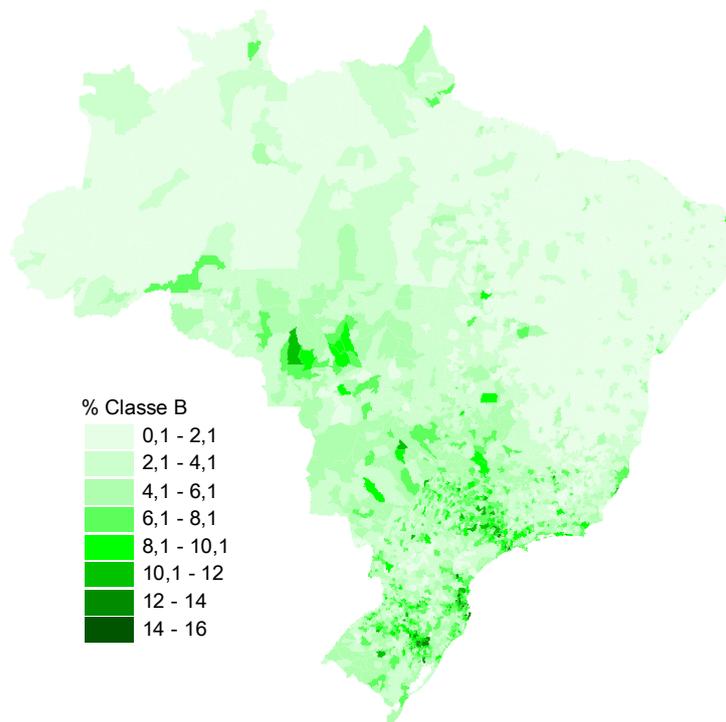
Roraima	Uiramutã	11.77%	5560	15
Pará	Cachoeira do Piriá	11.91%	5559	142
Maranhão	Satubinha	12.17%	5558	214
Maranhão	Cachoeira Grande	12.78%	5557	213
Maranhão	Humberto de Campos	12.91%	5556	212
Amazonas	Itamarati	13.16%	5555	61
Pará	Bagre	13.25%	5554	141
Maranhão	Santo Amaro do Maranhão	13.44%	5553	211
Amazonas	São Paulo de Olivença	13.67%	5552	60
Amazonas	Santo Antônio do Içá	13.75%	5551	59
Pará	Santa Cruz do Arari	13.76%	5550	140
Amazonas	Tonantins	13.85%	5549	58
Maranhão	Primeira Cruz	14.01%	5548	210
Maranhão	Presidente Juscelino	14.04%	5547	209
Amazonas	Santa Isabel do Rio Negro	14.15%	5546	57
Maranhão	Araguanã	14.31%	5545	208
Maranhão	Lagoa Grande do Maranhão	14.54%	5544	207
Amazonas	Amaturá	14.58%	5543	56
Maranhão	Nina Rodrigues	14.64%	5542	206
Pará	Chaves	14.85%	5541	139
Maranhão	Itaipava do Grajaú	14.85%	5540	205
Pará	Limoeiro do Ajuru	14.90%	5539	138
Pará	Afuá	14.91%	5538	137
Maranhão	Arame	14.96%	5537	204
Maranhão	Fernando Falcão	14.96%	5536	203
Maranhão	Cajari	15.01%	5535	202
Maranhão	Jenipapo dos Vieiras	15.16%	5534	201
Bahia	Umburanas	15.24%	5533	417
Maranhão	Cajapió	15.30%	5532	200
Pará	Augusto Corrêa	15.30%	5531	136
Piauí	Assunção do Piauí	15.36%	5530	224
Maranhão	São Roberto	15.51%	5529	199
Bahia	Sítio do Mato	15.61%	5528	416
Maranhão	Bom Lugar	15.66%	5527	198
Pará	Porto de Moz	15.89%	5526	135
Maranhão	Serrano do Maranhão	15.96%	5525	197
Pará	Aveiro	16.04%	5524	134
Maranhão	Vargem Grande	16.04%	5523	196
Pará	Visau	16.06%	5522	133
Maranhão	São Benedito do Rio Preto	16.09%	5521	195
Maranhão	São João Batista	16.34%	5520	194
Pará	Prainha	16.39%	5519	132
Maranhão	Alto Alegre do Pindaré	16.40%	5518	193
Maranhão	Pedro do Rosário	16.51%	5517	192
Amazonas	Maraã	16.52%	5516	55
Maranhão	Icatu	16.56%	5515	191
Maranhão	Monção	16.58%	5514	190

Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos dados Censo 2010/IBGE

### Ranking Classe B:

No ranking da classe B, os municípios que aparecem no topo são: São Caetano do Sul/SP (16.02%), Santos/SP (15.24%), Balneário Camboriú/SC (15.04%), Águas de São Pedro/SP (14.28%) e Florianópolis/SC (13.95%). Vale ressaltar que dos 50 mais, 16 são municípios paulistanos. Destacamos entre os menos: Capim/PB (0.13%), Umburanas/BA (0.16%) e Branquinha/AL (0.17%).

## % Classe B



## Classe B % por municípios

Estado	Município	B %	Ranking Nacional	Rankings Estadual
			Rank B	Rank B
<b>Mais</b>				
São Paulo	São Caetano do Sul	16.02%	1	1
São Paulo	Santos	15.24%	2	2
Santa Catarina	Balneário Camboriú	15.04%	3	1
São Paulo	Águas de São Pedro	14.28%	4	3
Santa Catarina	Florianópolis	13.95%	5	2
Santa Catarina	São José	13.95%	6	3
Rio Grande do Sul	Westfalia	13.73%	7	1
Pernambuco	Fernando de Noronha	13.73%	8	1
Rio Grande do Sul	Carlos Barbosa	13.57%	9	2
Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	13.40%	10	3
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	13.36%	11	4
Santa Catarina	Blumenau	13.26%	12	4
Rio Grande do Sul	Montauri	13.20%	13	5
Rio Grande do Sul	Ipiranga do Sul	13.10%	14	6
São Paulo	Jundiaí	12.99%	15	4
São Paulo	Valinhos	12.76%	16	5
Paraná	Curitiba	12.65%	17	1
Santa Catarina	Jaraguá do Sul	12.62%	18	5
Rio Grande do Sul	Vista Alegre do Prata	12.59%	19	7
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	12.49%	20	8
São Paulo	Americana	12.39%	21	6
Santa Catarina	Brusque	12.37%	22	6
Rio Grande do Sul	Garibaldi	12.35%	23	9
Espírito Santo	Vitória	12.30%	24	1
São Paulo	Paulínia	12.28%	25	7
Rio de Janeiro	Niterói	12.25%	26	1
São Paulo	Santo André	12.22%	27	8
Rio Grande do Sul	União da Serra	11.98%	28	10

Santa Catarina	Joaçaba	11.85%	29	7
Rio Grande do Sul	Guabiju	11.76%	30	11
Rio Grande do Sul	Lajeado	11.73%	31	12
São Paulo	Saltinho	11.72%	32	9
Santa Catarina	Rio do Sul	11.70%	33	8
São Paulo	Ribeirão Preto	11.66%	34	10
Paraná	Maringá	11.49%	35	2
Rio Grande do Sul	Farroupilha	11.42%	36	13
São Paulo	Vinhedo	11.38%	37	11
São Paulo	São Bernardo do Campo	11.33%	38	12
Santa Catarina	Timbó	11.32%	39	9
São Paulo	Campinas	11.29%	40	13
Santa Catarina	Gaspar	11.23%	41	10
Rio Grande do Sul	Estrela	11.18%	42	14
Santa Catarina	Itapema	11.13%	43	11
Santa Catarina	Pomerode	11.10%	44	12
Santa Catarina	Joinville	11.08%	45	13
Rio Grande do Sul	Fagundes Varela	11.00%	46	15
São Paulo	São José do Rio Preto	10.99%	47	14
São Paulo	Ilha Solteira	10.97%	48	15
São Paulo	Piracicaba	10.95%	49	16
Santa Catarina	Luzerna	10.91%	50	14

---

**Menos**

---

Paraíba	Capim	0.13%	5565	223
Bahia	Uburanas	0.16%	5564	417
Alagoas	Branquinha	0.17%	5563	102
Maranhão	Fernando Falcão	0.18%	5562	217
Maranhão	Presidente Sarney	0.18%	5561	216
Paraíba	Casserengue	0.20%	5560	222
Piauí	Paquetá	0.20%	5559	224
Paraíba	Vieirópolis	0.21%	5558	221
Rio Grande do Norte	Venha-Ver	0.21%	5557	167
Pernambuco	Vertente do Lério	0.21%	5556	185
Maranhão	Santana do Maranhão	0.21%	5555	215
Maranhão	Matões do Norte	0.21%	5554	214
Paraíba	Santa Cecília	0.21%	5553	220
Bahia	Ipecaetá	0.22%	5552	416
Pernambuco	Casinhas	0.22%	5551	184
Maranhão	Belágua	0.23%	5550	213
Piauí	Madeiro	0.24%	5549	223
Maranhão	Araguanã	0.24%	5548	212
Maranhão	São Raimundo do Doca Bezerra	0.24%	5547	211
Maranhão	Milagres do Maranhão	0.24%	5546	210
Paraíba	Poço Dantas	0.24%	5545	219
Maranhão	Lagoa Grande do Maranhão	0.24%	5544	209
Maranhão	Serrano do Maranhão	0.25%	5543	208
Paraíba	Damião	0.25%	5542	218
Maranhão	Marajá do Sena	0.25%	5541	207
Piauí	Assunção do Piauí	0.25%	5540	222
Piauí	Milton Brandão	0.25%	5539	221
Paraíba	Lagoa	0.25%	5538	217
Rio Grande do Norte	João Dias	0.26%	5537	166
Piauí	Campo Largo do Piauí	0.26%	5536	220
Maranhão	Bom Lugar	0.26%	5535	206
Piauí	Massapê do Piauí	0.26%	5534	219
Piauí	Joca Marques	0.26%	5533	218
Piauí	Sussuapara	0.27%	5532	217
Ceará	Salitre	0.27%	5531	184
Pará	Bagre	0.27%	5530	143
Bahia	Matina	0.28%	5529	415
Piauí	Acauã	0.28%	5528	216
Maranhão	São José dos Basílios	0.29%	5527	205

Piauí	Aroeiras do Itaim	0.29%	5526	215
Piauí	Wall Ferraz	0.29%	5525	214
Rio Grande do Norte	Pureza	0.29%	5524	165
Maranhão	São Roberto	0.29%	5523	204
Maranhão	Afonso Cunha	0.29%	5522	203
Rio Grande do Norte	Paraná	0.30%	5521	164
Rio Grande do Norte	Água Nova	0.30%	5520	163
Paraíba	Gado Bravo	0.30%	5519	216
Rio Grande do Norte	Coronel João Pessoa	0.30%	5518	162
Ceará	Graça	0.30%	5517	183
Piauí	Sebastião Leal	0.30%	5516	213
Piauí	Jurema	0.31%	5515	212
Paraíba	São José de Princesa	0.31%	5514	215

*Fonte:* Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos dados Censo 2010/IBGE

# Centro de Políticas Sociais

## Informações sobre a realidade social brasileira ao alcance do mouse

O Centro de Políticas Sociais realiza pesquisas para o público acadêmico e não-acadêmico sobre os temas mais prementes da realidade brasileira, disponibilizando os seus resultados para todo o público, buscando:

- Promover a inovação no pensamento social e aprimoramentos no desenho e na aplicação de políticas públicas.
- Desenvolver novos métodos de pesquisa e de difusão de conhecimento.
- Oferecer assessoria especializada mediante demandas de avaliação em nossas áreas de atuação.
- Incrementar o acesso da população em geral ao conhecimento, fortalecendo o debate público de idéias.

Desta maneira, o Centro de Políticas Sociais (CPS/FGV) busca contribuir para o desenvolvimento com equidade no Brasil mediante o estreitamento entre a pesquisa aplicada, o debate na sociedade e a implantação de políticas públicas.

As pesquisas do CPS versam sobre temas diversos, apresentados no esquema abaixo:



Não raro, estes temas estão estritamente relacionados como, por exemplo, saneamento e saúde ou microcrédito e pobreza. Em suas atividades, o CPS utiliza os principais mecanismos de pesquisa e análise para abordar, de maneira abrangente e profunda, tais temas conexos, mediante:

- Avaliação quantitativa e qualitativa de impacto
- Desenho e monitoramento de metas sociais
- Desenho de sistemas de incentivos
- Estudos de percepções sobre políticas e participação popular.

Os diversos objetivos almejados pelo Centro de Políticas Sociais (CPS) podem ser agregados em três grandes grupos de metas. Internamente, alocamos a cada um desses conjuntos de objetivos uma espécie de CPS-virtual, a saber:

- i) **O Centro de Pesquisas Sociais** visa à realização e a publicação de pesquisas de base, teóricas e empíricas cujo principal público-alvo são os acadêmicos.
- ii) **O Centro de Projetos Sociais** cujo objetivo é avaliar o desenho e a operação de políticas públicas implementadas na prática pelo estado e/ou pela sociedade civil. Outro objetivo é gerar a auto-sustentabilidade financeira das demais atividades do centro através da prestação de serviços para governos, empresas e ONGS com especial ênfase na avaliação de políticas públicas.
- iii) Por último, mas não menos importante, **o Comunicação Para Sociedade** objetiva inovar na difusão das pesquisas em busca de proporcionar maiores impactos institucionais e apropriação de conhecimentos pela sociedade a partir dos conhecimentos gerados.

### **Sobre a evolução do CPS: Breve Histórico**

Desde 2000, o Centro de Políticas Sociais atua dentro da Fundação Getúlio Vargas (CPS/IBRE/FGV) analisando a realidade econômico-social do Brasil. Utilizando métodos quantitativos e qualitativos, o CPS estabeleceu uma tradição de abordar temas variados, desde casamento e religião até distribuição de renda no Brasil. No entanto, o que pontuou o trabalho do CPS, e fez-se disso sua especialidade, tem sido sua preocupação com a equidade: como medi-la, com quais critérios, como alcançá-la.

Uma de suas propostas mais relevantes refere-se à adoção de Metas Sociais, o que tem norteado o trabalho do Centro. Nesse sentido, desde o início de suas atividades, o Centro defende a idéia de metas sociais – num paralelo às metas macroeconômicas do governo federal - ou seja, colocar o desempenho social no topo das prioridades nacionais. Isso se deve ao diagnóstico de que os níveis de renda e de gastos sociais observados hoje no Brasil permitem uma melhora sustentável das condições de vida da população. Uma distribuição mais equânime dos recursos depende, por sua vez, de uma abordagem mais focada e agressiva sobre as carências sociais. O papel das metas sociais, assim, é disciplinar, justificar e motivar a ação pública.

A agenda de metas sociais teve um marco importante em 2000, quando o CPS organizou o encontro **NIP - Network on Inequality of LACEA/WB/IDB** - que contou com especialistas de renome internacional como James Heckman da Universidade de Chicago e François Bourguignon do Delta entre outros. Os temas discutidos foram violência, trabalho infantil e focalização de programas de combate a pobreza. Foi durante este evento que James Heckman o *keynote speaker* do nosso evento recebeu a notícia do seu Prêmio Nobel em Economia. Nesse encontro, o CPS apresentou o trabalho “Desafio das Políticas Sociais” que discutia a racionalidade econômica para o desenvolvimento de um sistema de metas sociais como forma de o governo federal

aumentar a eficiência na utilização dos recursos sociais transferidos para os municípios – discussão esta que iria aprimorar e fortalecer.

Um conjunto de seminários de grande repercussão foram realizados em 2005 e 2009 sobre o tema da Educação: “Qualidade de Educação” – com Eric Hanushek como *keynote speaker* e “Educação na Primeira Infância” (2005) – do qual Heckman também participou - e “Metas de Educação” (2009). O Ministro da Educação Fernando Haddad esteve presente às discussões em ambos os seminários, discutindo as formas de melhorar o monitoramento das metas educacionais, entre outros temas. A realização de eventos dessa natureza ajuda o CPS a cumprir sua missão e atingir seus objetivos e, de certa forma, sintetiza algumas das principais características do Centro de Políticas Sociais. Os seminários congregaram diversos atores com interesse no tema (*stakeholders*) e incrementaram o debate de idéias. E, ao garantir a presença de gestores públicos, busca-se aumentar a efetividade da discussão no desenho das políticas públicas.

Desde sua fundação, o CPS assumiu um compromisso e tem primado pela difusão imparcial e, em primeira mão, de resultados de seus trabalhos baseados nas pesquisas domiciliares do IBGE – compromisso que fica acima de quaisquer interesses políticos.

A autonomia do CPS em relação à sua agenda de pesquisa só lhe tem fortalecido. De fato, sua marca de imparcialidade e credibilidade, aliada à constante preocupação com os impactos sociais de diversas políticas, tem lhe garantido a interlocução com vários atores.

Esse diálogo tem gerado também impactos institucionais para a FGV na medida em que o CPS leva seu nome a importantes fóruns de debate. O Prof. Marcelo Neri realizou palestras no Palácio do Planalto em 1996 sobre o Impacto do Plano Real sobre pobreza e desigualdade, à época depois em 2006 sobre a "A Recente Redução da Desigualdade no Brasil", e apresentações no Palácio do Planalto em 2008, onde foram distribuídos 500 exemplares de pesquisas e outros 500 livros para Ministros de Estado, empresários e lideranças da sociedade civil.

O “dedo no pulso” da sociedade (“finger on the pulse”) tem sido a marca do CPS. O exemplo mais recente foi a pesquisa sobre a nova classe média brasileira (link) que identificou o crescimento da Classe C e a mudança nos estratos sociais de renda no Brasil no período de 2004 a 2008. A pesquisa resultou em forte impacto nacional e global, aí incluindo uma matéria exclusiva na revista *The Economist* que depois inspirou um caderno sobre a Nova Classe Média em Países Emergentes.

Ao abordar temas como educação, pobreza e desigualdade, economia da sociedade, microfinanças e trabalho, o CPS tem a oportunidade de tornar públicos os seus resultados e suas prescrições de políticas diretamente para o cidadão comum mediante: parcerias estratégicas (por exemplo, com *International Poverty Center*, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); ações em rede (participando do grupo técnico do Compromisso Todos pela Educação e coordenando a Rede de Estudos de Desenvolvimento educacional uma iniciativa matricial pioneira no âmbito da FGV); e prestação de consultoria para avaliação de projetos (CrediAmigo, premiado programa de microcrédito do Banco do Nordeste; avaliações de cooperações internacionais para a *Inter-American Foundation* mais de 50 avaliações em mais de 15 países em 5 anos). Tal

estratégia, além de garantir a pluralidade de seu trabalho, também tem ajudado a dar sustentabilidade do Centro.

Para alcançar seu objetivo de incrementar o debate público, o CPS tem dedicado crescentes esforços para melhorar a difusão de seu material para o grande público, seja pelo uso da internet como ferramenta acessível para disponibilizar suas pesquisas, seja mediante a divulgação pela mídia nacional e internacional. É feito um trabalho minucioso com a mídia que demanda a “digestão” de tópicos técnicos complexos para a compreensão dos jornalistas – e, assim, uma cobertura mais amigável para o grande público. De fato, algumas pesquisas, em particular, alcançaram excelentes resultados de divulgação internacional, como “Miséria, Desigualdade, e Estabilidade: O Segundo Real” e “Economia das Religiões” lançadas no segundo e primeiro semestre de 2007: mais de 150 veículos internacionais, aí incluindo The Economist, Financial Times, Time Magazine, Le Figaro, El Clarin, Newsweek, entre outros de destaque.

Mantendo seu compromisso de identificar os temas prementes da sociedade e de pautar a equidade, o CPS propôs a agenda de Acesso a Mercados como porta de saída da pobreza, abrindo-se novas frentes de pesquisa, tais como: microsseguros, microcrédito e microfinanças em geral. Assim, editou o livro Microcrédito, O Mistério Nordeste e o Grameen Brasileiro em 2008 – ao qual se segue uma série de trabalhos no tema, cuja atualidade é incontestável: face não só aos próprios impactos positivos do programa CrediAmigo e o potencial do mercado no Brasil, mas também face às implicações da crise financeira e o modo como ela fez repensar os parâmetros do setor financeiro.

Ao longo destes quase dez anos, o CPS deu um salto qualitativo, realizando pesquisas acadêmicas e de divulgação e conjuntura de relevância para a sociedade, e cujos temas, além de serem afeitos à sua linha de investigação, aproveitando a sua especialização e experiências passadas, também possibilitaram o desenvolvimento de novos produtos e formas de difusão, cujas metodologias poderão ser refinadas e utilizadas em futuros projetos.

## Vídeos da Nova Classe Média

Você pode acessar vídeos com reportagens, entrevistas e debates na página da pesquisa.



O pesquisa original **The Bright Side of the Poor** [www.fgv.br/cps/ncm](http://www.fgv.br/cps/ncm) é complementar a presente pesquisa. Ela oferece um amplo banco de dados nacional com dispositivos interativos e amigáveis de consulta às informações.

FGV  
cps  
Centro de Políticas Sociais

English Version - New!  
Pesquisa Completa  
Texto Slides

Banco de dados - Panoramas  
Evolução da Renda  
Decomposição por Fontes de Renda  
Decomposição da Renda via Mercado de Trabalho

Banco de dados - Simulador  
Consumidor x Produtor  
Vídeos  
CPS e o debate social  
Fale conosco: cps@fgv.br

Pesquisas sobre o tema:  
A Nova Classe Média

THE BRIGHT SIDE OF THE POOR

A NOVA CLASSE MÉDIA:  
O LADO BRILHANTE DOS POBRES

FGV  
www.fgv.br/cps/ncm

Versão em inglês  
[www.fgv.br/cps/nmc](http://www.fgv.br/cps/nmc)

FGV  
cps  
Centro de Políticas Sociais

Complete Research  
Summary Text Slides

Database - Panoramas  
Economic Classes and Income Evolution  
Decomposition by Income Sources  
Decomposition by Labour Market Indicators

Database - Simulator  
Consumer x Producer Potential  
Videos  
Main Results Historic Perspective All Videos

CPS and The Social Debate  
International Media  
Contact us: cps@fgv.br  
+55 21 3799-6887

Past researches on the new middle class:  
The New Middle Class

THE BRIGHT SIDE OF THE POOR

THE NEW MIDDLE CLASS IN BRAZIL:  
THE BRIGHT SIDE OF THE POOR

FGV  
www.fgv.br/cps/nmc

[Watch the full presentation in video](#)

THE  
BRIGHT SIDE  
OF THE  
POOR

# OS EMERGENTES DOS EMERGENTES



REFLEXÕES GLOBAIS E AÇÕES LOCAIS PARA A NOVA CLASSE MÉDIA BRASILEIRA



[WWW.FGV.BR/CPS/BRICS](http://WWW.FGV.BR/CPS/BRICS)